REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX Nº 100 TERÇA-FEIRA, 30 DE JUNHO DE 2015

BRASÍLIA - DF

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Vicentinho Alves - (PR-TO)
2º SECRETÁRIO
Zeze Perrella - (PDT-MG)
3º SECRETÁRIO
Gladson Cameli - (PP-AC)
4ª SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)
SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)
2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)
3º Elmano Férrer (PTB-PI)
4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

*** As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).**

LIDERANÇAS

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 24

Líder
Humberto Costa - PT (22,28)

Vice-Líderes
Acir Gurgacz (3,37)
Benedito de Lira (16,18,44)
Walter Pinheiro (31,36,43)
Telmário Mota (4,38,42)
Regina Sousa (41)
.....

Líder do PT - 13
Humberto Costa (22,28)

Vice-Líderes do PT
Paulo Rocha (32)
Walter Pinheiro (31,36,43)
Lindbergh Farias (30)
Fátima Bezerra (34)

Líder do PDT - 6
Acir Gurgacz (3,37)

Vice-Líder do PDT
Telmário Mota (4,38,42)

Líder do PP - 5
Benedito de Lira (16,18,44)

Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 21

.....

Líder do PMDB - 17

Líder do PSD - 4
Omar Aziz (13)

Vice-Líder do PSD
Sérgio Petecão (12)

Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 17

Líder
Alvaro Dias - PSDB (20)

Vice-Líderes
Ataídes Oliveira (33)
Wilder Morais (46)
Antonio Anastasia (47)
.....

Líder do PSDB - 12
Cássio Cunha Lima (17)

Vice-Líderes do PSDB
Paulo Bauer (23)
Aloysio Nunes Ferreira (40)

Líder do DEM - 5
Ronaldo Caiado (6)

Vice-Líder do DEM
José Agripino (39)

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9

Líder
Lídice da Mata - PSB (11,25)

Vice-Líderes
José Medeiros (15,19,29)
Vanessa Grazziotin (21,26)
Randolfe Rodrigues (24,27)
.....

Líder do PSB - 6
João Capiberibe (1,14)

Vice-Líder do PSB
Roberto Rocha (45)

Líder do PPS - 1
José Medeiros (15,19,29)

Líder do PSOL - 1
Randolfe Rodrigues (24,27)

Líder do PCdoB - 1
Vanessa Grazziotin (21,26)

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9

Líder
Fernando Collor - PTB (5,10)

Vice-Líderes
Blairo Maggi (9)
Eduardo Amorim (8)
Marcelo Crivella (2,7)
.....

Líder do PTB - 3
Fernando Collor (5,10)

Líder do PR - 4
Blairo Maggi (9)

Líder do PSC - 1
Eduardo Amorim (8)

Líder do PRB - 1
Marcelo Crivella (2,7)

Governo

Líder
Delcídio do Amaral - PT (48)

EXPEDIENTE

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Coordenador Industrial

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal
Rogério de Castro Pastori
Diretor da Secretaria de Atas e Diários
Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de
Registro e Redação Parlamentar

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, Inciso XXXI, RISF)

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 108ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 29 DE JUNHO DE 2015 6
1.1 – ABERTURA 6
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE 6
1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação 6
1.2.1.1 – Mensagem da Presidente da República
Nº 226/2015, comunicando a ausência de S. Exª do País, no período de 27 do corrente a 2 de julho próximo, em viagem oficial aos Estados Unidos da América 6
1.2.1.2 – Projetos de Decreto Legislativo recebidos da Câmara dos Deputados
Nº 260/2015 (nº 682/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização ao Grupo Broto D'água para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boquira, Estado da Bahia* 7
Nº 261/2015 (nº 1.081/2013, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Social de Corinto - ASCCOR para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Corinto, Estado de Minas Gerais* 11
Nº 262/2015 (nº 1.335/2013, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Fafit de Rádio e TV Educativa para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itararé, Estado de São Paulo* 17
Nº 263/2015 (nº 1.544/2014, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural da Cidade de Buritirama para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buritirama, Estado da Bahia* 21
Nº 264/2015 (nº 1.643/2014, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à União Comunitária Recreativa Aloandense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aloândia, Estado de Goiás* 26
Nº 265/2015 (nº 37/2015, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Difusora Comunitária do Catete para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro* 32
Nº 266/2015 (nº 72/2015, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente Cultural e Educacional Amor ao Próximo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Imaruí, Estado de Santa Catarina* 37
Nº 267/2015 (nº 76/2015, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural Dona Beja para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paracatu, Estado de Minas Gerais* 43
Nº 268/2015 (nº 78/2015, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à rádio Líder do Vale Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina* 47
1.2.1.3 – Abertura de prazo
Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas aos Projetos de Decreto Legislativo nºs 260 a 268/2015, perante a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. *As matérias serão apreciadas terminativamente* 51
1.2.1.4 – Requerimento
Nº 735/2015, autoria do Senador Wellington Fagundes, de autorização para desempenho de missão parlamentar no período de 1º a 11 de julho próximo 51
1.2.1.5 – Projeto de Lei do Senado
Nº 403/2015, de autoria do Senador Alvaro Dias, que *confere ao Município de Curitiba, Paraná, o título de Capital Nacional da Arte em Mosaico* 52
1.2.1.6 – Aviso do Tribunal de Contas da União
Nº 644/2015, na origem, comunicando a concessão do prazo de trinta dias à Presidente da República para a apresentação de contrarrazões no processo relativo às contas prestadas anualmente 55

1.2.1.7 – Comunicação

Do Senador Waldemir Moka, justificando a não participação de S. Exª na comitiva da Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em viagem à Rússia e ao Japão, a ser realizada no período de 1º a 11 de julho próximo **(Memorando nº 33/2015)** 56

1.2.1.8 – Aviso do Ministro de Estado da Fazenda

Nº 49/2015 (nº 232/2015, na origem), encaminhando o relatório sobre os financiamentos com recursos orçamentários da União, consignados ao Programa de Financiamento às Exportações - PROEX, referente ao primeiro trimestre de 2015 57

1.2.1.9 – Término de prazo

Término do prazo, em 28 do corrente, sem edição de decreto legislativo que discipline as relações jurídicas decorrentes da adoção da Medida Provisória nº 661/2014 (Projeto de Lei de Conversão nº 2/2015). *Extinção da Comissão Mista destinada à apreciação da matéria.* 58

1.2.2 – Oradores

SENADOR *FERNANDO COLLOR* – Registro do transcurso de 25 anos da assunção da Presidência da República por S. Exª; e outro assunto..... 58

SENADOR *RICARDO FERRAÇO* – Críticas ao veto da Presidente Dilma a projeto que altera a legislação relacionada a terrenos de Marinha..... 61

1.2.3 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão solene do Congresso Nacional amanhã, às 19 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à leitura de expedientes, apreciação de vetos e projeto de lei do Congresso Nacional. 63

1.2.4 – Oradores (continuação)

SENADOR *JORGE VIANA* – Preocupação com o alto custo das campanhas políticas no País; e outros assuntos 64

1.2.5 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão de debates temáticos amanhã, às 11 horas, destinada a discutir a participação da Petrobrás na exploração do pré-sal..... 80

1.2.6 – Oradores (continuação)

SENADORA *GLEISI HOFFMANN* – Reflexões acerca da reforma política, em especial no tocante à necessidade de redução dos gastos com campanhas e de fortalecimento dos partidos políticos..... 80

1.2.7 – Mensagem da Presidente da República

Nº 224/2015-CN, na origem, encaminhando o Projeto de Lei nº 4/2015-CN, que *altera a Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2015*. Estabelecimento de calendário para tramitação da matéria..... 85

1.2.8 – Oradores (continuação)

SENADORA *VANESSA GRAZZIOTIN* – Relato da participação de S. Exª em reunião de seu partido destinada a analisar a conjuntura política e econômica pela qual passa o País; e outros assuntos..... 86

SENADOR *HÉLIO JOSÉ* – Defesa do projeto de lei que altera o plano de carreira dos servidores do Poder Judiciário da União..... 90

SENADORA *ANA AMÉLIA* – Satisfação com a previsão de crescimento de 3% da agropecuária neste ano e comentários sobre os desafios estratégicos para o avanço do setor, analisados em artigo do Dr. José Roberto Mendonça de Barros, publicado no jornal O Estado de S. Paulo; e outro assunto..... 92

SENADOR *HUMBERTO COSTA* – Registro de audiência pública ocorrida na CDH para debater o caso da criança Amy Galvin, cuja guarda é disputada por mãe brasileira e pai americano 97

SENADOR *JOSÉ MEDEIROS* – Defesa da aprovação de PEC que institui adicional por tempo de serviço a magistrados e membros do Ministério Público; e outro assunto 98

SENADOR *ACIR GURGACZ* – Relato de agenda cumprida por S. Exª em Rondônia durante o final de semana 100

SENADOR *LINDBERGH FARIAS* – Preocupação quanto à possível aprovação, pelo Plenário do Senado Federal, de projeto de lei que visa revogar a participação mínima da Petrobras nos campos do pré-sal; e outros assuntos 101

1.3 – ENCERRAMENTO..... 107

SENADO FEDERAL

2 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL..... 108

3 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL 111

4 – LIDERANÇAS..... 112

5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS..... 114

6 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO 129

7 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES..... 137

8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS 184

CONGRESSO NACIONAL

9 – COMISSÕES MISTAS..... 202
10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS..... 215

Ata da 108ª Sessão, Não Deliberativa, em 29 de junho de 2015

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência dos Srs. Jorge Viana, Ricardo Ferraço e José Medeiros, da Srª Vanessa Grazziotin e dos Srs. Hélio José, Humberto Costa, Acir Gurgacz e Lindbergh Farias.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 4 minutos e encerra-se às 18 horas e 13 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Eu queria cumprimentar todos que nos acompanham pela Rádio Senado e pela TV Senado e desejar uma boa semana a todos, nesta segunda-feira, onde temos uma sessão não deliberativa.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço que V. Exª me inscreva para fazer uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Também aproveito a sua inscrição. Sou o quinto orador inscrito na lista de oradores. Vou ver se faço uma permuta, para não haver prejuízo para nenhum colega.

V. Exª está inscrito, Senador Ferraço.

O primeiro orador é o Senador Fernando Collor.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – A Presidência comunica ao Plenário que há sobre a mesa expediente, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*.

É o seguinte o expediente:

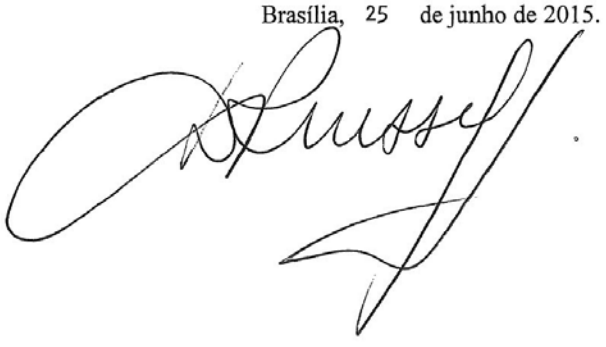
MENSAGEM DA PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Mensagem nº 226

Senhores do Senado Federal,

Informo a Vossas Excelências que me ausentarei do País no período de 27 de junho a 2 de julho de 2015, em visita oficial aos Estados Unidos da América, nas cidades de Nova Iorque, Washington e São Francisco.

Brasília, 25 de junho de 2015.



PROJETOS RECEBIDOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 260, DE 2015

(nº 682/2008, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização ao GRUPO BROTO D'ÁGUA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boquira, Estado da Bahia.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria do Ministério das Comunicações nº 592 de 16 de outubro de 2007, que outorga autorização ao Grupo Broto d'Água para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boquira, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 - Portaria nº 192, de 9 de maio de 2007 – Associação Comunitária Itauense de Radiodifusão - ACIR, no município de Itaú de Minas - MG;

2 - Portaria nº 243, de 28 de maio de 2007 – Associação Comunitária dos 72 discípulos de Cuité - PB, no município de Cuité - PB;

3 - Portaria nº 245, de 28 de maio de 2007 – Associação Pro Arte Cultura Comunitária Caçapava, no município de Caçapava do Sul - RS;

4 - Portaria nº 270, de 29 de maio de 2007 – Associação Beneficente de Itiruçu, no município de Itiruçu - BA;

5 - Portaria nº 300, de 19 de junho de 2007 – Associação Colorense de Radiodifusão Comunitária, no município de Lindolfo Collor - RS;

6 - Portaria nº 314, de 19 de junho de 2007 – Associação Rádio Comunitária Tomé-Açu Cidade, no município de Tomé-Açu - PA;

7 - Portaria nº 350, de 28 de junho de 2007 – Associação de Radiodifusão Comunitária de Acajutiba, no município de Acajutiba - BA;

8 - Portaria nº 369, de 4 de julho de 2007 – Rádio Comunitária Santa Luz FM, no município de Santa Luz - BA;

9 - Portaria nº 430, de 24 de julho de 2007 – ASCCOMVE - Associação Comunitária de Comunicação Venâncio Aires, no município de Venâncio Aires - RS;

10 - Portaria nº 433, de 24 de julho de 2007 – Associação Comunitária Vale do Laranjinha de Ribeirão do Pinhal, no município de Ribeirão do Pinhal - PR;

11 - Portaria nº 452, de 17 de agosto de 2007 – Associação Comunitária de Radiodifusão Iguatama, no município de Iguatama - MG;

12 - Portaria nº 456, de 17 de agosto de 2007 – Associação Movimento Comunitário Rádio Garota FM, no município de Mogi das Cruzes - SP;

13 - Portaria nº 500, de 13 de setembro de 2007 – Associação dos Moradores do Lamim e Região Circunvizinha, no município de Paula Cândido - MG;

14 - Portaria nº 509, de 13 de setembro de 2007 – Associação de Desenvolvimento Comunitário e Cultural de São Miguel do Guamá - ASDECOCS, no município de São Miguel do Guamá - PA;

15 - Portaria nº 553, de 27 de setembro de 2007 – Associação Cultural de Difusão Comunitária Companheira - FM, no município de Igarapé-Açú - PA;

16 - Portaria nº 571, de 16 de outubro de 2007 – Associação dos Pequenos Industriais e Comerciantes do Município de Messias - AL, no município de Messias - AL;

17 - Portaria nº 581, de 16 de outubro de 2007 – Associação Comunitária Para o Desenvolvimento Sócio Cultural de Jataí (ACONDEJ), no município de Jataí - GO;

18 - Portaria nº 592, de 16 de outubro de 2007 – Grupo Broto D'Água, no município de Boquira - BA;

19 - Portaria nº 600, de 16 de outubro de 2007 – Centro de Defesa dos Direitos Humanos e Educação Popular do Acre - CDDHEP - AC, no município de Rio Branco - AC;

20 - Portaria nº 612, de 6 de novembro de 2007 – Associação Cultural Beneficente e Comunitária Líder de Passos, no município de Passos - MG; e

21 - Portaria nº 690, de 11 de dezembro de 2007 – Associação Comunitária e Cultural Amigos de Gramado, no município de Gramado - RS.

Brasília, 8 de abril de 2008.

MC 00461 EM

Brasília, 21 de novembro de 2007.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Grupo Broto D´Água , no município de Boquira, Estado da Bahia, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o *caput* do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53640.001382/98, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa

PORTARIA Nº 592 DE 16 DE OUTUBRO DE 2007.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53640.001382/98 e do PARECER/MC/CONJUR/MGT/Nº 1280 - 1.08/2007, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Grupo Broto D´Água , com sede na Estrada da Vila Operária, s/nº, Vila Operária, no município de Boquira, Estado da Bahia , para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 12°49´11´´S e longitude em 42°43´39´´W, utilizando a freqüência de 104,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HÉLIO COSTA

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 261, DE 2015

(nº 1.081/2013, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E SOCIAL DE CORINTO - ASCCOR para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Corinto, Estado de Minas Gerais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria do Ministério das Comunicações nº 313 de 1º de agosto de 2011, que outorga autorização à Associação Comunitária e Social de Corinto - ASCCOR para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Corinto, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 134, de 2013.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 - Portaria nº 244, de 14 de junho de 2011 – Associação Comunitária do Distrito de Passagem de Mariana - Primeira Capital, no município de Mariana - MG;

2 - Portaria nº 251, de 21 de junho de 2011 – RADIOPAN – Associação de Radiocomunicadores de Paraíso do Norte, no município de Paraíso do Norte - PR;

3 - Portaria nº 252, de 21 de junho de 2011 – Associação Beneficente de Igarapé Miri, no município de Igarapé Miri - PA;

4 - Portaria nº 262, de 8 de julho de 2011 – Associação Comunitária Paraná de Radiodifusão, no município de Arapongas - PR;

5 - Portaria nº 263, de 8 de julho de 2011 – Associação de Moradores Interativa de Paranaguá, no município de Paranaguá - PR;

6 - Portaria nº 291, de 1º de agosto de 2011 – Banda de Música Nossa Senhora do Rosário, no município de Alfredo Vasconcelos - MG;

7 - Portaria nº 292, de 1º de agosto de 2011 – Rádio Cultura de Capinópolis, no município de Capinópolis - MG;

8 - Portaria nº 293, de 1º de agosto de 2011 – Associação Comunitária Radiodifusão dos Moradores do Alto da Colina, no município de Guiricema - MG;

9 - Portaria nº 313, de 1º de agosto de 2011 – Associação Comunitária e Social de Corinto - ASCCOR, no município de Corinto - MG;

10 - Portaria nº 315, de 1º de agosto de 2011 – Associação dos Defensores do Rio Ipojuca, no município de Caruaru - PE;

11 - Portaria nº 316, de 1º de agosto de 2011 – Associação dos Divulgadores da Cultura da Vila de Santo Antônio das Queimadas, no município de Jurema - PE;

12 - Portaria nº 318, de 1º de agosto de 2011 – Associação Comunitária Liberdade, no município de Parnamirim - RN;

13 - Portaria nº 320, de 1º de agosto de 2011 – Associação de Radiodifusão Comunitária Estação FM, no município de Estação - RS;

14 - Portaria nº 322, de 1º de agosto de 2011 – Associação dos Moradores Monte Alegre III, no município de Araraquara - SP;

15 - Portaria nº 323, de 1º de agosto de 2011 – Associação Comunitária Educacional do Meio Ambiente e de Radiodifusão de Sorocaba, no município de Sorocaba - SP;

16 - Portaria nº 326, de 1º de agosto de 2011 – Associação Oficina de Rádio Capanemense, no município de Capanema - PA;

17 - Portaria nº 336, de 17 de agosto de 2011 – Associação Amigos da Cultura e Esporte de Aiuaba-AMICEA, no município de Aiuaba - CE;

18 - Portaria nº 337, de 17 de agosto de 2011 – Associação Cultural de Assunção, no município de Itapipoca - CE;

19 - Portaria nº 338, de 17 de agosto de 2011 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Niquelândia, no município de Niquelândia - GO;

20 - Portaria nº 339, de 17 de agosto de 2011 – Associação Beneficente São Francisco de Assis - ABSFA, no município de Ponto Chique - MG;

21 - Portaria nº 341, de 17 de agosto de 2011 – Associação Comunitária e Cultural de Artur Nogueira, no município de Artur Nogueira - SP;

22 - Portaria nº 343, de 17 de agosto de 2011 – Associação Comunitária do Bairro Vinhosa, no município de Itaperuna - RJ;

23 - Portaria nº 344, de 17 de agosto de 2011 – Associação da Rádio Comunitária Educativa e Cultural Alter-Nativa FM, no município de Santarém - PA;

24 - Portaria nº 345, de 17 de agosto de 2011 – Associação Cultural Artística Novos Talentos de Tupã, no município de Tupã - SP;

25 - Portaria nº 347, de 17 de agosto de 2011 – Associação Comunitária Jardim São Pedro, no município de Mogi das Cruzes - SP;

26 - Portaria nº 391, de 12 de setembro de 2011 – Associação Comunitária de Palmeiras, no município de Suzano - SP;

27 - Portaria nº 394, de 12 de setembro de 2011 – Associação Comunitária de Bugre, no município de Bugre - MG;

28 - Portaria nº 396, de 12 de setembro de 2011 – Associação dos Comunicadores de Radiodifusão de Lucena, no município de Lucena - PB;

29 - Portaria nº 397, de 12 de setembro de 2011 – Associação Cultural Amigos de Petrolândia, no município de Petrolândia - SC;

30 - Portaria nº 398, de 12 de setembro de 2011 – Associação de Desenvolvimento Comunitário Boas Novas, no município de Itaueira - PI;

31 - Portaria nº 426, de 23 de setembro de 2011 – Associação de Desenvolvimento Cultural Rádio Comunitária Nova Santa Helena, no município de Nova Santa Helena - MT;

32 - Portaria nº 427, de 23 de setembro de 2011 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Sócio Educacional Cultural e Artístico Cidade Verde, no município de Maringá - PR;

33 - Portaria nº 460, de 13 de outubro de 2011 – Associação Cultural e Comunitária de Niquelândia - ACCN, no município de Niquelândia - GO;

34 - Portaria nº 479, de 28 de outubro de 2011 – Associação Comunitária de Difusão Alternativa de Divinópolis, no município de Divinópolis - MG;

35 - Portaria nº 481, de 28 de outubro de 2011 – Associação Comunitária Vicentina, no município de Vicentina - MS;

36 - Portaria nº 521, de 6 de dezembro de 2011 – Associação Souzelense de Comunicação Comunitária (ASSOCOM), no município de Senador José Porfírio - PA;

37 - Portaria nº 522, de 6 de dezembro de 2011 – Associação Cultural Morada do Sol, no município de Goiânia - GO;

38 - Portaria nº 523, de 6 de dezembro de 2011 – Associação Cultural e Comunitária de Jequiá da Praia, no município de Jequiá da Praia - AL;

39 - Portaria nº 525, de 6 de dezembro de 2011 – Associação Comunitária Areia Branca FM, no município de Areia Branca - SE; e

40 - Portaria nº 528, de 6 de dezembro de 2011 – Associação Radiofusão Flamboyant, no município de Goiânia - GO.

Brasília, 8 de abril de 2013.

EM nº. 677/2011 - MC

Brasília, 24 de agosto de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária e Social de Corinto – ASCOR, no Município de Corinto, Estado de Minas Gerais, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53000.085171/06 que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva

PORTARIA Nº 313 , DE 1º DE AGOSTO DE 2011.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.085171-06, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária e Social de Corinto - ASCCOR, com sede na Rua Nossa Senhora Aparecida, nº 239 A, Bairro Maciel, Município de Corinto, Estado de Minas Gerais, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 18º 22' 04" S e longitude em 44º 26' 52" W, utilizando a frequência de 104.9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 262, DE 2015

(nº 1.335/2013, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FUNDAÇÃO FAFIT DE RÁDIO E TV EDUCATIVA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itararé, Estado de São Paulo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria do Ministério das Comunicações nº 443 de 13 de outubro de 2011, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 29 de junho de 2011, a permissão outorgada à Fundação Fafit de Rádio e TV Educativa para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Itararé, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 145, de 2013

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, renovações, por dez anos, das permissões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, conforme os seguintes atos:

1 - Portaria nº 372, de 19 de abril de 2010 – Universidade Estadual de Londrina, no município de Londrina - PR;

2 - Portaria nº 1.213, de 25 de novembro de 2010 – Fundação Evangélica Trindade, no município de Jundiaí - SP;

3 - Portaria nº 296, de 1º de agosto de 2011 – Município de São José do Rio Preto, no município de São José do Rio Preto - SP;

4 - Portaria nº 407, de 12 de setembro de 2011 – Fundação Álvaro Cordeiro - FUNDACOR, no município de Coração de Jesus - MG;

5 - Portaria nº 409, de 12 de setembro de 2011 – Fundação Logos - Edições, Jornalismo e Radiodifusão, no município de Itatiba - SP;

6 - Portaria nº 417, de 12 de setembro de 2011 – Fundação Cultural e Comunitária Missões de Vida de Ourinhos, no município de Ourinhos - SP;

7 - Portaria nº 439, de 13 de outubro de 2011 – Fundação Mãe de Deus, no município de Caxias do Sul - RS;

8 - Portaria nº 443, de 13 de outubro de 2011 – Fundação Fafit de Rádio e TV Educativa, no município de Itararé - SP;

9 - Portaria nº 444, de 13 de outubro de 2011 – Fundação Nagib Haickel, no município de São Luís - MA; e

10 - Portaria nº 502, de 6 de dezembro de 2011 – Fundação Universitária de Rádio e Televisão, no município de Araraquara - SP.

Brasília, 9 de abril de 2013.

EM nº. 824/2011 - MC

Brasília, 9 de novembro de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.015143/2011, acompanhado de Portaria, que renova a permissão outorgada à **FUNDAÇÃO FAFIT DE RÁDIO E TV EDUCATIVA** para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Itararé, Estado de São Paulo, pelo prazo de dez anos, a partir de 29 de junho de 2011.

2. A outorga foi deferida à **FUNDAÇÃO FAFIT DE RÁDIO E TV EDUCATIVA**, pela Portaria nº 29, de 10 de fevereiro de 2000, publicada no Diário Oficial da União de 22 de março de 2000, e referendada pelo Decreto Legislativo nº 249, de 2001, publicado no Diário Oficial da União de 29 de junho de 2001.

3. Observo que a renovação das permissões outorgadas para a execução dos serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamenta.

4. Os órgãos técnicos e a Consultoria Jurídica deste Ministério manifestaram-se favoravelmente ao pedido, uma vez que todas as disposições normativas regentes foram atendidas.

5. Diante do exposto e em observância ao que dispõe a Lei nº 5.785, de 1972, e seu Regulamento, o Decreto nº 88.066/83, encaminho processo a Vossa Excelência, para decisão e submissão da matéria ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 223, §3º, da Constituição da República.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva

PORTARIA Nº 443 , DE 13 DE OUTUBRO DE 2011.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.015143/2011, RESOLVE:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 29 de junho de 2011, a permissão outorgada à **FUNDAÇÃO FAFIT DE RÁDIO E TV EDUCATIVA**, pela Portaria nº 29, de 10 de fevereiro de 2000, publicada no Diário Oficial da União de 22 de março de 2000, e referendada pelo Decreto Legislativo nº 249, de 2001, publicado no Diário Oficial da União de 29 de junho de 2001, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Itararé, Estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão cuja outorga é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA
Ministro de Estado das Comunicações

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 263, DE 2015

(nº 1.544/2014, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DA CIDADE DE BURITIRAMA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buritirama, Estado da Bahia.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria do Ministério das Comunicações nº 311 de 25 de novembro de 2013, que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural da Cidade de Buritirama para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buritirama, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 217, de 2014

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 - Portaria nº 398, de 24 de julho de 2007 – Associação América Artística e Cultural de Uberaba, no município de Uberaba – MG;

2 - Portaria nº 498, de 19 de dezembro de 2012 – Associação Comunitária e Educativa Nova Colina - ACENCO, no município de Sobradinho – DF;

3 - Portaria nº 499, de 19 de dezembro de 2012 – Associação de Radiodifusão Comunitária de Ibaretama – ARCI, no município de Ibaretama – CE;

4 - Portaria nº 501, de 19 de dezembro de 2012 – Associação Rádio Comunitária Alto Paraíso, no município de Alto Paraíso – PR;

5 - Portaria nº 522, de 27 de dezembro de 2012 – Instituto Silver de Referência da Assistência Social, no município de São José da Lapa – MG;

6 - Portaria nº 25, de 8 de março de 2013 – Associação Comunitária Cultural Minuano de Sarandi, no município de Sarandi – RS;

7 - Portaria nº 90, de 12 de abril de 2013 – Associação Comunitária Cultural 13 de Setembro, no município de Mercedes – PR;

8 - Portaria nº 92, de 12 de abril de 2013 – Associação Comunitária Santos Dumont, no município de Goiânia - GO;

9 - Portaria nº 133, de 15 de maio de 2013 – Associação Comunitária, Cultural e Desenvolvimento Social de Montauri, no município de Montauri - RS;

10 - Portaria nº 136, de 17 de maio de 2013 – Associação Cultural Amigos de Benedito Novo – ASCABEN, no município de Benedito Novo – SC;

11 - Portaria nº 143, de 24 de maio de 2013 – Associação Cultural de Comunicação Comunitária Aliança Educadora FM, no município de Nova Aliança – SP;

12 - Portaria nº 151, de 6 de junho de 2013 – Associação Amigos de Primavera III, no município de Primavera do Leste – MT;

13 - Portaria nº 165, de 20 de junho de 2013 – Associação Comunitária de Campina da Lagoa, no município de Campina da Lagoa – PR;

14 - Portaria nº 171, de 20 de junho de 2013 – Associação Comunitária Manituba de Quixeramobim, no município de Quixeramobim – CE;

15 - Portaria nº 202, de 10 de julho de 2013 – Associação de Radiodifusão Comunitária de Itaguari, no município de Itaguari – GO;

16 - Portaria nº 203, de 10 de julho de 2013 – Associação de Serviço de Radiodifusão Comunitária Nascente, no município de Salesópolis – SP;

17 - Portaria nº 205, de 10 de julho de 2013 – Associação Rádio Comunitária Som das Termas, no município de Águas de Chapecó – SC;

18 - Portaria nº 210, de 16 de julho de 2013 – Centro Comunitário Pró-Construção e Desenvolvimento do Taquaril Ex-Castanheiras e Adjacências, no município de Belo Horizonte - MG;

19 - Portaria nº 238, de 7 de agosto de 2013 – Associação Cultural de Divino, no município de Divino – MG;

20 - Portaria nº 311, de 25 de novembro de 2013 – Associação Comunitária e Cultural da Cidade de Buritirama – BA; e

21 - Portaria nº 313, de 25 de novembro de 2013 – Associação de Rádio Comunitária de Juazeirinho, no município de Conceição do Coité – BA.

Brasília, 23 de julho de 2014.

EM nº 00167/2013 MC

Brasília, 23 de Dezembro de 2013

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade **Associação Comunitária e Cultural da Cidade de Buritirama**, Município de Buritirama, Estado da Bahia, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o que dispõe *caput* do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53000.038093/2011, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva

PORTARIA Nº 311, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2013.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.038093/2011, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à **Associação Comunitária e Cultural da Cidade de Buritirama**, com sede à Avenida Coronel Antônio Rodrigues Viana, nº 1075, Centro, Município de Buritirama, Estado da Bahia, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado na Av. Coronel Antônio Rodrigues Viana nº 1075, município de Buritirama, estado da Bahia, nas coordenadas geográficas com latitude em 10°42'45"S e longitude em 43°37'53"W, utilizando a frequência de 87.9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA
Ministro de Estado das Comunicações

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 264, DE 2015

(nº 1.643/2014, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à UNIÃO COMUNITÁRIA RECREATIVA ALOANDENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aloândia, Estado de Goiás.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria do Ministério das Comunicações nº 372 de 28 de agosto de 2012, que outorga autorização à União Comunitária Recreativa Aloandense para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aloândia, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 215, de 2014

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 - Portaria nº 128, de 16 de fevereiro de 2005 – Associação dos Amigos e Produtores Rurais de Caxingó – AAPRC, no município de Caxingó – PI;

2 - Portaria nº 17, de 20 de janeiro de 2012 – Associação Urumajó de Radiodifusão Comunitária, no município de Augusto Correia – PA;

3 - Portaria nº 38, de 20 de janeiro de 2012 – Associação de Radiodifusão Comunitária de São José Inhacorá, no município de São José do Inhacorá – RS;

4 - Portaria nº 118, de 2 de março de 2012 – Associação Educativa do Movimento de Radiodifusão Comunitária de Nova Viçosa, no município de Nova Viçosa – BA;

5 - Portaria nº 167, de 21 de março de 2012 – Associação Comunitária Resgate da Misericórdia, no município de Caxias do Sul – RS;

6 - Portaria nº 172, de 21 de março de 2012 – Associação Comunitária Escola Viva, no município de João Pinheiro – MG;

7 - Portaria nº 178, de 27 de março de 2012 – Associação Comunitária de Rádio Difusão de Riacho dos Machados, no município de Riacho dos Machados – MG;

8 - Portaria nº 265, de 28 de agosto de 2012 – Associação Comunitária de Cultura e Informação Pauiniense, no município de Pauiní – AM;

9 - Portaria nº 270, de 6 de junho de 2012 – Associação Timboteuense de Radiodifusão Comunitária – ATRC, no município de Nova Timboteua – PA;

10 - Portaria nº 275, de 6 de junho de 2012 – Associação Comunitária Rádio Itati, no município de Itati – RS;

11 - Portaria nº 278, de 6 de junho de 2012 – Associação Retiro Velho Radiodifusão de Piedade do Rio Grande, no município de Piedade do Rio Grande – MG;

12 - Portaria nº 280, de 6 de junho de 2012 – Associação de Radiodifusão Comunitária Aracy, no município de São Carlos – SP;

13 - Portaria nº 282, de 6 de junho de 2012 – Centro de Apoio Social Amigos da Solidariedade, no município de Nova Iguaçu – RJ;

14 - Portaria nº 343, de 11 de julho de 2012 – Associação Cultural e de Comunicação Flor do Cerrado, no município de Primavera do Leste – MT;

15 - Portaria nº 344, de 11 de julho de 2012 – Associação Comunitária de Ação e Desenvolvimento de Algodão de Jandaíra, no município de Algodão de Jandaíra – PB;

16 - Portaria nº 372, de 28 de agosto de 2012 – União Comunitária Recreativa Aloandense, no município de Aloândia – GO;

17 - Portaria nº 373, de 28 de agosto de 2012 – Associação Cultural Radiofônica e Comunitária de Betim, no município de Betim – MG;

18 - Portaria nº 375, de 28, de agosto de 2012 – Associação Cultural e Recreativa da Comunidade Iacriense – ACRECI, no município de Iacri – SP;

19 - Portaria nº 384, de 28 de agosto de 2012 – Associação de Radiodifusão Comunitária de Bagre – ARCB, no município de Bagre – PA;

20 - Portaria nº 385, de 28 de agosto de 2012 – Associação Comunitária Cultural e Educacional São Vendelino – ACCEVS, no município de São Vendelino – RS;

21 - Portaria nº 428, de 5 de outubro de 2012 – Associação Comunitária para o Desenvolvimento Artístico e Cultural de Maravilhas, no município de Maravilhas – MG;

22 - Portaria nº 430, de 5 de outubro de 2012 – Associação de Comunicação e Cultura da Comunidade de Marília, no município de Marília – SP;

23 - Portaria nº 431, de 5 de outubro de 2012 – Associação Beneficente Cultural e Educacional Amor ao Próximo, no município de Imaruí – SC;

24 - Portaria nº 10, de 1º de fevereiro de 2013 – Associação de Moradores do Bairro Piçarra Nova, no município de Nazaré do Piauí – PI;

25 - Portaria nº 91, de 12 de abril de 2013 – Associação de Moradores do Distrito de Colorado do Norte, no município de Nova Canaã do Norte – MT;

26 - Portaria nº 98, de 19 de abril de 2013 – Associação de Serviço de Radiodifusão Cultural Comunitária do Bairro Santa Maria II, no município de Várzea Grande – MT;

27 - Portaria nº 153, de 6 de junho de 2013 – Associação Comunitária São Miguel de Quixeramobim, no município de Quixeramobim – CE;

28 - Portaria nº 166, de 20 de junho de 2013 – Associação Comunitária Solidariedade e Desenvolvimento de São Luiz Gonzaga, no município de São Luiz Gonzaga – RS;

29 - Portaria nº 168, de 20 de junho de 2013 – Associação de Radiofônica Comunitária Stilus FM, no município de Angatuba – SP;

30 - Portaria nº 204, de 10 de julho de 2013 – Associação Comunitária de Ponto dos Volantes, no município de Ponto dos Volantes – MG;

31 - Portaria nº 207, de 10 de julho de 2013 – Associação Garibaldense de Cultura – AGC, no município de Garibaldi – RS;

32 - Portaria nº 235, de 7 de agosto de 2013 – Associação Cultural de Monte Azul, no município de Monte Azul – MG;

33 - Portaria nº 243, de 7 de agosto de 2013 – Associação de Pais, Alunos e Mestres de Santa Luzia – Touros/RN, no município de Touros – RN;

34 - Portaria nº 247, de 7 de agosto de 2013 – Associação Cultural Guarujá, no município de Guarujá do Sul – SC;

35 - Portaria nº 248, de 7 de agosto de 2013 – Associação Guzolandense de Radiodifusão Comunitária – AGRACOM, no município de Guzolândia – SP;

36 - Portaria nº 249, de 7 de agosto de 2013 – Associação Comunitária de Difusão Chapada da Natividade – ACDDCDN, no município de Chapada da Natividade – TO;

37 - Portaria nº 250, de 7 de agosto de 2013 – Associação de Difusão Comunitária Portal do Jalapão – ADCPDJ, no município de Lizarda – TO;

38 - Portaria nº 260, de 28 de agosto de 2013 – Associação de Radiodifusão Nova Comunitária FM de Iraceminha, no município de Iraceminha – SC;

39 - Portaria nº 261, de 28 de agosto de 2013 – Associação Professor Heitor Nunes da Matta, no município de Guanhães – MG;

40 - Portaria nº 283, de 27 de setembro de 2013 – Associação Bom Jesus de Comunicação e Cultura – ABJDCC, no município de Bom Jesus do Tocantins – TO;

41 - Portaria nº 284, de 27 de setembro de 2013 – Associação de Pequenos Produtores de Tocantínia, no município de Tocantínia – TO;

42 - Portaria nº 287, de 27 de setembro de 2013 – Associação Comunitária de Radiodifusão de Feira da Mata, no município de Feira da Mata – BA;

43 - Portaria nº 288, de 27 de setembro de 2013 – Associação Comunitária de Radiodifusão e Cultura de Iraquara, no município de Iraquara – BA;

44 - Portaria nº 289, de 27 de setembro de 2013 – Instituto de Desenvolvimento do Vale do Jaguaripe, no município Muniz Ferreira – BA; e

45 - Portaria nº 295, de 27 de setembro de 2013 – Organização Ecológica Cultural Corimbataí, no município de Piracicaba – SP.

Brasília, 23 de julho de 2014.

EM nº 00259/2012 MC

Brasília, 2 de Outubro de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade **União Comunitária Recreativa Aloandense**, no Município de Aloândia, Estado de Goiás, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o que dispõe *caput* do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53000.037112/2005, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva

PORTARIA Nº 372, DE 28 DE AGOSTO DE 2012.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.037112/05, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à União Comunitária Recreativa Aloandense, com sede na Avenida 11 de Novembro, s/n, Centro, Município de Aloândia, Estado de Goiás, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 17° 43' 26" S e longitude em 49° 29' 01" W, utilizando a frequência de 98,5 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3° do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA
Ministro de Estado das Comunicações

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 265, DE 2015

(nº 37/2015, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DIFUSORA COMUNITÁRIA DO CATETE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria do Ministério das Comunicações nº 203 de 6 de junho de 2011, que outorga autorização à Associação Difusora Comunitária do Catete para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 42, de 2013

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 - Portaria nº 1.228, de 30 de novembro de 2010 – Associação Mato Perso de Comunicação, no município de Flores da Cunha – RS;

2 - Portaria nº 1.230, de 30 de novembro de 2010 – Associação de Radiodifusão Comunitária Água Viva – ARCA, no município de Santa Bárbara do Sul – RS;

3 - Portaria nº 1.235, de 30 de novembro de 2010 – Associação Comunitária de Radiodifusão e Ação Social El Shadai, no município de Ipirá – BA;

4 - Portaria nº 1.236, de 30 de novembro de 2010 – Associação Comunitária Alternativa Paraisopolense de Radiodifusão, no município de Paraisópolis – MG;

5 - Portaria nº 1.239, de 30 de novembro de 2010 – Associação de Radiodifusão e Proteção Ambiental de Rio Azul, no município de Rio Azul – PR;

6 - Portaria nº 1.241, de 30 de novembro de 2010 – Associação Comunitária Getsêmani de Radiodifusão, no município de Mata Verde – MG;

7 - Portaria nº 1.242, de 30 de novembro de 2010 – Associação Cultural e Artística Resgate Vida de Holambra, no município de Holambra – SP;

8 - Portaria nº 1.243, de 30 de novembro de 2010 – Associação Cultural Comunitária de Tuiuti, no município de Tuiuti – SP;

9 - Portaria nº 1.276, de 6 de dezembro de 2010 – Associação Comunitária Rio Grande, no município de Ibiraci – MG;

10 - Portaria nº 1.277, de 6 de dezembro de 2010 – Associação Radiofônica Amigos de Córrego do Ouro – ARACOR, no município de Campos Gerais – MG;

11 - Portaria nº 1.315, de 10 de dezembro de 2010 – Associação Rádio Comunitária Água Limpa, no município de Água Limpa – GO;

12 - Portaria nº 127, de 17 de maio de 2011 – Associação Comunitária Cidade Nova de Jauru – ACOCINJA, no município de Jauru – MT;

13 - Portaria nº 136, de 24 de maio de 2011 – Associação de Radiodifusão e Desenvolvimento Comunitário Vale do Babaçu do Município de Cidelândia, no município de Cidelândia – MA;

14 - Portaria nº 138, de 24 de maio de 2011 – Associação Comunitária de Radiodifusão de Guarantã do Norte, no município de Guarantã do Norte – MT;

15 - Portaria nº 139, de 24 de maio de 2011 – Associação de Radiodifusão de Afogados da Ingazeira, no município de Afogados da Ingazeira – PE;

16 - Portaria nº 153, de 24 de maio de 2011 – Associação Cultural e Comunitária Rádio Livre Taquari FM, no município de Alto Taquari – MT;

17 - Portaria nº 154, de 24 de maio de 2011 – Associação Comunitária dos Moradores de Joaquim Pires, no município de Joaquim Pires – PI;

18 - Portaria nº 158, de 24 de maio de 2011 – Associação Comunitária Cidadã e Cultural do Planalto do Sul, no município de Teodoro Sampaio – SP;

19 - Portaria nº 167, de 6 de junho de 2011 – Associação Rural de Rádio Comunitária do Assentamento do Bom Jesus, no município de Tartarugalzinho – AP;

20 - Portaria nº 187, de 6 de junho de 2011 – Associação dos Cavaleiros de Bom Sucesso de Itararé, no município de Bom Sucesso de Itararé – SP;

21 - Portaria nº 203, de 6 de junho de 2011 – Associação Difusora Comunitária do Catete, no município do Rio de Janeiro – RJ;

22 - Portaria nº 231, de 13 de junho de 2011 – Associação Comunitária e Cultural Itatiaia FM, no município de São José do Jacuípe – BA; e

23 - Portaria nº 532, de 6 de dezembro de 2011 – Associação Saldanhense de Desenvolvimento Comunitário, no município de Saldanha Marinho – RS.

Brasília, 18 de fevereiro de 2013.

EM nº. 373/2011 - MC

Brasília, 1º. de julho de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Difusora Comunitária do Catete, no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53000.044962/2009 que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva

PORTARIA Nº 203 DE 6 DE JUNHO DE 2011.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.044962/09, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à **Associação Difusora Comunitária do Catete,** com sede na Rua: Silveira Martins, nº 153, Catete**,** Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 22°55'32"S e longitude em 43°10'40"W, utilizando a freqüência de 98.7 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA
Ministro de Estado das Comunicações

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 266, DE 2015

(nº 72/2015, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CULTURAL E EDUCACIONAL AMOR AO PRÓXIMO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Imaruí, Estado de Santa Catarina.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria do Ministério das Comunicações nº 431 de 5 de outubro de 2012, que outorga autorização à Associação Beneficente Cultural e Educacional Amor ao Próximo para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Imaruí, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 215, de 2014

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 - Portaria nº 128, de 16 de fevereiro de 2005 – Associação dos Amigos e Produtores Rurais de Caxingó – AAPRC, no município de Caxingó – PI;

2 - Portaria nº 17, de 20 de janeiro de 2012 – Associação Urumajó de Radiodifusão Comunitária, no município de Augusto Correia – PA;

3 - Portaria nº 38, de 20 de janeiro de 2012 – Associação de Radiodifusão Comunitária de São José Inhacorá, no município de São José do Inhacorá – RS;

4 - Portaria nº 118, de 2 de março de 2012 – Associação Educativa do Movimento de Radiodifusão Comunitária de Nova Viçosa, no município de Nova Viçosa – BA;

5 - Portaria nº 167, de 21 de março de 2012 – Associação Comunitária Resgate da Misericórdia, no município de Caxias do Sul – RS;

6 - Portaria nº 172, de 21 de março de 2012 – Associação Comunitária Escola Viva, no município de João Pinheiro – MG;

7 - Portaria nº 178, de 27 de março de 2012 – Associação Comunitária de Rádio Difusão de Riacho dos Machados, no município de Riacho dos Machados – MG;

8 - Portaria nº 265, de 28 de agosto de 2012 – Associação Comunitária de Cultura e Informação Pauiniense, no município de Pauiní – AM;

9 - Portaria nº 270, de 6 de junho de 2012 – Associação Timboteuense de Radiodifusão Comunitária – ATRC, no município de Nova Timboteua – PA;

10 - Portaria nº 275, de 6 de junho de 2012 – Associação Comunitária Rádio Itati, no município de Itati – RS;

11 - Portaria nº 278, de 6 de junho de 2012 – Associação Retiro Velho Radiodifusão de Piedade do Rio Grande, no município de Piedade do Rio Grande – MG;

12 - Portaria nº 280, de 6 de junho de 2012 – Associação de Radiodifusão Comunitária Aracy, no município de São Carlos – SP;

13 - Portaria nº 282, de 6 de junho de 2012 – Centro de Apoio Social Amigos da Solidariedade, no município de Nova Iguaçu – RJ;

14 - Portaria nº 343, de 11 de julho de 2012 – Associação Cultural e de Comunicação Flor do Cerrado, no município de Primavera do Leste – MT;

15 - Portaria nº 344, de 11 de julho de 2012 – Associação Comunitária de Ação e Desenvolvimento de Algodão de Jandaíra, no município de Algodão de Jandaíra – PB;

16 - Portaria nº 372, de 28 de agosto de 2012 – União Comunitária Recreativa Aloandense, no município de Aloândia – GO;

17 - Portaria nº 373, de 28 de agosto de 2012 – Associação Cultural Radiofônica e Comunitária de Betim, no município de Betim – MG;

18 - Portaria nº 375, de 28, de agosto de 2012 – Associação Cultural e Recreativa da Comunidade Iacriense – ACRECI, no município de Iacri – SP;

19 - Portaria nº 384, de 28 de agosto de 2012 – Associação de Radiodifusão Comunitária de Bagre – ARCB, no município de Bagre – PA;

20 - Portaria nº 385, de 28 de agosto de 2012 – Associação Comunitária Cultural e Educacional São Vendelino – ACCEVS, no município de São Vendelino – RS;

21 - Portaria nº 428, de 5 de outubro de 2012 – Associação Comunitária para o Desenvolvimento Artístico e Cultural de Maravilhas, no município de Maravilhas – MG;

22 - Portaria nº 430, de 5 de outubro de 2012 – Associação de Comunicação e Cultura da Comunidade de Marília, no município de Marília – SP;

23 - Portaria nº 431, de 5 de outubro de 2012 – Associação Beneficente Cultural e Educacional Amor ao Próximo, no município de Imaruí – SC;

24 - Portaria nº 10, de 1º de fevereiro de 2013 – Associação de Moradores do Bairro Piçarra Nova, no município de Nazaré do Piauí – PI;

25 - Portaria nº 91, de 12 de abril de 2013 – Associação de Moradores do Distrito de Colorado do Norte, no município de Nova Canaã do Norte – MT;

26 - Portaria nº 98, de 19 de abril de 2013 – Associação de Serviço de Radiodifusão Cultural Comunitária do Bairro Santa Maria II, no município de Várzea Grande – MT;

27 - Portaria nº 153, de 6 de junho de 2013 – Associação Comunitária São Miguel de Quixeramobim, no município de Quixeramobim – CE;

28 - Portaria nº 166, de 20 de junho de 2013 – Associação Comunitária Solidariedade e Desenvolvimento de São Luiz Gonzaga, no município de São Luiz Gonzaga - RS;

29 - Portaria nº 168, de 20 de junho de 2013 – Associação de Radiofônica Comunitária Stilus FM, no município de Angatuba – SP;

30 - Portaria nº 204, de 10 de julho de 2013 – Associação Comunitária de Ponto dos Volantes, no município de Ponto dos Volantes – MG;

31 - Portaria nº 207, de 10 de julho de 2013 – Associação Garibaldense de Cultura – AGC, no município de Garibaldi – RS;

32 - Portaria nº 235, de 7 de agosto de 2013 – Associação Cultural de Monte Azul, no município de Monte Azul – MG;

33 - Portaria nº 243, de 7 de agosto de 2013 – Associação de Pais, Alunos e Mestres de Santa Luzia – Touros/RN, no município de Touros – RN;

34 - Portaria nº 247, de 7 de agosto de 2013 – Associação Cultural Guarujá, no município de Guarujá do Sul – SC;

35 - Portaria nº 248, de 7 de agosto de 2013 – Associação Guzolandense de Radiodifusão Comunitária – AGRACOM, no município de Guzolândia – SP;

36 - Portaria nº 249, de 7 de agosto de 2013 – Associação Comunitária de Difusão Chapada da Natividade – ACDDCDN, no município de Chapada da Natividade – TO;

37 - Portaria nº 250, de 7 de agosto de 2013 – Associação de Difusão Comunitária Portal do Jalapão – ADCPDJ, no município de Lizarda – TO;

38 - Portaria nº 260, de 28 de agosto de 2013 – Associação de Radiodifusão Nova Comunitária FM de Iraceminha, no município de Iraceminha – SC;

39 - Portaria nº 261, de 28 de agosto de 2013 – Associação Professor Heitor Nunes da Matta, no município de Guanhães – MG;

40 - Portaria nº 283, de 27 de setembro de 2013 – Associação Bom Jesus de Comunicação e Cultura – ABJDCC, no município de Bom Jesus do Tocantins – TO;

41 - Portaria nº 284, de 27 de setembro de 2013 – Associação de Pequenos Produtores de Tocantínia, no município de Tocantínia – TO;

42 - Portaria nº 287, de 27 de setembro de 2013 – Associação Comunitária de Radiodifusão de Feira da Mata, no município de Feira da Mata – BA;

43 - Portaria nº 288, de 27 de setembro de 2013 – Associação Comunitária de Radiodifusão e Cultura de Iraquara, no município de Iraquara – BA;

44 - Portaria nº 289, de 27 de setembro de 2013 – Instituto de Desenvolvimento do Vale do Jaguaripe, no município Muniz Ferreira – BA; e

45 - Portaria nº 295, de 27 de setembro de 2013 – Organização Ecológica Cultural Corimbataí, no município de Piracicaba – SP.

Brasília, 23 de julho de 2014.

EM nº 00273/2012 MC

Brasília, 23 de Novembro de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade **Associação Beneficiente Cultural e Educacional Amor ao Próximo**, no Município de Imaruí, Estado de Santa Catarina, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53000.040302/05 que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva

PORTARIA Nº 431 , DE 5 DE OUTUBRO DE 2012.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.040302/2005, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à **Associação Beneficiente Cultural e Educacional Amor ao Próximo**, com sede na Rua Capitão Jerônimo Luiz de Bittencourt, s/n, Centro, Município de Imaruí, Estado de Santa Catarina, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 28° 20' 44" S e longitude em 48° 48' 57" W, utilizando a frequência de 98.3 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3° do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA
Ministro de Estado das Comunicações

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 267, DE 2015

(nº 76/2015, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DONA BEJA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paracatu, Estado de Minas Gerais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1° Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria do Ministério das Comunicações n° 1.253 de 2 de dezembro de 2010, que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural Dona Beja para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Paracatu, Estado de Minas Gerais.

Art. 2° Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 424, de 2014

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhada de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 1.253, de 2 de dezembro de 2010, que outorga permissão à FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DONA BEJA, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Paracatu, Estado de Minas Gerais.

Brasília, 15 de dezembro de 2014.

EM nº 00063/2013 MC

Brasília, 16 de Julho de 2013

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.071953/2006, de interesse da FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DONA BEJA, objeto de permissão para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Paracatu, Estado de Minas Gerais.

2. De acordo com o art. 13, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, não dependerá de edital a outorga para execução de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

3. Cumpre ressaltar que o pedido encontra-se devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, conforme análise procedida pela Consultoria Jurídica deste Ministério.

4. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo correspondente.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva

PORTARIA N.º 1253, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2010.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 13, §1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.071953/2006, e do PARECER/MC/CONJUR/JSN/Nº 0323 - 1.07 / 2007, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DONA BEJA para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Paracatu, Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE
Ministro de Estado das Comunicações

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 268, DE 2015

(nº 78/2015, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO LÍDER DO VALE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº de 17 de dezembro de 2014, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 15 de janeiro de 2009, a concessão outorgada à Rádio Líder do Vale Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

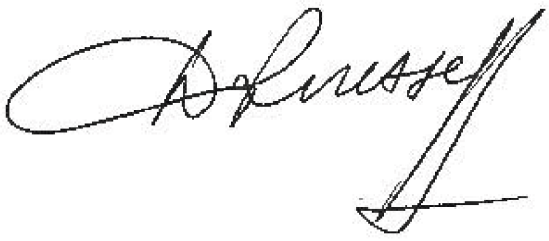
Mensagem nº 430, de 2014

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhados de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, os atos constantes dos Decretos de 17 de dezembro de 2014, publicados no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2014, que renovam as concessões para explorar, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em ondas médias, outorgadas às entidades abaixo:

1. Rádio Brasil Novo Ltda., no município de Jaraguá do Sul - SC; e
2. Rádio Líder do Vale Ltda., no município de Herval D'Oeste – SC.

Brasília, 18 de dezembro de 2014.



EM nº. 665/2011 - MC

Brasília, 23 de agosto de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.045417/2008, em que a **RÁDIO LÍDER DO VALE LTDA.,** solicita renovação da outorga que lhe foi concedida para executar o Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, no Município de Herval D'Oeste, Estado de Santa Catarina, pelo prazo de dez anos, a partir de 15 de janeiro de 2009.

2. A outorga foi deferida à **Rádio Líder do Vale Ltda.,** pelo Decreto nº 82.642, de 14 de novembro de 1978, publicado no Diário Oficial da União de 16 de novembro de 1978, e renovada pelo Decreto nº 97.699 de 27 de abril de 1989, publicado no Diário Oficial da União de 28 de abril de 1989, referendado pelo Decreto Legislativo nº 145, de 1991, publicado no Diário Oficial da União de 12 de junho de 1991.

3. Observo que a renovação das concessões outorgadas para a execução dos serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamenta.

4. Os órgãos técnicos e a Consultoria Jurídica deste Ministério manifestaram-se favoravelmente ao pedido, uma vez que todas as disposições normativas regentes foram atendidas.

5. Acompanha o ato o Processo de nº 53740.002017/1999, que constitui pedido distinto de renovação, referente ao período de 15 de janeiro de 1999 à 15 de janeiro de 2009, deferido de acordo com o artigo 9º do Decreto nº 88.066/93.

6. Diante do exposto, em observância ao que dispõe a Lei nº 5.785, de 1972, e seu Regulamento, o Decreto nº 88.066/83, encaminho os processos a Vossa Excelência para decisão e submissão da matéria ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 223, §3º, da Constituição da República.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva

DECRETO DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014

Renova a concessão outorgada à Rádio Líder do Vale Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Herval D'Oeste, Estado de Santa Catarina.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, **caput**, inciso IV, e 223 da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e de acordo com o que consta dos Processos nº 53000.045417/2008 e nº 53740.002017/1999-18,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 15 de janeiro de 2009, a concessão outorgada à Rádio Líder do Vale Ltda., conforme Decreto nº 82.642, de 14 de novembro de 1978, renovada pelo Decreto nº 97.699, de 27 de abril de 1989, e aprovada pelo Decreto Legislativo nº 145, de 11 de junho de 1991, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Herval D'Oeste, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. A concessão renovada será regida pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 17 de dezembro de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)

Os **Projetos de Decreto Legislativo nºs 260 a 268, de 2015**, em conformidade com o inciso III do art. 91 do Regimento Interno, serão apreciados terminativamente pela CCT, onde poderão receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, "c", da Norma Interna.

REQUERIMENTO

REQUERIMENTO Nº 735, de 2015

Nos termos do art. 55, inciso III, da Constituição Federal, e para os fins do disposto no art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, REQUEIRO licença dos trabalhos da Casa de 1º a 11 de julho de 2015, a fim de representar o Senado Federal em visita ao Japão e Rússia, tendo em vista indicação feita pela Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA do Senado Federal, à luz do Of. Nº 248/2015-SACRA, de 25/06/2015, para integrar a comitiva liderada pela Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Kátia Abreu.

Comunico, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do país no período de 1º a 11 de julho de 2015.

Brasília, DF, 25 de junho de 2015

Senador WELLINGTON FAGUNDES

PROJETO DE LEI DO SENADO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 403 , DE 2015

Confere ao Município de Curitiba, Paraná, o título de Capital Nacional da Arte em Mosaico

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º É conferido ao Município de Curitiba, Estado do Paraná, o título de "Capital Nacional da Arte em Mosaico".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal determina, em seu Art. 215, § 2º, que "*a lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais*". Tal dispositivo, por analogia, tem servido de respaldo para o oferecimento e para a aprovação de projetos de lei que tratam de homenagens de forma geral. Eleger determinada cidade brasileira capital simbólica constitui forma de reconhecer a excelência de tal cidade em determinada área, o que configura, sem dúvida, espécie de homenagem.

Na sua definição mais comum, a arte em mosaico, ou arte musiva, é uma arte decorativa considerada como uma expressão artística na qual o artista, autor da obra, organiza peças coloridas de diversos matizes, conhecidas como tesselas que são coladas sobre superfícies formando imagens.

Essas imagens, formadas por pequenos fragmentos de vidro multicolores, pedras semipreciosas, mármore, conchas e outros materiais, são forma de arte que existem há milênios, desde o tempo dos sumérios, por volta de cinco mil anos, que revestiam pisos, paredes e pilastras fixadas em massa, formando figuras de

decoração geométricas extremamente belas que resistiram à ação do tempo e que fazem parte do acervo dos museus europeus e americanos, impressionando a todos pela sua beleza.

Em nosso país, a capital do Estado do Paraná, Curitiba, se destaca pelas belas obras artísticas em mosaico que embelezam logradouros públicos, igrejas e museus, elaboradas por artistas paranaenses como Bea Pereira, Rosângela Kusma Gasparin, Inês Grisotto que oferecem cursos cada vez mais concorridos que geraram novos artistas como Denise Raasch Marcelino, Mauro Dacol, Tagliolo Loko, Iris Van den Bogert, Iara Fragoso, Fernanda Czelujinski, e tantos outros mosaicistas que fazem Curitiba merecer o título de Capital Nacional da Arte em Mosaico, revelada no recente lançamento da revista Mosaico em Rede, a primeira revista sobre a arte em mosaico do Brasil, aditada na capital paranaense (www.mosaiconarede.com.br).

Destacamos como destaque dessa arte o grande mural em mosaico, de 13 x 3 metros de altura, intitulado *Árvore em Verso e Reciclagem*, localizado próximo ao Centro Cívico, que impressiona pela beleza para quem passa pela rua Roberto Barroso, na esquina com a rua Mateus Leme no centro urbano de Curitiba.

O estímulo para o aperfeiçoamento das técnicas e revelação de novos talentos decorre de promoções da arte como a 5ª. Bienal de Mosaico de Curitiba que se realizará de 19 de agosto a 27 der setembro de 2015; e I Mosaico em Pauta no dia 19 de agosto próximo, no memorial de Curitiba.

Assim sendo, merece a cidade de Curitiba receber esse título honorífico de "Capital Nacional da Arte em Mosaico".

Sala das Sessões,

Senador ALVARO DIAS

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Emendas Constitucionais Emendas Constitucionais de Revisão

Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

Atos decorrentes do disposto no § 3º do art. 5º

ÍNDICE TEMÁTICO

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

.....
.....

Seção II
DA CULTURA

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

.....
.....

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.)

AVISO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

– **Aviso n° 644-GP/TCU**: comunicando que, no processo relativo às Contas da Presidente da República, foi concedido prazo de 30 (trinta) dias para apresentação de contrarrazões, cuja análise precederá a remessa do parecer da Corte ao Congresso nacional.

O calendário para apreciação das Contas (MCN 4/2015) será estabelecido quando do recebimento do referido parecer, nos termos do art. 116 da Resolução n° 1 de 2006-CN.

É o seguinte o aviso:

Aviso n° 644-GP/TCU

Brasília, 18 de junho de 2015.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Consoante estabelece o inciso I do art. 71 da Constituição Federal, o Tribunal de Contas da União aprecia e emite parecer prévio sobre as contas anualmente prestadas pelo Presidente da República no prazo de 60 (sessenta) dias após o seu recebimento.

Informo a Vossa Excelência que ~ nos termos do Acórdão n° 1.464/2015 prolatado pelo Plenário desta Casa, na Sessão Extraordinária de 17/6/2015, no processo nº TC-005.335/2015-9 – foi concedido prazo de 30 (trinta) dias à Presidente da República para apresentação de contrarrazões, em nome do devido processo legal e em respeito ao princípio constitucional da ampla defesa e do contraditório.

Ressalto que o respectivo parecer prévio será remetido ao Congresso Nacional
após a análise conclusiva das referidas contrarrazões.

Respeitosamente,

AROLDO CEDRAZ DE OLIVEIRA

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional
Brasília - DF

O aviso, inclusive relatório preliminar anexo, que está disponibilizado no portal do Congresso Nacional, será encaminhado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

COMUNICAÇÃO

MEMO Nº 033/2015 – **GSWMOKA**

Brasília, 29 de junho de 2015.

Exmo. Senhor.
Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em virtude de compromissos assumidos anteriormente e de difícil cancelamento ou adiamento, não poderei compor a comitiva da ministra da Agricultura, Kátia Abreu, em viagem à Rússia e Japão, no período de 1° a 11 de julho.

Atenciosamente,

Senador **WALDEMIR MOKA**
PMDB (MS)

AVISO DO MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA

AVISO Nº 49, DE 2015

(nº 232/2015, na origem)

Brasília, 29 de junho de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Relatório de Financiamentos Externos com Recursos da União**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, em atendimento ao disposto no artigo 12 da Resolução n° 50 do Senado Federal, relatório sobre os financiamentos com recursos orçamentários da União, consignados ao Programa de Financiamento às Exportações – PROEX, referente ao primeiro trimestre de 2015, fornecido pela Secretaria de Assuntos Internacionais, por intermédio do anexo Memorando n° 225/2015/SAIN/MF-DF, de 10.06.2015.

Por oportuno, convém ressaltar o caráter reservado das informações contidas na referida documentação, nos termos do art. 23, inciso II da Lei n° 12.527, de 18.11.2011, e do art. 6°, inciso I do Decreto n° 7.724, de 16.05.2012.

Atenciosamente,

TARCÍSIO JOSÉ MASSOTE GODOY
Ministro de Estado da Fazenda, Interino

(À Comissão de Assuntos Econômicos)

TÉRMINO DE PRAZO

Encerrou-se em 28 de junho do corrente o prazo estabelecido no § 2º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN, para edição de decreto legislativo destinado a regular as relações jurídicas decorrentes da Medida Provisória nº 661, de 2014, convertida no **Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2015**, aprovado em 29 de abril do corrente.

Extinção da Comissão Mista destinada à apreciação da matéria, nos termos do § 3º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

Por se tratar de matéria vetada, o processado retornará à Secretaria Legislativa do Congresso Nacional para aguardar deliberação do Veto aposto à matéria.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu também queria registrar a visita de Gildo César, que é meu colega, que me auxilia no escritório do Acre e que está aqui nos ajudando a planejar o trabalho da semana e dos próximos meses.

Daqui a pouco, vou fazer uso da tribuna e me vou referir à situação da greve dos servidores das universidades federais. Estive na Universidade Federal do Acre, onde recebi um documento a que vou fazer referência.

Também tive uma audiência com os membros do TRE do Acre, discutindo a reforma política. Lá também recebi um documento sobre a greve do Judiciário. Daqui a pouco, farei um discurso, referindo-me a esses documentos que recebi e, da mesma maneira, à greve na Suframa.

Com a palavra, então, o Senador Fernando Collor de Mello, como primeiro orador inscrito.

Em seguida, falará o Senador Ricardo Ferraço.

Com a palavra, V. Exª, Senador Fernando.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB - AL. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Muito obrigado a V. Exª.

Exmo Sr. Presidente desta sessão, Senador Jorge Viana; Exmas Sras Senadoras e Exmos Srs. Senadores, é comum entre os historiadores de ofício a descrição da narrativa histórica como semelhante à trama de um tecido. Os acontecimentos e personagens seriam os fios que se entrelaçam, passando a constituir um tecido, um texto dotado de sentido. E, assim como o tecido, a narrativa histórica pode apresentar, a cada momento em que é recriada, diferentes densidades, diferentes tramas, que ressaltam ou obscurecem determinadas passagens. Pode acrescentar até de a trama apresentar vazios, por inexistência de dados, mas não podemos admitir a falha intencional, a omissão premeditada, que nega àquele que consulta a informação verdadeira.

No Brasil, contudo, são frequentes como determinadas e insistentes lembranças são determinados e insistentes esquecimentos, que provocam, em nosso tecido histórico, notáveis esgarçaduras e falhas.

Friedrich Nietzsche dizia que a história só é tolerável para personalidades fortes, pois ela sufoca as personalidades fracas, as principais interessadas naquele esquecimento, diria eu. Como nunca fui classificado no rol das personalidades fracas, permitam-me as Sras e os Srs. Senadores utilizar esta oportunidade para recompor um pouco da história real do Brasil.

Há 25 anos, eu iniciava meu período na chefia do Executivo brasileiro com o firme propósito, enunciado durante toda a campanha eleitoral de 1989 – a primeira eleição para Presidente depois de quase 30 anos sem que ao povo pudesse ser dado o direito de escolher livremente seu Presidente –, de provocar mudanças no País. Saíamos, havia pouco, de um período de supressão de liberdade e da cidadania e dávamos os primeiros passos em direção à reconstrução do Brasil, sob uma nova base democrática, cuidadosamente esculpida na Constituição Federal de 1988, a Constituição cidadã.

O Governo que eu sucedia, marcado pelas personalidades da tríade democrática constituída por Tancredo Neves, por José Sarney e por Ulysses Guimarães, tinha como grande mérito ter conseguido evitar retrocessos no processo de abertura democrática, mas se encerrava sem avanços significativos em outras áreas, toldado pela inflação e o peso excessivo da máquina estatal, que consumia importantes recursos nacionais, dando pouco retorno ao cidadão.

Focado principalmente na reconciliação nacional e na estabilidade política, o governo anterior não conseguira, porém, romper com estruturas estatais arcaicas, refletidas em velhas visões de mundo que podiam ser rastreadas com poucas inflexões, desde o período militar, passando, retrospectivamente, pela política de substituição de importações de meados do século, chegando até as referências no pensamento reformista do tenentismo da década de 1920.

Numa época em que já era visível uma aceleração da economia mundial cada vez mais assentada em processos industriais de alta tecnologia, o Brasil mantinha-se, diríamos, em fogo baixo, impedindo a atração de capitais disponíveis fora do seu território, ao mesmo tempo em que isolava seu mercado interno com medi-

das excessivamente protecionistas, dominado por obsoletas indústrias nacionais, que mantinham o brasileiro alheio às conquistas dos consumidores dos outros países.

Para garantir a tranquilidade do sono letárgico, tínhamos um Estado paquidérmico, inchado por empresas estatais paralisadas pela falta de capitais resultante da severa crise fiscal e sob pressão decorrente do endividamento externo. A negociação com os credores internacionais deteriorara-se ao ponto da decretação unilateral da moratória nas obrigações da dívida.

Para esse contexto, propus e trouxe o novo, uma nova visão do papel do Estado e da Administração Pública; um novo caminho para o crescimento econômico; uma nova proposta de inserção do Brasil no panorama internacional, ombro a ombro com as grandes nações ocidentais; novas formas de, rapidamente, alcançar resultados sociais significativos para a nossa população mais carente.

Assim, Sr. Presidente, para quem esteja menos preocupado em rotular determinadas propostas do que realmente entendê-las, é necessário restabelecer algumas verdades. Por exemplo, o enxugamento da máquina estatal que executei não deve ser confundido com a ideia de Estado mínimo, como advogavam na época pensadores rotulados como neoliberais. O Estado brasileiro mantinha até ali, por exemplo, milhares de imóveis e carros oficiais para seus funcionários. Ainda que esses benefícios indiretos pudessem ter feito sentido no início de Brasília, como forma de atrair funcionários para aceitar a transferência para cá, para a nova Capital, não cabia, 30 anos depois, o Estado agir como imobiliária ou como locadora de transportes, razão pela qual, no meu governo, estabeleci a venda de todos esses imóveis e dos automóveis funcionais, reduzindo-os à quantidade realmente necessária e poupando recursos.

Tínhamos um número excessivo de Ministérios, com várias atividades sobrepostas e milhares de funcionários que cuidavam, boa parte deles, de assuntos uns dos outros, sem qualquer relação com as atividades finalísticas das Pastas. Determinei várias fusões, eliminando redundâncias e, novamente, poupando recursos públicos. Reduzi para 12 o número de Ministérios e extingui dezenas de empresas e de órgãos públicos desnecessários, que, há muito, haviam deixado de servir ao cidadão e que existiam apenas em função, exclusivamente, da manutenção de seus próprios corpos funcionais.

Foi dado o pontapé inicial para o programa de privatização, visando a livrar o Estado do ônus de investir em áreas onde o setor privado já demonstrava maior eficiência e maior capacidade de andar com as próprias pernas, sem o custoso abrigo dos recursos públicos.

Desse período, resultaram histórias vitoriosas como a Usiminas, a Aços Finos Piratini e a Siderúrgica de Tubarão, entre outras, que recuperaram e ampliaram suas operações sob o controle do capital privado, deixando de onerar o caixa público e passando a recolher significativos impostos para benefício geral, ou seja, nós nos livramos de empresas deficitárias ou sem capacidade de expansão, mas sem perdê-las como unidades produtivas nacionais.

O Estado do tamanho adequado às suas verdadeiras funções e capitalizado pelas vendas e pela redução de despesas poderia se concentrar, então, nas atividades em que realmente era necessário: saúde, educação, regulação econômica e áreas de infraestrutura, ainda não servidas adequadamente por capitais privados. E aqui destaco dois grandes empreendimentos: na infraestrutura, a garantia dos recursos para a retomada e conclusão das obras da Usina Hidrelétrica de Xingó e, no plano educacional, a implantação do programa de construção, em todo o Brasil, das escolas em tempo integral conhecidas como Centros Integrados de Atendimento à Criança (CIACs).

Tenho orgulho de, no meu governo, nos dois anos e seis meses em que tive a honra e o privilégio de governar o País, em nome do povo brasileiro, de ter apresentado, em cada um dos meses em que exerci a Presidência, mensalmente, superávit fiscal. Em nenhum dos meses do meu governo apresentei qualquer tipo de déficit na execução orçamentária. E eu não jogava o superávit de um mês para o outro. Encerrava o superávit naquele mês e não o jogava para facilitar a execução orçamentária do mês seguinte.

Determinamos profunda abertura no comércio exterior, eliminando restrições não tarifárias, como as famosas listas de importações proibidas hoje, dos produtos sujeitos às cotas, além de criarmos uma gradual liberalização dos fluxos financeiros entre o Brasil e o exterior, permitindo a integração do Brasil aos novos caminhos do comércio internacional.

Isso fez crescer nossas reservas líquidas em moeda estrangeira, de US$9,5 bilhões para US$32 bilhões, em 1993, mostrando o acerto da medida, a ponto de servir de lastro para o futuro plano de estabilização econômica e de controle da inflação.

Não descuidamos de incentivar as empresas nacionais. Incentivar. Não esconder suas precariedades. Isso foi efetivado por meio da Política Industrial e de Comércio Exterior, lançada em julho de 1990 e consolidada com o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade, lançado em novembro daquele mesmo ano. Essa não era uma imposição do Estado mínimo; era, sim, uma proposta inovadora do protagonismo estatal, bem diferente

da rejeição total à presença do Estado na economia, advogada pelos neoliberais. Segundo várias pesquisas realizadas na época, contávamos com o apoio significativo do empresariado nacional e da população brasileira, cuja imensa maioria considerava a liberalização comercial correta.

Para o consumidor brasileiro, novos produtos nacionais e internacionais, numa quadra em que ganhou protagonismo o carro importado, o cartão de crédito internacional e a posterior – isto, sim, é importante – instalação de fábricas e montadoras de inúmeras marcas nunca antes acessíveis à população.

Para as indústrias, forte empurrão na competitividade, apoiado nas novas tecnologias de produção. Tudo isso sem falar na quebra de monopólios e de reservas de mercado em setores primordiais ao desenvolvimento do País, como foi o caso do setor de informática, que permitiu, desde então, o avanço tecnológico hoje constatado não só nesse segmento, mas também no de telecomunicações em geral, incluindo a telefonia celular, já naquela época, e mais recentemente, com o trabalho executado pelos governos que me sucederam, a TV digital.

Na área internacional, diante das mudanças resultantes da queda do Muro de Berlim, enxergamos uma oportunidade de participar mais ativamente da nova ordem internacional que estava sendo gestada em substituição à bipolaridade típica do período da Guerra Fria. Nossa política externa foi orientada no sentido de buscar acerto com nossos tradicionais parceiros, como a Europa e os Estados Unidos, bem como com os nossos vizinhos, especialmente os parceiros do Cone Sul. Para tanto, em 1991 assinei o Tratado de Assunção, que instituiu o Mercosul e acelerou os prazos de integração acertados inicialmente no governo do Presidente Sarney.

Ao mesmo tempo, abrimo-nos para uma nova pauta internacional que se apresentava, trazendo temas como meio ambiente, direitos humanos e restrição ao arsenal atômico. Disso resultou a assinatura de uma série de tratados sobre o uso pacífico de energia nuclear pelo Brasil em conjunto com a Argentina, deixando de lado quase um século de competição nessa área.

Na questão do meio ambiente, o Brasil foi sede, em junho de 1992, da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Rio 92, de onde derivou um autêntico paradigma para o setor, com um novo quadro jurídico para a cooperação internacional na área, colocando o Brasil reconhecidamente na vanguarda.

Na época, enfrentamos também uma dura negociação com os credores externos, cuja moratória já estava colocada. Foi necessária uma reaproximação em relação tanto aos órgãos financiadores multilaterais, como o FMI e o Clube de Paris, quanto aos credores privados, o que permitiu, finalmente, que a negociação fosse concluída. Um dos acertos que se fizeram necessários foi a proposta de criação do Código da Propriedade Industrial, que enviamos ao Congresso ainda em 1991, permitindo a suspensão das sanções comerciais que os Estados Unidos mantinham contra o Brasil, por desrespeitar sistematicamente as patentes industriais em geral.

Participamos da elaboração e da sanção de vários e importantes documentos legais que ainda hoje são referências para o País, embora alguns já necessitem de acertos e adaptações.

Na área administrativa, participamos ativamente na aprovação e sansão do regime jurídico único dos servidores públicos federais, a Lei nº 8.112, de 1990; da Lei de Improbidade Administrativa, Lei nº 8.429, de 1992; da Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União, Lei nº 8.443, de 1992; e, da mesma forma, participamos ativamente com o Congresso Nacional na tramitação da nova Lei das Licitações, a Lei nº 8.666, aprovada, finalmente, em 1993.

Na área de regulação, fui responsável pela primeira versão da política antitruste, por meio de algumas medidas provisórias que deram origem à Lei nº 8.158, de 1991, que instituiu normas de defesa da concorrência. Com isso, reforçamos o papel do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), em busca da agilização de sua atuação, além de sancionar o Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078, de 1990, que até hoje constitui, com os aperfeiçoamentos que foram introduzidos na comissão presidida por S. Exª o Senador Ricardo Ferraço, um modelo normativo de referência internacional, além de ter reformulado o Sebrae para melhor atender às micro e pequenas empresas.

Também é de meu governo a sanção da Lei dos Crimes Hediondos, Lei nº 8.072, de 1990; do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, de 1990; além de vários diplomas relacionados com os trabalhadores, como foi o caso da criação do seguro-desemprego para os pescadores na época do defeso, das alterações na regulamentação do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do aumento do benefício para os aposentados rurais, um dos setores mais esquecidos do povo brasileiro.

Também foi no meu governo que as grandes centrais, como a CUT (Central Única dos Trabalhadores) e sindicatos, como o dos metalúrgicos de São Bernardo, passaram a participar ativamente das câmaras setoriais instituídas pelo programa de Política Industrial e de Comércio Exterior. Essas instâncias definiam políticas para a reestruturação dos vários setores industriais, visando à sua recuperação e ao aumento de competitividade, e mostraram mais uma vez o acerto da criação daqueles novos espaços de entendimento entre capital e trabalho.

Ademais, a minha iniciativa de aproximação e valorização do agrupamento de trabalhadores que, mais tarde, viria a constituir a Força Sindical, permitiu que, pela primeira vez na história, um trabalhador e sindicalista viesse a ocupar o cargo de Ministro do Trabalho e da Previdência Social.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, se desacertos tive, talvez tenha sido no relacionamento com este Congresso Nacional, embora tenha sempre recusado participar de aventuras intervencionistas contra a instituição, mesmo na época em que aqui tramitou o processo de impeachment, um julgamento meramente político, baseado no pressuposto do cometimento de crimes contra a Administração Pública ou de responsabilidade.

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB - AL) – Do lado jurídico, porém, o Supremo Tribunal Federal, no ano passado, encarregou-se de dirimir, pela segunda vez, qualquer dúvida que restasse, inocentando-me, de uma vez por todas, de todos os processos abertos contra mim. Jamais temi o julgamento dos tribunais ou da própria história, por ter certeza da retidão da minha trajetória. Hoje, amadurecido nesses 25 anos de combate, apresento várias realizações de apenas dois anos e meio de meu governo, tocando em temas que atualmente permanecem caros ao cidadão brasileiro, recolocando propostas e análises que ainda fazem sentido, não para reivindicar simplesmente autoria, mas para adensar o tecido da narrativa histórica do período.

Preocupa-me saber que alguns desses temas retornam à pauta política nacional, tendo avançado muito pouco nesse quarto de século, mas me recuso a dar razão ao escritor Aldous Huxley, que, num momento de pessimismo, decretou que talvez a maior lição da história seja que ninguém aprendeu as lições da história. Prefiro acreditar que faltava informação, sem me deter muito em buscar culpados pelos esquecimentos que excluem dos registros ou minimizam as conquistas do meu período presidencial. Mesmo com todas as realizações que alcancei ao longo de minha trajetória política, sinto que ainda posso fazer muito pela cidadania, pelo povo alagoano, que represento nesta Casa de Leis, e pelo povo brasileiro, aqui e aonde mais for conduzido pela vontade popular.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, novos obstáculos se impõem em meu caminho, novos obstáculos, tenham todos certeza, que haverei de superar.

Minha luta, como todos sabem, é uma luta solitária, mas continuo às claras, como tenho demonstrado aqui mesmo desta tribuna, ao revelar sistematicamente a verdadeira face daqueles que tentam mais uma vez denegrir minha imagem, atingir minha honra e me impedir de desnudar e romper com os interesses mais escusos e inalcançáveis ao simples olhar da maioria da população.

Novamente se faz presente, de forma nítida, o conluio entre setores do Ministério Público e este pasquim semanal, a revista Veja. Desde a época do "prevaricador-geral" da República44 Roberto Gurgel, tenho denunciado o modus operandi que prevalece nessa relação promíscua entre a Procuradoria Geral e grande parte dos meios. Relação esta continuada sob o comando do atual Procurador-Geral, Rodrigo Janot, concebida nos subterrâneos de suas algemas, além daqueles dois toletes envidraçados, onde se entoca o o seu grupelho.

De outro lado, a revista Veja mantém-se com suas páginas pútridas pungueando os seus leitores com sua pretensa credibilidade, já de baixíssima densidade. No fundo, eles, Procurador-geral e Veja se merecem, pois se completam e se misturam no que há de pior e mais profano da vida política e privada.

Por isso, Sr. Presidente, queiram ou não, ninguém me impedirá de cumprir minha missão pública e institucional. As dificuldades que se apresentam em minha trajetória jamais arrefecerão a minha determinação. Enquanto alguns insistem em narrar ou mesmo impor a história a seu modo, eu, daqui, continuarei fazendo e traduzindo a sua verdadeira narrativa. Por isso, volto a repetir que o tempo é, e sempre será, o senhor da razão e que a história, como sempre foi, é o corpo do tempo.

Era o que te dizer, agradecendo a V. Exª, Sr. Presidente, Jorge Viana, pela concessão desse tempo extra para o meu pronunciamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Cumprimento V. Exª, Senador Fernando Collor, e passo a palavra, para uma comunicação inadiável, ao Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Jorge Viana, Srªs e Srs. Senadores, brasileiros e capixabas que nos acompanham pela TV Senado, eu vim para Brasília, como faço semanalmente, para cumprir com nossas tarefas do dia a dia, com uma extraordinária expectativa: a expectativa de que hoje, dia 29 de junho, Dia de São Pedro, em que a minha cidade natal, Cachoeiro de Itapemirim, cumprimenta o nosso padroeiro, São Pedro, nós pudéssemos ver consolidada uma luta de aproximadamente três anos que travamos no Congresso Nacional, com muitas indas e vindas, com muitos debates.

Eu já pude tratar do assunto por diversas vezes, da tribuna do Senado, por considerar o tema de necessária correção e retificação, não apenas aqui no Senado, mas também na Câmara, após um longo debate. V. Exª mesmo é testemunha, Senador Jorge Viana, das manifestações que fiz clamando por correção na legislação relacionada a Terreno de Marinha, que é um entulho que vem do tempo do Império. É do tempo do Império, é do tempo feudal o chamado o sistema enfitêutico, por meio do qual o Estado republicano e imperial, já naquela época, concedia a pessoas, sejam elas físicas ou jurídicas, concessão para a ocupação de determinada área que se considera Terreno de Marinha.

Pasme, Sr. Presidente, mas a legislação que estabelece a linha preamar de Terreno de Marinha é de 1831. É desse tempo que estamos falando. Mas, após debates e audiências públicas, conseguimos chegar a bom termo com o Governo Federal, à época, com a Ministra do Planejamento, Miriam Belchior, e a Drª Eva, Secretária Executiva do Ministério do Planejamento, hoje Secretária Executiva do Ministério da Defesa. O debate foi aprofundado e, finalmente, o Governo Federal, a Presidente Dilma, encaminhou ao Congresso brasileiro uma proposta que, como se diz popularmente, "não era nenhuma Brastemp", mas que incorporava um conjunto de avanços importantes.

Avanços como a subtração das benfeitorias do valor do laudêmio, a padronização das taxas de ocupação de 5% para 2%. Esse projeto tramitou, foi discutido na Câmara e no Senado e foi aprovado à unanimidade. Projeto encaminhado pela Presidente Dilma! E a mesma Presidente Dilma, que encaminhou esse projeto ao Senado, subscreve o veto a um projeto que foi encaminhado por Sua Excelência.

Sr. Presidente, não há como classificar uma contradição, uma incoerência dessa natureza! É como se fosse aquele equipamento de aeroporto, a biruta, que ora sinaliza numa direção, ora sinaliza em outra direção, tamanha a improvisação. A Presidente da República anuncia que está vetando esse projeto por contrariedade ao interesse público. Ora, quem contrariou o interesse público foi ela própria, quando encaminhou ao Congresso brasileiro esse projeto para aliviar o contribuinte capixaba, e não apenas o contribuinte capixaba, mas também o contribuinte brasileiro.

Lá no meu Estado, Sr. Presidente, na minha capital, Vitória, um terço da ilha é Terreno de Marinha, o que faz da União a maior corretora imobiliária do nosso Estado. Mas essa não é uma realidade apenas de Vitória. Essa é uma realidade de muitas cidades brasileiras. Por isso, estou chamando a atenção do conjunto dos Srs. Senadores para essa contradição, para esse absurdo que nós estamos vendo constar no Diário Oficial de hoje.

Eu vou repetir: a Presidente Dilma encaminha ao Congresso uma mensagem e ela mesma se encarrega de vetar essa mensagem. É surreal, Sr. Presidente. Não há precedente para uma atitude como essa, uma atitude que realmente desrespeita o Congresso brasileiro, o Senado da República, que discutiu exaustivamente a matéria e é obrigado a conviver com esse tipo de postura que não dá para qualificar, Sr. Presidente.

Mas, graças a Deus, o processo legislativo não se encerra com o veto presidencial. Não. Se durante muitos anos, ou até décadas, o processo legislativo se encerrava com o veto presidencial, isso deixou de ser verdade porque o Congresso brasileiro voltou a apreciar os vetos da Presidente da República. E eu quero crer que logo, logo, o Congresso brasileiro estará apreciando essa contradição, essa incoerência, fruto efetivamente da improvisação e da falta de planejamento, Sr. Presidente, para dizer o mínimo.

É grande a contrariedade em nossos Estados, sobretudo pela ausência de compromisso, pela ausência de palavra. Na política ou no exercício da vida pública, você pode até perder popularidade. A popularidade está submetida a circunstâncias e conjunturas. Mas uma iniciativa como essa, uma decisão como essa de vetar um projeto que a própria Presidente da República encaminhou ao Senado, alegando que contraria o interesse público, não tem a ver com popularidade; tem a ver com credibilidade, que é matéria-prima, que é pré-condição para negociações, diálogos e debates, em que pese a diversidade. Por isso mesmo, Sr. Presidente, é que estamos aqui lamentando o fato.

Eu, sinceramente, imaginei que veríamos esse projeto ser sancionado pela Presidência nesta data. Mas o que estamos vendo não é isso. O que estamos vendo é a Presidência da República vetar um projeto de sua autoria, Sr. Presidente.

Além de considerar que o veto a esse projeto – que foi encaminhado pela Presidente – contraria o interesse público, outra razão que considera a Presidente, na manifestação de veto que faz no Diário Oficial, é que mudou a conjuntura, Sr. Presidente. Mudou a conjuntura e, em função da conjuntura, não há mais como se reconhecer a forma equivocada, a apropriação indébita que o Governo brasileiro faz, de maneira perversa, em torno dos contribuintes, que são alcançados pelo instituto de Terrenos de Marinha, Sr. Presidente, que é uma herança dos portugueses.

Só que lá em Portugal isso já não é regra há muitos anos, mas, aqui no Brasil, como forma de sustentar um Governo perdulário, um Governo que não tem responsabilidade fiscal, que mergulha os brasileiros, de novo, numa agenda que imaginávamos ver superada, como a agenda da inflação, como a agenda de irresponsabi-

lidade fiscal, da contabilidade criativa, das pedaladas fiscais. Tudo isso por conta das opções e dos equívocos. Este Governo fez o nosso País mergulhar nesta crise dramática e complexa, porque é uma crise que vai do padrão ético à ausência de responsabilidade na condução dos assuntos públicos do nosso País.

Portanto, Sr. Presidente, nada na prática é tão ruim que não possa piorar, mas a contradição, a incoerência da Presidente da República ao vetar um projeto de sua autoria é surreal. Nunca antes na história do Senado da República nós talvez tivemos que conviver com uma circunstância como essa. Se a Presidente da República, após ouvir seus assessores e ministros, encaminhou essa proposta ao Senado, é porque chegou à conclusão que fazia sentido. E o Senado vota, e a Presidente da República veta.

É lamentável, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, que estejamos fazendo este protesto. Mas é preciso ir além do protesto. Por isso quero conclamar os Srs. Senadores não apenas pelo Espírito Santo – meus colegas Magno Malta e Rose de Freitas –, mas também dos demais Estados federados que são alcançados por esse perverso instituto chamado Terreno de Marinha para que possamos, juntos,...

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – ... defender o interesse do contribuinte brasileiro, dar fim a essa perversidade, a essa regra carcomida, envelhecida, que alcança não apenas as pessoas físicas e jurídicas, mas também entidades não governamentais de direito privado, que são obrigadas a pagar Terreno de Marinha, um absurdo por completo, Sr. Presidente.

O nosso papel e o nosso dever é estarmos atentos a fim de somarmos força para que esse veto seja derrubado.

Parlamentares do Pará, do Amazonas, do Maranhão, de Pernambuco, do Ceará, da Bahia, do Espírito Santo, do Rio de Janeiro, de Santa Catarina, do Paraná, do Rio Grande do Sul, enfim, dos Estados federados, este é o momento de nos colocarmos ao lado do contribuinte brasileiro porque estamos diante, de fato, de uma oportunidade, oportunidade que a Presidente Dilma teve para escrever seu nome nessa página, de uma Presidente que virou a página da existência do instituto Terreno de Marinha, uma oportunidade desperdiçada, uma oportunidade que o Congresso brasileiro, que o Senado da República estará revendo, se Deus quiser, em nome da justiça, em nome do equilíbrio e em nome da coerência, Sr. Presidente.

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – A minha expectativa é de que possamos, nos próximos dias ou nas próximas semanas, discutir o veto, e, muito mais do que discuti-lo, derrubá-lo em nome da justiça e da defesa do contribuinte brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Ricardo Ferraço, eu queria, inclusive, incluir algo: todas as nossas cidades às margens de rios estão no mesmo caso. Portanto, estende-se a toda a bacia do Amazonas. Rio Branco é uma cidade que também tem sérios problemas por ter área de Marinha...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Na margem dos rios.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – ... na margem dos rios, o que amplia mais ainda o desafio de encarar o problema.

Passo à leitura de um Expediente e, depois, passo a Presidência ao Senador Ricardo Ferraço, para que eu possa fazer uso da tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – A Presidência lembra as Srªs e os Srs. Senadores e todos os Parlamentares, incluindo Deputados Federais e Deputadas, que está convocada sessão conjunta do Congresso Nacional, a realizar-se amanhã, terça-feira, dia 30 de junho do corrente, às 19 horas, no plenário da Câmara dos Deputados, destinada à leitura de Expediente e à apreciação das seguintes matérias:

– Vetos Presidenciais nºs 5 a 13, de 2015,
– e Projeto de Lei do Congresso nº 2, de 2015.

O Sr. Jorge Viana , 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Ricardo Ferraço.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Seguindo a ordem de oradores inscritos, passo a palavra, pelo tempo regimental, a S. Exª o Senador Jorge Viana.

Aproveito para manifestar a confiança de que contaremos com o voto de V. Exª para derrubar esse veto, e que o Governo, quem sabe, possa repensar essa contradição. E que V. Exª possa nos ajudar para que também os ribeirinhos do seu Estado do Acre sejam isentos dessa injustiça chamada terreno de Marinha, como lembrou

bem V. Exª, que não alcança apenas os moradores do litoral, mas também os moradores que vivem no interior do nosso País, sobretudo no chamado Brasil profundo, que são os desafios dos Estados que estão a leste.

Mas passo a palavra a V. Exª pelo tempo regimental.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Eu agradeço, caro colega, Senador Ricardo Ferraço.

E como orador inscrito, queria iniciar meu pronunciamento fazendo referência a uma agenda que cumpri no Acre, onde tive a oportunidade de participar da celebração, dentro da Universidade Federal do Acre, dos dez anos da criação do Parque do Chandless. Foi criado no meu governo, e nós estávamos então fazendo a celebração. É uma área de proteção integral. Nós temos, nessa área, a oportunidade e proteger uma quantidade enorme de espécies da nossa fauna e flora, e com isso criarmos condições para o aprofundamento do conhecimento científico, visando à proteção dessas espécies e ao adequado manejo.

Então, parabenizo o Secretário Edegard de Deus, a todos do Governo do Estado do Acre, do Governador Tião Viana, por esse trabalho que vem sendo feito, que começou no meu governo, depois foram quatro anos do Governador Binho, que deu seguimento, fazendo as instalações físicas da sede, e agora o Governador Tião Viana, que cria as condições para que haja um conjunto de pesquisas naquela área.

Assumi um compromisso com servidores da Adufac, que estavam presentes na solenidade e me entregaram este documento, que trata da preocupação da Adufac, dos professores da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Acre, com a educação brasileira, especialmente com a situação dos professores universitários. Eu tinha assumido com eles o compromisso, primeiro, de fazer referência ao documento que recebi aqui na tribuna, o que faço agora.

Quero, inclusive – já fica a solicitação –, que conste nos *Anais* da Casa, nos *Anais do Senado Federal*, este documento que recebi da Adufac. Ele me foi entregue pelo Prof. João Lima, que fez um apelo.

Estou fazendo esta leitura e estarei, obviamente, esta semana com o Ministro Nelson Barbosa, vou conversar com o ex-Governador do Acre, hoje Secretário do Ministério da Educação, Binho Marques, procurando reproduzir para o Governo Federal as preocupações, os apelos que recebi dos professores da Adufac.

O documento trata especificamente da defesa do caráter público na universidade, não preciso entrar em detalhes, o título já explica por si só, a defesa de concurso público, do regime jurídico único. Eles são contra a contratação de professores via organizações sociais e a terceirização.

O documento trata também da melhor condição de trabalho para todos os funcionários, mostra uma preocupação maior ainda com o Colégio de Aplicação, que, de fato, era a maior referência de ensino no nosso Estado e hoje enfrenta enormes desafios e precisa de melhor condição.

Nessa solenidade, estavam presentes o Reitor Minoru e a Vice-Reitora Guida. Eles também reforçaram a preocupação no sentido de que se criem as condições necessárias para que volte imediatamente o funcionamento das aulas na Universidade Federal do Acre, como nas universidades federais brasileiras, para que não haja prejuízo no semestre, prejuízo para os alunos.

A Universidade Federal do Acre está experimentando uma fase muito positiva, desde a época do governo do Presidente Lula, seguindo na mesma linha no Governo da Presidente Dilma. Estou certo de, se dermos um pouco mais de condição de trabalho para os servidores, para os professores, certamente, vamos viver bons momentos e uma fase cada vez melhor na nossa Universidade Federal do Acre.

A garantia da autonomia é o ponto 3 do documento; a reestruturação da carreira docente, que é o que eles solicitam. Eles querem um tratamento diferenciado no sentido de organizar a carreira dos docentes para que se estimulem aqueles que buscam um aperfeiçoamento, um mestrado, um doutorado, e também que se crie uma esperança, uma expectativa positiva para aqueles que entram na carreira e que buscam fazer dessa carreira uma opção de vida. E também a valorização salarial do corpo de funcionários ativos, inativos e aposentados.

É assinado pelo Presidente do comando local de greve, João Lima, a quem quero agradecer a maneira cortês.

Fizemos uma reunião. E fica aqui o meu apelo para constar nos *Anais do Senado Federal* este documento que recebi da UFAC, assinado pelo Prof. João Lima, que falou em nome de outros professores que estavam presentes na reunião.

Da mesma maneira, eu me dirijo aqui e faço um apelo ao Ministério do Planejamento, ao Ministro Nelson Barbosa, à superintendência da Suframa, para que se encontre uma maneira de pôr fim a essa paralisação, a essa greve, que tem causado enormes prejuízos na Amazônia, para os Municípios, para os Estados da Amazônia e, especificamente, para todo o setor produtivo. Todas as entidades de classe, do comércio, da indústria estão sofrendo.

E eu não tenho nenhum receio de afirmar que também os funcionários da Suframa também sofrem com isso. Estão numa paralisação, numa greve. A Suframa tem uma grande arrecadação.

A Senadora Vanessa outro dia fazia referência a isso. Eu endossei suas palavras. A Suframa arrecada. É uma organização governamental da maior importância para a região, nos ajudou, inclusive, a financiar parte das instalações da própria Universidade Federal do Acre. E, mesmo tendo uma grande arrecadação, mesmo tendo um papel importante na região, hoje vive esse impasse. E nós precisamos, sim, todos nós que temos mandatos na Amazônia, nós devemos nos juntar no sentido de cobrar uma negociação que possa se não atender no todo, mas encaminhar a solicitação dos servidores da Suframa para que eles possam ter estímulo ao trabalho, possam ter uma carreira que lhes dê, para suas famílias também uma segurança.

Eu me somo a todos que já usaram a tribuna para tratar deste tema.

E, por fim, em relação a essas reivindicações, trago também aqui um documento que recebi quando me encontrei na sexta-feira última, em Rio Branco, fazendo audiência com o TRE, com os juízes do TRE. E agradeço ao Dr. Adair Longuini, que organizou a reunião.

Estava lá a grande maioria. O Dr. Adair conseguiu ter a grande maioria dos juízes e juízas do TRE do Acre. E fizemos uma conversa sobre a reforma política, sobre os pontos que eles entendem serem importantes de apreciarmos aqui no Senado e deliberados, no sentido de aperfeiçoar a política no nosso País.

Eles, que presidem as eleições, conhecem como ninguém as dificuldades, os desafios em presidir eleições no Brasil hoje, com uma lei com muitas fragilidades e que deixa margem para o abuso do poder econômico, a que vou me referir daqui a pouco.

Recebi um documento, também, do Sindicato dos Servidores, da Justiça Eleitoral e Federal do Acre. Eles estavam lá na entrada do TRE em uma vigília e me deram um documento solicitando o apoio para a tramitação, aqui na Casa, do projeto de aumento da remuneração do Judiciário.

Óbvio! Eu falo isso com toda tranquilidade, porque ouvi isso do próprio Presidente do Supremo, Ministro Lewandowski, na semana passada. Acho pouco provável que o Governo possa atender à solicitação e da maneira como ela está sendo feita pelo próprio Judiciário.

Fiz questão de dar uma analisada nos ganhos e nas perdas. É óbvio que, até 1997, nós não tínhamos uma carreira estruturada para servidores do Judiciário. Especificamente, com a posse do Presidente Lula, tivemos uma valorização da carreira de todos os servidores do Judiciário. Isso foi até 2009. O ganho real, até 2009, chegou em torno de 130% para os que ganhavam mais na carreira, e passando dos 200% para os que ganhavam menos. De 2009 para cá, houve uma perda salarial. Isso é real! E todos que se organizam, que organizam sua vida com uma remuneração, fruto de seu trabalho, não podem conviver com perdas; todos buscam um ganho, um incentivo, um estímulo.

Nesse aspecto, acho que há aí um desafio que é imediatamente o Governo e nós aqui no Congresso encontrarmos uma maneira... O Governo apresentou uma proposta. Parece-me que não houve uma boa receptividade dessa proposta, escalonada em quatro ou cinco anos. Mas, de qualquer sorte, entendo que essa proposta pode ser apenas um ponto de partida.

Ouvi, do Presidente do Supremo, que há uma disposição de que, em se apresentando uma proposta, mesmo que ela seja colocada no tempo, mas que tenha alguma substância no sentido de recuperar as perdas, especialmente aquelas de 2009 para cá, e seguir em uma política de valorização do trabalho dos servidores, se aceitaria discutir e, quem sabe, seria dado um fim a essa greve também que hoje já atinge os servidores que trabalham na Justiça Eleitoral.

Quero agradecer a maneira cortês com que fui recebido. Quero dizer também, Sr. Presidente, que peço para constar nos *Anais do Senado* o documento que recebi do Sindicato dos Servidores da Justiça Eleitoral e Federal do Acre.

Da mesma maneira, recebi uma moção assinada pelo Dr. Adair Longuini, em que faz um esboço da situação dos servidores e endossa o apelo para que se encontre uma solução que melhore as condições salariais dos servidores da Justiça Eleitoral no Acre, que ele preside.

Então, fica aqui este registro, este apelo. Vou fazer, obviamente, contato direto com o Ministério do Planejamento nesse sentido. E aqui na Casa, como Vice-Presidente, vou trabalhar para encontrarmos uma maneira de ajudar a pôr fim a essas greves. Que se encontre algo que seja compatível com o momento difícil que o País atravessa, de sacrifício de todos, por conta das dificuldades econômicas, e, ao mesmo tempo, se traga uma perspectiva de estímulo, de incentivo e se possam evitar as perdas dos servidores federais.

Aproveito, já que está no plenário a nossa querida colega Vanessa, antes de entrar no tema final da minha fala, para parabenizá-la, porque hoje é o seu aniversário, e todos nós estamos aqui em festa. Parece-me que ela vai oferecer uma semana inteira de almoços, jantares e coquetéis, celebrando o seu aniversário.

A Vanessa é muito especial para todos nós aqui, uma lutadora, uma ativista pela igualdade social e por um Brasil melhor. Fica aqui, de coração, como amigo seu, meus votos de felicidade e saúde para você e sua família.

No cartãozinho que lhe mandei, eu falo que quero me associar aos seus familiares e amigos e abraça-la neste dia em que vive mais uma lembrança do seu nascimento. Que você possa ter muita felicidade ainda pela frente, Senadora Vanessa!

Sr. Presidente, encerro meu pronunciamento, mas, antes, gostaria de me referir a um tema que, de alguma maneira, chacoalhou o Brasil, chacoalhou as bases de muitas instituições da República, que foi o vazamento seletivo de uma delação premiada. Então, veja que situação se vive no Brasil. Vou repetir: o vazamento seletivo, como se tivesse sido pinçado, atingindo, certamente, pessoas que cometeram ilegalidades, mas pode estar atingindo pessoas que não cometeram ilegalidade nenhuma. Isso tem se repetido no Brasil, algo que para mim é criminoso.

Eu não sei por que o Supremo Tribunal Federal não moraliza essa imoralidade.

Eu estou aqui falando como membro de um Poder. Eu não sei, Senador, Presidente Ricardo Ferraço, por que o Supremo Tribunal Federal não moraliza esta imoralidade que ocorre neste País: determinado processo corre sob segredo de justiça, mas, daqui a pouco, lemos parte dele que atende a interesses que nunca estão vinculados à busca de justiça. E isso vaza e destrói vidas de pessoas, atinge a honra de pessoas, tudo no afã do tal combate à corrupção.

Eu penso que o Supremo Tribunal Federal.... Para o Ministro da Justiça eu não vou mais pedir, porque, da última vez em que eu pedi, ele falou que era um problema para ser resolvido no Ministério Público Federal – e olha que felizmente eu não estou com o meu nome citado, porque qualquer um podia estar; todos nós temos gastos de campanha, todos nós fomos candidatos. Então, é absolutamente normal.

Eu vi, essa semana agora, quase que uma dezena de colegas Senadores citados. Eu não vou fazer juízo de nada, mas eu fico imaginando como é que está o Senador Aloysio Nunes Ferreira, de ver seu nome citado, uma pessoa que eu conheço. Estou citando do PSDB, mas como é que pode? Está aqui a colega Senadora Gleisi, meu irmão, o Governador Tião Viana, que pegaram doações legais nas contas e agora têm que responder a um processo. E o pior não é ter que responder a um processo, isso é parte da vida da gente; o pior são as versões bem distantes, na maioria delas, dos fatos.

Então, o que nós vimos esse final de semana é algo que, de novo – de novo –, vai colaborando para desmoralizar mais ainda a atividade política partidária, se é que é possível desmoralizar ainda mais o que já está desmoralizado. Eu não sei.

Eu estou hoje presidindo a Comissão da Reforma Política. Quero, primeiro, agradecer a todos que têm ajudado, porque é incrível como há um clima positivo, há um clima de certo otimismo, para que algo se faça no sentido de dar mais transparência à atividade política, diminuir os custos da atividade das campanhas eleitorais, fortalecer os partidos. Prendo-me nestes três aspectos que podemos perseguir: dar mais transparência à atividade, para retomar e ganhar a confiança da opinião pública; para dar uma satisfação à opinião pública, diminuir custo de campanhas; e, para que possamos fortalecer a atividade política, fortalecer a atividade partidária. É basicamente isso.

Estivemos com o Presidente do Supremo, fomos absolutamente bem acolhidos, com palavras de incentivo, manifestações explícitas de incentivo, dando-nos segurança jurídica sobre um posicionamento ou outro. Estivemos com o Ministro do Supremo que compõe o TSE, recebemos palavras de incentivo, opinião sobre determinados temas, apontando caminhos que possam nos levar a importantes melhoras na atividade política no País. Estivemos com a Presidenta Dilma por mais de uma hora – eu, o Presidente Renan e o Senador Jucá, sempre os três juntos. O Presidente Renan tem nos ajudado muito, porque ele está sempre presente. Estaremos com o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Estaremos com o ex-Presidente Lula amanhã cedo. Estaremos ainda com os Ministros do STJ que compõem o TSE. Estaremos também com as organizações da sociedade civil. Estamos focados em algo: reduzir os custos de campanha, dar mais transparência à atividade política e fortalecer os partidos, sempre pensando em dar uma satisfação à sociedade.

Eu acho que a sociedade merece isso, principalmente depois das manifestações de junho de 2013, quando milhões de pessoas foram às ruas. O que fizemos, de fato, de concreto? O que ocorreu, de fato, aqui no nosso País? O que ocorreu no nosso País é que se multiplicaram as manchetes dos jornais, sempre vinculando escândalos à financiamento de campanha.

Sr. Presidente, colegas Senadoras e Senadores aqui presentes, eu queria dizer que as campanhas no Brasil estão ficando absurdamente caras. Eu peguei um material que pode nos ajudar a ter essa noção sobre as eleições de 2014.

Vejam só: foram gastos no Brasil, oficialmente, para Deputado Estadual, R$1,2 bilhão, só nas eleições de Deputados Estaduais; para Governador, em 27 Estados, foram gastos R$1,1 bilhão; para Deputado Federal, foi gasto outro bilhão de reais; para Presidente da República, R$831 milhões, fora aquilo que foi passado direta-

mente para os diretórios; e, para Senador, tivemos um gasto de R$252 milhões. Estou me referindo a muitos bilhões de reais que foram o custo das eleições no Brasil no ano passado.

Posso especificar aqui um pouco: R$1 bilhão em materiais impressos; R$681 milhões em horário eleitoral; R$400 milhões em placas, essas que poluem as cidades, de que todo mundo reclama, e acho que não ajudam, não dão lucidez a voto de ninguém; R$136 milhões com carros de som; R$63 milhões em jornais e revistas; R$30 milhões em jingles e slogans; R$5 milhões em telemarketing; R$750 milhões em pessoal; R$600 milhões em transporte; R$575 milhões para terceiros, advogados, contadores; R$70 milhões em pesquisa – falamos tanto de pesquisa, mas, pelo menos oficialmente, é onde menos se gasta; e R$200 milhões em eventos. Esses são os gastos nas eleições de 2014 no Brasil.

Eu queria fazer um paralelo. A nossa Presidenta está nos Estados Unidos, e nós temos, aqui no Brasil, uma determinação constitucional. A nossa Constituição determina, no art. 14, §§9º e 10, que temos que fazer algo para impedir o abuso do poder econômico nas eleições. Eu leio parte dos §§9º e 10:

§9º .... a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta.

§10. O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico...

Essa é a situação que nós vivemos, Sr. Presidente, caros colegas Senadores e Senadoras. E eu me refiro aqui, rapidamente, às eleições de uma das maiores democracias do mundo, os Estados Unidos. As eleições presidenciais americanas, naquele país onde está a Presidenta Dilma hoje, notabilizaram-se, ultimamente, pelo uso, especialmente com o Presidente Barack Obama, das doações de populares, especialmente via internet.

Este foi um ponto importante: na campanha de 2008, nos Estados Unidos, Barack Obama e John McCain optaram por não utilizar recursos públicos. Não utilizar recursos públicos! O Presidente Obama recusou-se a receber US$85 milhões – US$85 milhões! Quase US$300 milhões ele se recusou a receber e fez a opção de buscar do eleitor, do contribuinte, doações individuais, sem receber também de empresas. O resultado em 2008, na eleição do Presidente Barack Obama, é que ele arrecadou US$661 milhões. Vou repetir: US$661 milhões – R$2 bilhões – nas eleições primárias e presidenciais. Desses, US$659 milhões, ou seja, 99% de todas as doações, vieram de pessoas físicas, que doaram menos de US$2,5 mil cada uma; 50% dessas doações foram menores que US$200, isso nas eleições dos Estados Unidos de 2008.

Na reeleição do Presidente Obama, em 2012, ele também não aceitou doação nem pública, nem empresarial. Obama arrecadou US$554 milhões. Vejam o que aconteceu: na eleição de 2008, a metade veio de doações menores que US$200; em 2012, 99% de todas as doações, de novo, foram abaixo de US$2,5 mil, em média, e 89%, 90% das doações de pessoas físicas foram abaixo de US$200.

Esta é uma conclusão que temos que reconhecer que é um bom caminho: os cidadãos americanos são os principais financiadores das campanhas eleitorais nos Estados Unidos.

Isso, para mim, tem uma pedagogia que deve funcionar para trabalharmos a partir de amanhã. Eu, o Senador Jucá e os colegas, amanhã, às 14h30, estaremos no plenário da Comissão de Constituição e Justiça, iniciando o debate sobre a reforma, essa etapa da reforma política aqui no Senado.

Aqui no Brasil, ao contrário, de R$1,8 bilhão doado aos três principais candidatos – quase R$2 bilhões –, 78% saíram do caixa de empresas; das doações para os candidatos à Presidente, que somaram – com as que foram direto para os diretórios e para os candidatos – R$1,8 bilhão, 78% saíram do caixa das empresas. Atualmente, há 140 milhões de eleitores no Brasil, e nós tivemos 8 mil operações de doações aos candidatos na eleição passada: Dilma Rousseff, Aécio Neves, Marina Silva. Isso daria uma média, se fizéssemos a divisão, de R$250 mil por doação. Enquanto 99% das doações nos Estados Unidos, em média, são abaixo de US$2,5 mil, aqui no Brasil, a média de doação – deve ser porque o Brasil é muito rico – é de R$250 mil por operação de doação para as campanhas presidenciais.

São situações que nos levam a refletir, que nos levam a pensar que estamos, no mínimo, no caminho errado. E o noticiário vai nos levando a ter cada vez menos respeito diante da sociedade, com as matérias publicadas, volto a repetir, criminosamente!

Eu não tenho nenhum problema. Eu acho que todos nós temos de confiar na Polícia Federal, no Ministério Público Federal, na Justiça brasileira. Que se faça o combate, como nunca se fez antes neste País, à corrupção. Que se identifiquem os corruptos, os corruptores. Que se prendam os culpados. Mas nós estamos pegando um caminho perigoso: de prender primeiro para investigar depois. Eu nunca vi um País, uma democracia funcionar assim. Você desmoraliza tudo e todos, faz chantagem primeiro, para depois ver quem é que fica, quem são os culpados.

E o pior dos mundos é essa separação, complicadíssima, que se faz do dinheiro. Dependendo para onde vai o dinheiro, ele é sujo. Se ele for para um lado... Se ele vai para o PSDB, para o candidato Aécio Neves, é di-

nheiro limpo; se vai para a Presidenta Dilma, é dinheiro sujo! Pode vir da mesma empresa, pode vir da mesma delação. Essa separação não é boa para a democracia do País.

Eu estou afirmando aqui: não há, no sistema de hoje, nenhuma diferença, quanto à arrecadação, entre o dinheiro empresarial que entra no PT e o que entra no PMDB, o que entra no PSDB, o que entra no Democratas, o que entra no PFL; a única coisa que muda é o discurso aqui da tribuna: alguns apontam o dedo e acusam, outros recebem acusação.

Acho que esse não é um bom caminho. Devíamos todos entender que esse sistema perdeu a validade, é ruim, que esse abuso de dinheiro nas campanhas é uma afronta, que não tem como separar o público e o privado.

Até parece, com a quantidade de dinheiro que as empresas estão dando, que elas vão ficando proprietárias de algumas posições. E eu conheço bem este Plenário, sei da altivez dos colegas Senadores, do desejo de fazer o melhor pelo País.

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – E nós temos que encontrar uma maneira de diminuir o custo dessas campanhas. Sinceramente, se fizermos isso, já teremos feito a reforma política.

Eu falei aqui, Senadora, e vou repetir: só em placas, R$400 milhões foram gastos no ano passado, só com placas, dessas que a gente vê poluindo as nossas cidades, R$400 milhões. Será possível que isso não afronta o cidadão que tem alguma dificuldade para manter a sua família?

Eu ouço a Senadora Ana Amélia, a Senadora Tebet e depois a Senadora Grazziotin. E aí encerro.

A Srª Ana Amélia (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Caro Senador Jorge Viana, eu vinha, ao chegar aqui, ouvindo o pronunciamento de V. Exª. Começo pelo registro da necessidade da valorização dos servidores do Judiciário. Eu, como V. Exª, lá no Acre, fui procurada também pelos líderes que representam o Sindicato dos Servidores...

(Interrupção do som.)

A Srª Ana Amélia (Bloco Apoio Governo/PP - RS.) – ... do Poder Judiciário.

Sr. Presidente. (*Fora do microfone*.)

Eu sei que, certamente, o nosso grande Senador Ricardo Ferraço não me cortaria o microfone, não tenho dúvida disso.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Jamais.

A Srª Ana Amélia (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Foi apenas... essa Mesa é pesada, não é, meu querido Presidente Ricardo Ferraço? Mas como eu estava dizendo, Senador Jorge Viana, então, os líderes dos servidores do Poder Judiciário, de todas as varas do setor, também a Justiça Eleitoral da 4ª Região, a Justiça do Trabalho, a Justiça Federal, todos eles, igualmente, vieram aqui para enfatizar a necessidade dessa correção dos reajustes da carreira dos servidores. Então, eu concordo com V. Exª quanto ao PLC nº 28, de 2015, a matéria deve entrar em pauta, aqui no Senado, nesta semana. Entendo, também, as dificuldades das questões relacionadas ao ajuste fiscal, mas quero sublinhar, de pleno acordo, com essa observação de V. Exª, a urgente necessidade de reduzir os custos de campanha. Eu lembro, ainda era jornalista, quando foi mudado bastante o processo, porque antes se fazia aquele gasto com brindes, chaveirinho, camiseta, showmício, e eram artistas famosos, *shows* milionários.

Então, era desparelha a disputa para aqueles que tinham recursos para pagar um *show* dessa natureza com aqueles candidatos sem esses mesmos recursos financeiros. É preciso, conforme disse V. Exª, reduzir drasticamente o valor. A Ministra Cármen Lúcia, quando estava na Presidência, numa exposição que fez aqui, já tinha dito que havia reduzido. Mas precisamos reduzir ainda mais o custo de uma campanha eleitoral. E aí, vale para tudo, não só o sistema de produções cinematográficas das campanhas. Uma campanha mais simples, mais singela, mais verdadeira, que é o que a população... Eu diria até que – claro, podem dizer: "ah, mas a Senadora Ana Amélia, que é de comunicação, fala em causa própria" – eu faria ao vivo os programas de campanha eleitoral.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu também.

A Srª Ana Amélia (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Faria ao vivo, Senador. Acho que aí a gente mostra realmente a que veio, a que está aí. Mas enquanto não pudermos chegar a esse nível, penso que é preciso um esforço dos partidos políticos para realmente moralizarmos a gastança que é hoje uma campanha eleitoral. Então, agradeço a V. Exª; cumprimentos pela iniciativa. Igualmente, associo-me também às homenagens à nossa aniversariante. São dois os aniversariantes: a Senadora Vanessa e o Senador Wilder Morais. Então, estão os dois devidamente homenageados.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Da festa do Senador Wilder já participei, foi antecipada e deve seguir hoje. Agora, da Vanessa ainda não fui convidado. Espero que daqui para o fim da sessão todos nós sejamos convidados.

Senadora Simone Tebet, é com muita satisfação que ouço V. Exª.

A Srª Simone Tebet (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Obrigada, Senador Jorge Viana. A minha fala é rápida e é apenas para cumprimentar a Mesa Diretora do Senado, na pessoa do Presidente da Casa, Renan Calheiros, por essa iniciativa de criar a Comissão Especial da Reforma Política, essa que é a mãe de todas as demais reformas, nós sabemos disso. É o que tem gerado, infelizmente, tantos problemas para o País. Mas quero parabenizá-lo principalmente por ter escolhido V. Exª para nosso Presidente da Comissão, pela experiência, pela capacidade, por esse poder aglutinador que V. Exª tem. Acabei de chegar ao Senado, mas já vi que esse é um atributo e uma qualidade muito clara em V. Exª. Tenho certeza de que, sob a sua tutela, faremos um bom trabalho. Sabemos que não é fácil – de todas as reformas, a mais polêmica e de difícil avanço é a reforma política, porque cada um tem sua reforma na cabeça. Mas todos nós temos um compromisso, que é o compromisso com a população brasileira...

(Soa a campainha.)

A Srª Simone Tebet (Bloco Maioria/PMDB - MS) – ... de fazer aquilo que a população quer, precisa e merece. Se vamos ter o fim ou não da reeleição, se o financiamento vai ser público, privado ou misto, se teremos o fim das coligações das proporcionais e assim por diante, isso é uma questão que o tempo dirá, mas há algo fundamental: que possamos evoluir no sentido de atender a vontade da população; que prevaleça a soberania popular. E, nesse aspecto, o que o povo quer é um processo eleitoral mais seguro, mais transparente, com menor custo, portanto, mais econômico e sem corrupção. Então, eu comungo com V. Exª: se nós conseguirmos avançar na questão do custo da campanha, se se gastar o mínimo possível com o máximo possível de transparência, nós teremos entregado para a população brasileira a reforma política que a população almeja e quer. Portanto, eu não tenho dúvida de que iremos avançar através da sua tutela, e eu estou ansiosa...

(Interrupção do som.)

A Srª Simone Tebet (Bloco Maioria/PMDB - MS) – ... para fazer parte disso (*Fora do microfone.*), agradecendo também ao nosso Líder Eunício por ter me indicado como membro desta Comissão. Muito obrigada, Senador.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu agradeço, Senadora Simone, só não sei se sou merecedor dos elogios. Mas eu estou sentindo que há um entendimento de todos para pelo menos darmos uma satisfação à opinião pública, reduzirmos os custos de campanha, como disse a Senadora Ana Amélia, fortalecermos os partidos e darmos mais transparência ao processo eleitoral. Eu acho que se a gente trabalhar nesse sentido, com a capacidade que o Senador Romero Jucá tem, com o envolvimento direto do nosso Presidente Renan, porque ele está junto conosco em todas as reuniões, eu estou acreditando que nós podemos fazer um trabalho que até surpreenda o País, já que o pessimismo sobre esse tema da reforma política estava tomando conta de Norte a Sul deste País. Eu estou com fé.

Para concluir, então, a Senadora Vanessa; eu agradeço ouvir V. Exª.

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Senador Jorge. Primeiro, eu quero lhe agradecer os cumprimentos que V. Exª faz a mim de público; agradeço muito e sei que tudo o que vem de V. Exª vem do fundo do coração, Senador Jorge Viana. Quando o Senador Wilder chegar aqui... Ontem ele fez uma grande festa no seu Estado, no Estado de Goiás. Infelizmente eu não pude nem estar no meu Estado, Senador Jorge, porque acompanhava a minha mãe enferma em Curitiba, mas, de presente, eu ganho o restabelecimento de sua saúde que, para mim, é o maior de todos os presentes que eu poderia ter. Mas, Senador Jorge Viana, quero também dizer que concordo com as opiniões que V. Exª expressa na tribuna. Agora, sei que, como eu, V. Exª também lamenta não termos as condições políticas para darmos um passo a mais, e um passo a mais, eu não tenho dúvida nenhuma, Senador Jorge Viana, seria o fim do financiamento por empresas a campanhas eleitorais, seja para candidatos ou partidos políticos. Tudo isso que nós estamos lendo, Senador Jorge Viana, nós poderíamos diminuir significativamente – muito, muitíssimo – se proibíssemos doações de empresas para partidos políticos e candidatos. Não tendo conseguido...

(Soa a campainha.)

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... os votos suficientes para tal, e o exemplo disso está na votação na Câmara dos Deputados, creio que V. Exª aponta o caminho, que não é o melhor dos caminhos, mas é o caminho que procura, pelo menos, minimizar essa situação.

Agora, seria importante que a população se mobilizasse mais, para que fosse também, ao nosso lado, a verdadeira protagonista das mudanças que a sociedade brasileira precisa ter neste momento. Então, cum-

primento V. Exª pelo pronunciamento extremamente balizado. V. Exª, que preside essa comissão especial que trata da reforma política, tem uma grande responsabilidade pela frente. Parabéns, Senador.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Só para responder, Sr. Presidente, se V. Exª puder me passar dois minutos, concluo o pronunciamento nesse período.

O Procurador-Geral da República já se manifestou contra o financiamento empresarial, e seis ministros do Supremo, o Ministro Fux, Joaquim Barbosa, Dias Toffoli, Luís Roberto Barroso, Lewandowski, Marco Aurélio. Lamentavelmente, foi pedido vista pelo Ministro Gilmar e se está esperando uma decisão. O estranho é o Congresso não ter tido a coragem de pôr fim ao financiamento empresarial de campanha. A Câmara votou o parcial. Ela pôs fim ao financiamento empresarial, parabenizo os Deputados e Deputadas, mas permite doação para o partido. Vamos ver se a gente consegue, pelo menos, estabelecer um teto a esse processo.

Por que falo isso? Porque esse é o pior dos caminhos para o Brasil, porque gera uma situação como essa. Vejam, as últimas ações da Justiça federal com sede em Curitiba foi a prisão do Presidente da Odebrecht e do Presidente da Andrade Gutierrez.

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – São duas grandes empresas, importantes, que, se danificadas, como já estão, vão causar grandes danos ao cidadão brasileiro. Veja a Andrade Gutierrez: ela doou R$24,95 milhões para o PSDB, R$14 milhões para o PT, cerca da metade, mas isso aqui é dinheiro limpo. Os R$ 24 milhões para o PSDB são dinheiro limpo, dinheiro que deve ter sido arrecadado em alguma igreja. Normalmente, dinheiro arrecadado em igreja é dinheiro limpo, a pessoa faz uma doação na sua fé. Deve ter sido. O do PT é dinheiro sujo. R$24 milhões da Andrade Gutierrez pode; para o PT, R$14 milhões viram propina. A mesma coisa a UTC: R$8,7 milhões para o PSDB, isso é dinheiro limpo; os R$13 milhões para o PT são dinheiro sujo. Essa hipocrisia que o Brasil está vivendo não pode seguir adiante. Esse vazamento seletivo, esse crime que se está cometendo.

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu queria pedir ao Supremo, ao Procurador da República: vamos abrir as sessões e pôr ao vivo as oitivas do Juiz Moro, vamos pôr ao vivo as oitivas do Supremo Tribunal Federal sobre a dita corrupção ligada à Petrobras. Pronto. Todos estariam sendo tratados como iguais, como prescreve a Constituição.

Dessa maneira é terrível. Você pega um trecho de um depoimento, põe no Jornal Nacional. Nove minutos de uma matéria feita pela revista *Veja* vai para o Jornal Nacional como uma sentença, como uma decisão. Com todo o respeito, conheço jornalistas que fazem, são jornalistas tentando apurar, não são juízes. É diferente uma reportagem de uma sentença.

Então, espero sinceramente que o Brasil possa definitivamente pegar esses problemas graves que estamos enfrentando e a gente ter um País melhor, fazendo a reforma política e, especialmente, que o Supremo Tribunal Federal possa dar uma condução mais acertada para isso que todos nós queremos, que é o combate à corrupção no Brasil.

DOCUMENTOS ENCAMINHADOS PELO SR. SENADOR JORGE VIANA EM SEU PRONUNCIAMENTO.
*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.***)**

Matérias referidas:
– "Ofício nº 59;
– Ofício nº 40;
– Ofício nº 160.

Ofício CLG nº 59 /2015 – Presidência

Rio Branco – AC, 25 de Junho de 2015.

Excelentíssimo Senhor
Jorge Ney Viana Macedo Neves
Senador da República pelo Estado do Acre
NESTA

Senador,

Os docentes das Instituições Federais de Ensino, em greve desde o dia 28 de maic de 2015, aproveitam o ensejo da presença de Vossa Excelência na Universidade Federal do Acre, para solicitar que intervenha junto ao Governo Federal (MEC/MPOG), no sentido de atender a nossa pauta de reivindicações, dentre as quais podemos destacar:

1. Defesa do caráter público da universidade

Defesa de concurso público e do Regime Jurídico Único; contra a contratação de professores via Organização Social e terceirização; contra os cortes no orçamento e pela ampliação de investimento nas Instituições Federais de Ensino.

2. Condições de trabalho

Imediata ocupação dos cargos docentes existentes e criação de novas vagas para atender às demandas existentes, preferencialmente, em regime de Dedicação Exclusiva – inclusive para os Colégios de Aplicação; atendimento urgente das necessidades de infraestrutura, garantindo plenamente as condições para ensino, pesquisa e extensão com qualidade e conclusão das obras iniciadas.

3. Garantia de autonomia

Medidas urgentes para afastar normas e a imposição de condutas, pelo Poder Executivo, que agridem a autonomia universitária; Revogação da Lei 9192/95 e o parágrafo único do artigo 56 da Lei 9394/96 (LDB), que ferem os preceitos constitucionais da democracia e da autonomia (composição dos conselhos superiores e a escolha dos dirigentes); Manutenção dos saldos do exercício financeiro na instituição, para livre execução no exercício seguinte.

4. Reestruturação da carreira docente

1) Conceitos e negociação: que o processo negocial seja retomado a partir do acordo assinado com a Sesu/MEC em 2014, sobre os seguintes pontos conceituais: (i) estruturação em degraus constantes desde o início até o final; (ii) percentuais definidos para a valorização de cada uma das titulações; (iii) relação percentual constante entre regimes de trabalho, com valorização da Dedicação Exclusiva. A combinação destes três elementos estará integrada, compondo o vencimento de cada professor, segundo a sua situação particular quanto ao nível na carreira, a titulação e o regime de trabalho.

Considerando esses conceitos, a nossa proposta é: – Degraus constantes determinados mediante variação crescente em razão de 5%; – Percentuais de acréscimos relativos à titulação: 75% para doutor; 37,5% para mestre; 18% para especialista; 7,5% para aperfeiçoamento (os acréscimos não são cumulativos); – Percentuais de acréscimos relativos ao regime de trabalho, tomando por base o regime de 20h, serão: 100% para o regime de 40h; 210% para o regime de Dedicação Exclusiva.

2) Carreira e reenquadramento: (i) reenquadramento dos docentes ativos, aposentados e instituidores de pensão, em posição de equivalência em relação ao topo da estrutura da carreira; (ii) reenquadramento dos professores ativos ou aposentados, que cumpriram os requisitos para progressão funcional, mas ficaram retidos no nível ou classe por tempo superior ao interstício previsto, e também os professores aposentados com a vantagem prevista no artigo 192 da Lei 8112 – RJU terão os períodos e níveis correspondentes acrescidos.

5. Valorização salarial de ativos e aposentados:

A Lei nº 12.772, imposta aos docentes pelo governo em 2012, com seus reajustes anuais em três vezes, além de aprofundar a desestruturação da carreira, não recompôs sequer a inflação do período. A valorização salarial de ativos e aposentados está relacionada à reestruturação da carreira, para corrigir as distorções, tendo como base o salário mínimo do Dieese (R$ 3.182,81). É urgente a defesa de uma linha só no contra cheque!

Certo de que poderemos contar com vossa compreensão, ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos, visando subsidiar discussão junto ao Governo Federal e, com certeza, apoiar nossas propostas quando da tramitação no Congresso Nacional.

Atenciosamente,

Prof. João Silva Lima
Presidente do Comando Local de Greve

Ofício n. 40- SINDJEF/AC/ 2015

Rio Branco/AC, 26 de Junho de 2015.

A Sua Excelência o Senhor

Jorge Ney Viana Macedo Neves

Senador da República

N E S T A

Senhor Senador,

O **Sindicato dos servidores das Justiças Eleitoral e Federal do Acre - SINDJEF**, em nome dos servidores do Judiciário Federal do Estado do Acre, vimos perante Vossa Excelência, solicitar a valiosa colaboração para que interceda junto ao plenário do Senado da República pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 28/2015, de iniciativa do presidente do Supremo Tribunal Federal – STF, que tem o objetivo de alterar o dispositivo da Lei 11.416/2006, Plano de Carreira dos Servidores do Poder Judiciário da União, assegurando reposição parcial e parcelada de perdas inflacionárias à tabela de vencimento das carreiras dos servidores.

Os servidores sustentam o Judiciário na célere e imparcial apreciação dos pleitos judiciais, zelando por sua regularidade procedimental, e atendendo os cidadãos de baixa renda, desamparados e em condições penosas, amparando também o trabalhador, viabilizando a realização das eleições mais eficientes do mundo, e arrecadando bilhões anualmente aos cofres da União.

Ainda quanto ao mérito, e nos dizeres do próprio parecer aprovado na CCJ do Senado, a majoração dos vencimentos dos servidores do Poder Judiciário da União é tema de absoluta justiça. A remuneração desses servidores encontra-se defasada em relação a carreiras equivalentes dos Poderes Executivo e Legislativo, fato que tem ocasionado o aumento da rotatividade de servidores, com significativo prejuízo à prestação jurisdicional.

A aprovação do PLC nº 28, de 2015, permitirá o estabelecimento de remuneração compatível com carreiras análogas dos demais Poderes e com o grau de complexidade das atribuições dos servidores do Poder Judiciário da União.

Na sessão plenária do Senado da República realizada no dia 10/06/2015, restou firmado veemente compromisso de apreciar a matéria no dia 30/06/2015, impreterivelmente, como se extrai das manifestações abaixo colacionadas, constantes das notas taquigráficas da aludida sessão:

> **"O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP - AL) – Eu queria cumprimentar V. Exª por já estabelecer a data para que possamos votar esta matéria, começando à hora regimental e terminando de madrugada, se for necessário, mas que aprovemos esta matéria no dia 30. Obrigado."**

> **"O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu já estive diversas vezes em situações como esta e fui até vaiado pelas galerias, mas nunca me omito de fazer um bom acordo. Vou dizer para vocês: vocês estão fazendo um bom acordo, porque saem hoje daqui, voltando para seus Estados, com a palavra do Líder do Governo, do Líder do Congresso e de todos os Líderes de que a matéria será votada, de qualquer jeito, aqui no dia 30. Voltem tranquilos! E que a palavra seja honrada!"**

Na mesma sessão, o Líder do Governo no Senado admitiu que em período pretérito somente os servidores do Judiciário não tiveram qualquer tipo de reposição, razão pela qual foram prejudicados, o que justifica a proposta contida no PLC 28/2015.

Nos termos supra referidos, rogamos o apoio de Vossa Excelência no Senado Federal, para **impreterível votação e aprovação do PLC 28/2015 no padrão em que foi proposto, inclusive como forma de manter a normalidade da prestação jurisdicional a toda a população, uma vez que os servidores do Judiciário Federal encontram-se em greve por tempo indeterminado no Estado do Acre e em todo o País.**

Nós, representantes do Sindjef, solicitamos a compreensão e o apoio de Vossa Excelência para nos ajudar a vencer essa batalha em prol do fortalecimento e dignidade não só da nossa categoria, mas do Judiciário Federal.

Cordialmente,

Diretoria Colegiada do Sindjef/AC

Ofício n. 160/GAPRES

Rio Branco, 25 de junho de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JORGE NEY VIANA MACEDO NEVES
Vice-Presidente do Senado
Senado Federal - Praça dos Três Poderes - Brasília DF - CEP 70165-900

Assunto: *Greve. Servidores do Judiciário. Manifestação de apoio ao PLC 28/2015.*

Senhor Vice-Presidente,

Assim como acontece com todos os órgãos do Poder Judiciário Federal no restante do país, os servidores deste Regional deflagraram greve, pela aprovação do **PLC 28/2015, de autoria do Supremo Tribunal Federal.**

Passaram, nos dias recentes, a dividir com a população os prejuízos que vêm amargando nos últimos 9 anos, de quando data a última reposição salarial real. Seu direito à data-base, como se percebe, vem sendo desrespeitado.

Com isso, sofre o próprio **Poder Judiciário**, que não vem conseguindo manter os servidores nos seus quadros (evasão para outras carreiras), sofre o **servidor**, que têm sua vida (pessoal e profissional) e sua família prejudicada, e, principalmente, sofre o **cidadão**, com a não prestação ou com a prestação precária dos serviços. O prejuízo, como se observa, alcança **milhões** de pessoas.

O pleito, portanto, é justo, posto que a aprovação se reverterá em benefícios sob todos esses aspectos, com destaque para a população.

Por tudo isso, esta Presidência, assim como toda a Corte Eleitoral Acreana (moção anexa), vem manifestar apoio ao referido Projeto, que tem por objetivo **alterar o Anexo II da Lei n. 11.416, de 15 de dezembro de 2006 – Plano de Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União e dá outras providências, atualmente em tramitação nessa Casa Legislativa em regime de urgência.**

Sua aprovação representa, portanto, justa e necessária atualização dos vencimentos dos servidores do Poder Judiciário da União, que se encontram significativamente defasados perante as carreiras semelhantes do Executivo e do Legislativo federais, acumulando uma perda real, tendo como parâmetro a inflação do período, da ordem de **49,62%**.

No que toca ao momento econômico e fiscal, é público e notório, conforme se verifica nos noticiários e no próprio dia a dia, que o país atravessa momento de crise. Ocorre que esse não é um momento único no país. Tem sido assim nos ultimos anos. Crises vieram e crises passaram. Outras certamente virão, infelizmente.

E é justamente por essa constância que seria ilusório pensar em aguardar momento *mais oportuno*, pois não se sabe quando virá. Enquanto isso, a mesma crise econômica, como todas dos últimos 9 anos, vêm achatando o poder de compra da categoria.

A aprovação, dessa forma, precisa ser imediata.

Com efeito, o impacto orçamentário do projeto encontra-se dentro da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado do Poder Judiciário da União, conforme se verifica da própria justificativa do projeto de lei encaminhado ao Poder Legislativo.

Assim, reiterando a previsão constitucional de autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário e do próprio Congresso Nacional, esta Presidência vem somar esforços e solicitar a **sensibilização** de Vossa Excelência com vistas a apoiar a aprovação do PLC 28/2015 pelo Senado Federal.

Atenciosamente,

Desembargador *Adair Longuini*
Presidente

MOÇAO DE APOIO À GREVE DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

CONSIDERANDO que os servidores do Poder Judiciário, assim como os magistrados, são parte integrante e essencial deste Poder, necessários, portanto, para o estabelecimento de tão almejada justiça;

CONSIDERANDO que os servidores do Judiciário reivindicam tão somente a justa recomposição referente a quase 10 (dez) anos sem efetivo aumento salarial;

CONSIDERANDO que o que se exige não é nada além do justo direito dos servidores do Judiciário de ver restituída a possibilidade de viverem dignamente e continuarem contribuindo para a célere e eficaz prestação jurisdicional;

O Tribunal Regional Eleitoral do Acre, por meio de seus Juízes-Membros e Procurador Regional Eleitoral, formaliza a presente Moção de Apoio à greve dos Servidores do Poder Judiciário Federal, solidarizando-se com o Sindicato dos Servidores da Justiça Federal e Eleitoral do Estado do Acre, determinando que cópia do inteiro teor deste expediente seja encaminhado aos Senadores representantes deste Estado Federado, Excelentíssimos Senhores Gladson de Lima Cameli, Jorge Ney Viana Macedo Neves e Sérgio de Oliveira Cunha, para ciência da manifestação desta Corte, bem como providências, a fim de acolherem a justa reivindicação de reposição das perdas salariais dos servidores do Judiciário Federal.

Des. ***Adair José Longuini***
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Acre

Durante o discurso do Sr. Jorge Viana , o Sr. Ricardo Ferraço deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Medeiros.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – A Presidência lembra às Senadoras e aos Senadores que o Senado Federal está convocado para uma sessão de debates temáticos a realizar-se amanhã, às 11 horas, destinada a discutir a participação da Petrobras na exploração do pré-sal.

Comunica ainda que estão abertas as inscrições para a referida sessão.

Agora, com a palavra, a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Srªs Senadoras, Srs. Senadores, ouvintes que nos ouvem pela Rádio Senado, telespectadores que nos assistem pela TV Senado, o que me traz à tribuna hoje é o tema que foi tratado aqui em grande parte do pronunciamento pelo Senador Jorge Viana, a reforma política. Por isso não fiz a S. Exª nenhum aparte, porque já era o tema a que estou dedicando a fala de hoje.

E por que esse tema? Exatamente por aquilo que as nossas Senadoras, colegas, que me antecederam no aparte falaram: a importância que ele tem para o momento e a movimentação que o Senado brasileiro está fazendo em relação a esse tema.

É claro que, nos últimos tempos, a reforma política eleitoral está servindo como a panaceia para todos os males. Ou seja, temos problemas institucionais, temos problemas de representatividade. Então, acha-se que tem que fazer a reforma política o mais rápido possível para poder resolver.

Também acho que temos que fazer uma reforma política eleitoral, também acho que o nosso sistema precisa de correções, mas o que nós acabamos vendo com a pressa foi o resultado de uma votação na Câmara dos Deputados que acabou decepcionando muito o Parlamento aqui, o Senado, mas também parte da sociedade, porque não tratou dos pontos que são os pontos, sob a minha ótica e também penso que do Senador Jorge Viana, que aqui me antecedeu, mais importantes para que a gente realmente enfrente a crise de representatividade.

E nós, sem dúvida alguma, estamos numa crise política. Eu queria resgatar, só para situar essa crise política, uma fala do ex-Presidente desta Casa Senador José Sarney, em que ele fez uma discussão sobre a reforma política e eleitoral e fez um discurso muito interessante desta tribuna, falando de algumas questões importantes que fazem uma reflexão e que antecedem a definição de como temos de mudar as coisas. Dizia ele:

> [...] [A crise política] atinge [...] as instituições democráticas, há muito vítimas do problema da representatividade, quando a Tecnologia da Informação, em tempo real, gera um desgaste da vontade eleitoral, que tem que competir com as cobranças da mídia e com o senso de urgência das soluções que não são compatíveis com o que podem fazer os Poderes da República. Espera-se do Executivo [por exemplo] que faça obras em tempo recorde, quando as rotinas de licenciamento e as intervenções de órgãos reguladores as prolongam por anos; do Legislativo, que, com as leis, mude da noite para o dia a natureza das coisas, sem lembrar que as leis levam tempo para fazer efeito; do Judiciário, que condene e prenda, ignorando os ritos que prolongam a prestação jurídica. [...]
>
> Nas várias esferas de poder, reagimos com senso de urgência na tentativa de responder a essas vozes. Os Parlamentares [nós] somos considerados como os primeiros repudiados – representamos o político por excelência – na dicotomia entre a vontade do eleitor e a solução dos problemas cotidianos, fora do alcance da ação legislativa. Este fenômeno, que se repete em escala mundial, torna-se muito mais agudo entre nós pela peculiaridade do voto proporcional uninominal, que leva o eleitor a desconhecer quem elegeu.

Ou seja, o Senador faz aqui uma análise do que gera a crise política e do porquê de ela ser gerada e também do que distancia o Parlamento – segundo ele, é o Parlamento que fortalece a democracia – do eleitor. Ele continua, falando que o Congresso Nacional precisa ser fortalecido: "[...] não há democracia forte, e uma democracia frágil é um prenúncio de decomposição [sem um Congresso forte]. Sem ela, perde-se a liberdade, e surgem as fórmulas salvadoras".

Por que eu quis fazer essa reflexão, relembrando esse pronunciamento do Senador Sarney? Para que a gente não tenha fórmulas salvadoras, não ache que votações apressadas ou avaliações superficiais possam, de fato, nos trazer respostas para problemas profundos, para problemas críticos, para problemas mais graves.

Por isso, eu queria enaltecer muito aqui a atitude do Presidente desta Casa, o Senador Renan Calheiros, que formou uma comissão ampla, representada por diversos Senadores e por diversos partidos políticos, para discutir essa reforma eleitoral, tanto a proposta que vem para a Câmara, como também a que já tramita no

Senado, e para fazer uma reflexão sobre a nossa capacidade de dar respostas ao que a sociedade cobra, de melhorar a representatividade política e as respostas que temos de dar à sociedade.

Quero parabenizar o Senador Jorge Viana, que preside essa comissão, e também o Senador Romero Jucá, que vai ser o relator. Quero dizer que tenho certeza de que o aprofundamento do debate poderá nos levar a uma saída que efetivamente dê respostas à população.

Não vamos conseguir resolver todos os problemas. Senadora Vanessa, não vamos conseguir fazer, talvez, as mudanças mais profundas que poderíamos fazer, porque não temos o tempo necessário e porque não há consenso estabelecido, formatado entre nós. Mas acho que temos de ver aquilo que é de maior consenso, para que comecemos a mexer e comecemos a dar respostas à sociedade, não uma resposta superficial, mas uma resposta que, efetivamente, mude a relação de poder e que fortaleça a democracia.

Como disse aqui o Senador Jorge Viana, também penso que há dois pontos importantes em que temos de ter foco nessa reforma: o primeiro é o fortalecimento dos partidos; o segundo, o custo das campanhas eleitorais. O fortalecimento dos partidos é fundamental para o fortalecimento da democracia e da representatividade parlamentar. Partidos fracos implicam dificuldade maior de se construir base de apoio. Partidos fracos dificultam a possibilidade de uma reforma administrativa para a redução do número de Ministérios. Acordos com lideranças não são suficientes, pois os liderados podem não acatá-los, o que leva o Governo a necessitar de acordos individuais, que, em geral, envolvem nomeações para cargos e liberação de emendas ao Orçamento. Com partidos fracos, o eleitor corre o risco de votar em um candidato majoritário por um partido e de ver esse político mudar de partido, perdendo o significado do voto.

Portanto, precisamos fortalecer os partidos, e aí é importante tratar do sistema eleitoral. A Câmara aprovou ou discutiu o chamado "distritão" e, por pouco, não o aprovou.

Tenho críticas também ao nosso sistema de voto proporcional com lista aberta, em que você vota no indivíduo e não fortalece o partido, em que o eleitor, muitas vezes, nem lembra em quem votou e em que o partido fica refém do voto do indivíduo. Sou favorável às listas fechadas, mas sei da dificuldade de passarmos esse sistema por esta Casa, porque nem todos pensam dessa forma.

Então, nós teríamos de caminhar para algo no sentido misto. E, talvez, seja importante, se não quisermos votar o distrital misto para todas as eleições, aproveitarmos um projeto do Senador José Serra que foi votado pela Comissão de Constituição e Justiça e que estabelece o voto distrital para as cidades com mais de 200 mil habitantes, com mais de 200 mil eleitores, para a eleição de Vereadores. Se pudéssemos adequar esse projeto ao distrital misto e se a Câmara entendesse isso como importante, acho que teríamos condições de verificar a forma como esse sistema eleitoral poderia fortalecer tanto os eleitos como os partidos. Não tenho dúvidas de que é isso de que precisamos no nosso sistema eleitoral.

Outro aspecto que é importante é a cláusula de barreira, o desempenho. Não é possível que haja tantos partidos criados no afogadilho do interesse deste ou daquele líder político e que, depois, esses partidos passem a fazer parte de negociações no processo eleitoral. Não quero referir-me aqui a partidos menores históricos. Sei da importância que tem o Partido Comunista do Brasil, o Partido de V. Exª, Senadora Grazziotin, mas não podemos permitir, para proteger partidos históricos, que outros partidos proliferem. Nós temos de encontrar um meio para impedir isso. Se não é pela representatividade apenas, o que podemos fazer para que o nosso sistema eleitoral não seja um sistema pródigo na criação de legendas que não representam, como representa o Partido Comunista do Brasil, uma ideologia, que não representam ideias, que não representam programas, a não ser interesses próprios de algumas lideranças? Acho que isso é urgente, e, com certeza, nós fortaleceríamos os partidos políticos.

A Câmara já fez uma cláusula de barreira, ou seja, os partidos que não tiverem um representante não terão direito ao Fundo Partidário. Eu iria além disso, pois acho que temos de aumentar essa representatividade na Câmara, para barrar o acesso ao Fundo Partidário e também ao tempo de rádio e de televisão, o que, na maioria das vezes, é aquilo que é utilizado para se fazerem as negociações em composições e em acordos político-eleitorais.

Quanto ao fim das coligações proporcionais, quero dizer que coligação é feita em torno de programa, coligação é feita em torno de objetivos, de metas, daquilo que defendo de desenvolvimento para o meu País, para o meu Governo, para o meu Município, e não para uma eleição proporcional, em que o que vale é a soma matemática dos votos que recebem os candidatos com os partidos que participam da coligação. Não há justificativa para isso.

Então, vamos migrar diretamente para uma Federação partidária, em que há, inclusive depois da eleição, o compromisso de continuidade dessa frente. Então, acho que temos de pensar nisso também.

E, é claro, a questão da fidelidade partidária é muito importante. Não dá para mudarmos de partido como mudamos de roupa, não dá para mudarmos de partido como fazemos uma mudança de clube. Partido é algo

que o identifica, que o identifica com uma história, com uma visão de mundo, com aspectos sobre o desenvolvimento, sobre como a sociedade se organiza. Por isso, a importância da fidelidade partidária. Obviamente, não queremos uma camisa de força. De tempo em tempo, pode ser dado aos Parlamentares, até porque os partidos também podem mudar, a opção de fazer a transferência partidária, mas o que não pode acontecer é essa permissão, essa permissividade de se fazerem as mudanças. É claro que, agora, é proibido isso. Enfaticamente, há decisões judiciais. Proibimos isso por lei, mas havia a situação de criação de um novo partido, o que também já foi dificultado pela Câmara dos Deputados.

Quero entrar no segundo ponto, que acho fundamental, que é o financiamento de campanha. Acho que, dificilmente, vamos conseguir reverter o que a Câmara fez. Eu sinto muito que a Câmara tenha mantido o financiamento privado de campanha. Sinto muito, porque empresa não vota, empresa não manifesta sua vontade política, e é em razão exatamente desses financiamentos que estamos vendo tantos problemas. Aí há o questionamento se o financiamento legal proveio de verba ilegal, se ele atendeu a um partido, se ele atendeu a dois. Hoje, as empresas doam para todos os partidos. Então, acho que temos de mudar isso.

A Câmara aprovou que só partidos políticos podem receber recursos empresariais. Eu preferiria, sinceramente, que recebêssemos apenas o financiamento público, no máximo com a garantia de que o eleitor, a pessoa física, pudesse também contribuir, mas penso que não é isso que vai prevalecer nesta Casa. Então, pelo menos que consigamos aqui determinar um limite. Uma empresa não pode doar ilimitadamente, não pode doar para todos os partidos! Vamos dizer: uma grande empresa pode doar, em toda a eleição, para todos os partidos, por exemplo, R$500 mil ou R$1 milhão; mais do que isso, não pode doar. Temos de ter limite de despesas. Não é possível uma campanha custar caro, como disse o Senador Jorge Viana! Para termos competitividade, temos de ter muito dinheiro: é dinheiro para fazer programa de tevê, é dinheiro para fazer material de campanha, é dinheiro para viajar, é dinheiro para pagar cabo eleitoral.

Isso não é possível, não é possível! Programa de TV não pode ser do jeito que é! Parece uma produção cinematográfica. Você vira um artista, em vez de ser um debatedor da política. Nós temos de mudar isso.

Tenho a certeza de que essa comissão, em que estamos discutindo isso, Sr. Presidente, vai ser muito útil para fazer esse debate.

Concedo um aparte à Senadora Ana Amélia.

A Srª Ana Amélia (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Senadora Gleisi Hoffmann, penso que o tema não se esgota. Como dizemos, "água mole em pedra dura tanto bate até que fura". Então, quanto mais falarmos sobre isso, quanto mais informação dermos, nós vamos ter o apoio da sociedade. Como disse V. Exª, Senadora, são 32 partidos, 29 partidos na Câmara dos Deputados. Como é que isso vai se acomodar? E aí como fica a tal governabilidade também para você fazer concessões a torto e a direito, como eu digo? Isso é muito difícil. Então, a cláusula de barreira é uma necessidade até para a consolidação de um sistema mais democrático do ponto de vista de partidos fortes. Nessa questão de se mudar de Partido, também concordo com V. Exª: é preciso haver um pouco de estabilidade. Não é por conta de que, em um partido, existem pessoas assim ou assado que você vai sair do partido. Você tem de fazer o seu papel, trabalhar corretamente e mostrar que é possível, sim. Não adianta: onde existem pessoas, existem problemas, em qualquer setor, não só na área política. É que, na nossa área, no Senado, na Câmara, em uma Assembleia, nós somos vulneráveis. Nós somos casa da Geni, em que todo mundo bate. Então, não se dá o mesmo tratamento a outros Poderes da República em relação ao que existe aqui. Falo isso com muita tranquilidade, com a consciência tranquila de quem aqui está trabalhando. Mas, como fui jornalista por muito tempo, vejo que às vezes se pinta uma coisa e que se dá um lado só, uma única versão. Não se dá a completa informação. Essa é uma carência que temos na forma de dizer o que está acontecendo de real. Então, reduzir o custo de campanha é fundamental. Como disse V. Exª e como falei, há pouco, no aparte ao Senador Jorge Viana, é produção cinematográfica, produção digital, digitalizada. São coisas absolutamente caras, com efeitos especiais. É preciso fazer algo muito mais natural e muito mais barato, é preciso fazer uma produção mais barata. Vemos que produtores de televisão se formam para trabalhar exclusivamente em campanhas eleitorais. Isso é cinema, é produção de cinema! E não deve ser isso. Tem de ser real, não pode ser ficção. Cinema é ficção. Nós temos de fazer uma campanha real. E ela, para ser real, tem de ser muito barata, porque o País não suporta mais o que estamos vivendo em relação a isso. Essa comissão já está trabalhando com muito afinco. O Senador Jorge Viana fez um relatório aqui. Tem feito um relatório periódico, e a abordagem de V. Exª chega no momento de insistirmos na questão do excesso de partidos, na necessidade de uma cláusula de barreira. Não somos, como disse V. Exª, contrários a partidos que tenham presença aqui no Senado, na Câmara. O PCdoB não é um dos maiores partidos, mas tem representação, tem Parlamentares eleitos. Agora, existem alguns que não têm e que têm representação também no Parlamento. Essa é a questão que precisamos rediscutir, mantendo a democracia, mantendo as instituições fortes, mas com moralização de procedimentos e de conduta, especialmente numa campanha eleitoral. Hoje, uma campanha até para verea-

dor, Senadora, está custando muito caro! Até uma campanha para vereador, que seria na base de um Município pequeno ou médio. Então, temos que fazer um arranjo geral, uma faxina geral para melhorar e para que a população olhe para a política como uma necessidade essencial num regime democrático. Parabéns, Senadora Gleisi, pela abordagem do tema!

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Senadora Ana Amélia. Agradeço o aparte de V. Exª.

Acho que uma coisa positiva que estamos tendo é convergência, pelo menos aqui, no Senado. Participei de duas reuniões da comissão. Faço parte dela. Amanhã, nós vamos ter reunião às 14 horas.

Parece-me que há uma vontade muito grande dos Senadores em acertar isso, em realmente dar uma solução, um resultado para a sociedade, e não apenas defender seu ponto de vista, tanto que os partidos, as Lideranças estão até abrindo mão de questões que eram muito firmes em relação a essa discussão no passado. O próprio PT, por exemplo, com o financiamento puro público, com a questão do voto em lista fechada. Quer dizer, nós temos que ter uma certa maleabilidade para que possamos avançar. Acho que, se nós conseguirmos resolver esses dois problemas principais, que são custo de campanha, financiamento de campanha e fortalecimento dos partidos políticos, nós vamos dar um passo muito grande para melhorar o nosso sistema eleitoral e, por consequência, a democracia brasileira, porque é disso que nós estamos falando. Não podemos ter uma democracia fortalecida se aquilo que leva a essa democracia tem vícios, tem problemas, tem desvios. Acho que nós temos essa responsabilidade. Espero que o Senado consiga, realmente, fazer esse equilíbrio.

Eu gosto muito de uma história que o Senador José Sarney conta. Estou falando isso porque li no discurso dele: "Nós temos um sistema bicameral". Eu já aproveito para falar a respeito, porque a Câmara aprovou mandato de cinco anos para todo mundo, para Senadores, para Deputados. Creio que seria mais lógico, então, acabar com o sistema bicameral e fazer somente unicameral: cinco anos, só Câmara, um grande Parlamento.

Mas o Senador Sarney conta uma historinha. Ele diz o seguinte: "Os Estados Unidos, quando estavam para definir o regime de representação deles, queriam algo próximo à Inglaterra, mas não poderia ser como o regime inglês, a Câmara dos Lordes e a Câmara do Povo, porque estavam se contrapondo, inclusive, àquele modelo de realeza. Eles eram um Estado federado." E discutiram por muito tempo. Diz o Senador Sarney que até orações fizeram, para que Deus iluminasse que tipo de sistema eles teriam de representatividade parlamentar. Depois de muito pensar, uns três dias em reunião, tiveram uma ideia, um dos assessores do Presidente teve uma ideia e disse: "Podemos fazer, sim, um sistema bicameral. Podemos ter a representação do povo, que é proporcional ao número de pessoas de cada Estado, de cada distrito, mas ter também a representação do Estado federado. Não vai ser a Câmara dos Lordes, mas vai ser a representação daqueles que vão defender o seu Estado como território." Aí, nasceu o Senado americano, enfim, e a Câmara. E o nosso sistema é parecido também. Foi copiado de lá, porque é um sistema bicameral.

Então, dizia o ex-Presidente Sarney: "A Câmara é onde as coisas chegam quentes, e o Senado é onde colocamos um pouco de equilíbrio. É como a xícara: se o chá está muito quente, tento tomar na xícara; se encontrar dificuldade, derramo um pouco no pires, e ele esfria."

Penso que essa comparação é importante para se ter a noção do quanto é relevante termos um espaço de discussão que traga um pouco o equilíbrio e uma visão mais sistêmica do País, das relações e das instituições. Às vezes, no afã de querer mudar, acabamos destruindo aquilo que já construímos. Então, acho que temos que construir em cima das experiências boas, descartando as ruins, mas ir avançando.

Faço essa referência também por conta do instituto da reeleição. A Câmara mudou o instituto da reeleição, ou seja, acabou com a reeleição. Temos, no Partido dos Trabalhadores, sempre tivemos, uma posição contrária ao instituto da reeleição. Votamos contra. Perdemos. Agora, temos a reeleição. Nós não temos 30 anos de experiência do instituto da reeleição, aí vamos jogar agora fora esse instituto, porque há uma crítica conjuntural a uma situação da reeleição da Presidenta Dilma.

Para se ter uma ideia, Senadora Ana Amélia, tenho, aqui, um artigo que foi feito pelo Alberto Carlos Almeida sobre a questão da reeleição. Ele diz o seguinte: "Desde 98, cerca de 69% dos Governadores e 61% dos Prefeitos foram reeleitos. Em 2012, menos de 55% dos que disputaram a reeleição venceram. Em 2014, somente 11 Governadores foram reconduzidos ao cargo, mostrando que o instituto da reeleição não traz, por consequência automática, a reeleição de quem está." Isso porque ele nem computou aqui quem deixou de ser candidato, porque já achava que não tinha condições de se reeleger. Ele vai além e diz: "Claro, nós sabemos que a pessoa que disputa no cargo acaba tendo mais benefícios, mas, então, vamos botar regras para que a pessoa não dispute no cargo. Ela se licencia, sai do cargo e não disputa."

Não dá para tentarmos promover uma mudança, uma vez que, nem do ponto de vista da história, tivemos tempo de analisar o seu mérito. E, como diz ele, "nós jogamos a água da bacia com o bebê junto", sem, na realidade, salvar os aspectos positivos que nós tivemos, inclusive de continuidade de mandatos que melho-

raram situações importantes. Vejam que falo isso, e disputei num Estado a eleição contra um governador que estava no mandato, mas acho que temos que ter mais cautela quando apresentamos soluções.

Por último, queria aqui falar também de um tema que é importante na reforma política: a participação das mulheres. Nós fizemos uma verdadeira articulação das mulheres Senadoras e Deputadas aqui, no Senado, sob a coordenação da Senadora Vanessa Grazziotin, nossa Procuradora da Mulher, e conseguimos chegar a um acordo numa proposta para que as mulheres tenham representatividade no assento do Parlamento, da Câmara dos Deputados, das assembleias, das câmaras, para que os partidos invistam nas mulheres para participar. Hoje, só como candidatas, o que acontece? Os partidos muitas vezes preenchem essas vagas com candidaturas laranjas, e não com mulheres que efetivamente têm condições de disputar. A mulher não se sente estimulada, porque o partido não investe, não ajuda, não faz algo de forma diferenciada para que ela se prepare para a disputa política.

Então, chegamos a um acordo, no meu entender, muito importante, que começava com 10% das cadeiras do Parlamento definidas para as mulheres; depois, 12%; e, depois, 15% na terceira eleição. Parecia que essa era uma fórmula justa e equilibrada, mas, infelizmente, perdemos por muito pouco.

Senadora Vanessa Grazziotin, acho que não podemos desistir. Sei que V. Exª já está rearticulando.

Eu queria lembrar V. Exª que nós aprovamos, na Comissão de Constituição e Justiça do Senado – e está aguardando para incluir na Ordem do Dia –, um projeto que apresentei, de lei complementar. Não é uma PEC. É o Projeto nº 78. Esse projeto de lei complementar define 50% das vagas para as mulheres na Câmara dos Deputados, nas assembleias e nas Câmaras de Vereadores.

Claro que isso não passa, até porque nós já tivemos um acordo feito com um número menor, mas, como esse projeto já está votado na CCJ, basta incluí-lo no plenário, nós poderíamos, num esforço com as ex-Senadoras, fazer uma emenda e resgatar a proposta que nós votamos, que foi apresentada à Câmara dos Vereadores. Em vez de PEC, nós faríamos através de uma lei complementar, que exige menor número de Senadores para aprovar. Já poderíamos aprovar essa medida como uma das primeiras da Comissão da Reforma Política, criada pelo Presidente Renan Calheiros.

Penso que temos temas, temos bastantes desafios, mas quero dizer que estou muito esperançosa, pelo comportamento que vi dos Senadores, pela atitude que vi dos Senadores de todos os Partidos de querer acertar, de querer responder à sociedade com algo concreto, que efetivamente faça diferença. Estou muito esperançosa de que tenhamos um avanço significativo.

Concedo um aparte à Senadora Vanessa.

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu agradeço, Senadora Gleisi. Estava me preparando para iniciar a minha fala, enquanto V. Exª conclui a sua, quando entendi que deveria fazer o aparte. V. Exª tem razão. Apesar de o resultado não ter sido positivo, de não termos conseguido aprovar a emenda constitucional na Câmara, tivemos 293 votos favoráveis.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Muito expressivo.

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – E há muita dúvida ainda por parte dos Srs. Deputados, sobretudo em relação ao conteúdo da emenda apresentada. V. Exª tem um projeto, várias outras Senadoras têm projetos, e amanhã nós faremos o nosso primeiro encontro no Senado Federal. Posteriormente, nós nos reuniremos com as Deputadas para ver o caminho que devemos trilhar. Agora, não tenho dúvida nenhuma de que o caminho passa a ser o Senado Federal. Tenho certeza, convicção absoluta, de que, se tivermos a capacidade de colocar esse tema no centro do debate da Comissão Especial e, posteriormente, no plenário, nós temos condições, sim, Senadora Gleisi, de mudar essa cota em favor das mulheres brasileiras, afinal de contas seremos um dos últimos países a promover essa mudança. A Argentina, numa única eleição, depois de uma reforma política, passou a ter maior representatividade de mulheres. Passou dos 13% para 37%. Quiçá conquistemos essa mesma vitória aqui! Eu tenho ficado muito feliz nesses últimos dias. Não sei se V. Exª tem prestado atenção, mas cada vez mais aumenta o número de matérias jornalísticas e de artigos publicados nos grandes jornais, na grande imprensa brasileira, com referência ao aumento da presença de mulheres na política brasileira. Não tenho dúvida de que isso é fruto do trabalho de V. Exª e de tantas outras mulheres bravas e guerreiras que aqui estão. Parabéns, Senadora Gleisi!

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Senadora Vanessa. Eu que a parabenizo, porque V. Exª tem sido uma guerreira neste tema. Tem-nos coordenado, tem insistido. E graças a essa organização proporcionada pela Procuradoria aqui do Senado, Procuradoria da Mulher, nós conseguimos colocar esse assunto como um assunto importante no debate da reforma política, o que mostra a votação na Câmara.

Só queria fazer uma correção. O meu projeto é de nº 287. Ele altera, na realidade, a Lei Complementar nº 78.

Para finalizar aqui, Sr. Presidente, eu queria apenas fazer um agradecimento muito grande ao nosso Ministro de Relações Exteriores, Mauro Vieira, ao nosso Ministro da Fazenda, Joaquim Levy, ao nosso Secretário da

Receita, Jorge Rachid, e também ao Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, Dr. Tarcísio, pela publicação no dia de hoje da Portaria 415, a portaria que prorroga por um ano a entrada em vigor da determinação para reduzir a cota de compra nas fronteiras de US$300 para US$150. Esse é um tema em que lutávamos bastante. A Senadora Ana Amélia, inclusive, também já diversas vezes fez essa cobrança da tribuna. E hoje nós estamos comemorando que conseguimos o prazo de um ano para que essa nova cota reduzida entre em vigor, até porque a gente sabe o impacto que tem isso. Reduzir de US$300 para US$150 a compra nas fronteiras brasileiras afeta o turismo, afeta o comércio não só do país estrangeiro, do país vizinho, mas do nosso também.

Foz do Iguaçu, por exemplo, com a cota de US$300, qualificou muito o seu turismo de compra. Nós não temos mais um turismo de sacoleiros, um turismo de repasse ou de contrabando. Melhorou e melhorou para os hotéis, para os serviços, para os restaurantes, para as lanchonetes que ficam do lado brasileiro.

Então, isto é importante: a gente não fazer uma mudança bruta. A Fazenda entendeu, o Ministério de Relações Exteriores também entendeu. Nós temos um ano. E agora a gente pode discutir com muita responsabilidade a implementação dos free shoppings nas fronteiras brasileiras.

Então, eu queria agradecer muito ao Itamaraty, ao Ministério da Fazenda e também a compreensão da Presidenta Dilma por podermos ter alterada a data de entrada em vigor. Era também uma reivindicação muito grande do Paraguai. Refiro-me ao Paraguai porque é o país com que o meu Estado, o Estado do Paraná, tem a maior fronteira, a fronteira mais populosa.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Srª Gleisi Hoffmann, o Sr. José Medeiros deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª Vanessa Grazziotin.

Durante o discurso da Srª Gleisi Hoffmann, a Srª Vanessa Grazziotin deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Hélio José.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Parabéns, Senadora Gleisi Hoffmann, pelo seu importante pronunciamento.

Eu gostaria de ler uma mensagem da Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – A Presidência recebeu da Excelentíssima Senhora Presidente da República a **Mensagem n° 224, de 2015**, na origem, encaminhando o Projeto de Lei n° 4, de 2015-CN, que "altera a Lei n° 13.080, de 2 de janeiro de 2015, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2015".

O calendário de tramitação, estabelecido nos termos do art. 112 da Resolução n° 1, de 2006-CN, será publicado.

A matéria vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

Calendário de tramitação do PLN 4 de 2015 (art. 112, Res. 1 de 2006-CN):

Leitura: 29-6-2015
1º/7 Prazo para publicação de avulsos;
9/7 Prazo para apresentação de emendas;
14/7 Prazo para publicação de avulsos das emendas
14/9 Prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório e encaminhamento do Parecer da CMO à Mesa do Congresso.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS. Como Líder.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Pois não, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu peço licença à nossa aniversariante que está na tribuna. Eu fiz uma permita com o Senador Jorge Viana. Eu era a terceira inscrita. A Senadora Vanessa é a quarta inscrita, em permuta com o Senador Telmário. Eu gostaria de saber se serei a próxima oradora. Como está a ordem das inscrições?

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – V. Exª é a terceira na ordem. Agora, é a Senadora Vanessa Grazziotin, como oradora inscrita; depois, Senador Hélio José, para uma comunicação inadiável; depois, V. Exª, pela ordem; depois, Senador Humberto Costa, pela Liderança do PT. Essa é a ordem.

Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Ela fala como oradora inscrita, não é?

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Isso.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Antes de eu falar, há mais uma Liderança?

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Uma comunicação inadiável e, em seguida...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Em seguida, serei eu, porque são intercaladas: Liderança, comunicação e inscrição.

Obrigada a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Senadora Vanessa Grazziotin, pela ordem de inscrição.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente, Senador Hélio José, Srªs e Srs. Senadores.

Sr. Presidente, na última sexta-feira, meu Partido, o PCdoB, fez uma reunião. Aliás, todos os meses, nós, os membros da Comissão Política Nacional, nos reunimos para encaminhar não apenas questões internas, mas para debater o quadro político.

Na reunião da última sexta-feira, o debate acerca da situação política do Brasil e do mundo, em especial de nosso continente, chamou muito a atenção de todos os participantes, porque consideramos o momento extremamente delicado para nosso País, Sr. Presidente. Um momento em que estamos vendo que há uma retomada da iniciativa política de tentar desestabilizar o Governo da Presidenta Dilma. Ou seja, nos últimos dias, novos ataques têm sido desencadeados, sobretudo pela oposição conservadora, pela oposição neoliberal, para agravar ainda mais a crise política e econômica do País e, assim, dar sequência à escalada para desestabilizar o Governo da Presidenta Dilma.

Todavia, para manter esse ataque cerrado, a oposição se expõe, revela a sua essência antidemocrática e inconsequente com os interesses da Nação brasileira, pois cada vez mais afronta o Estado democrático de direito e atua para enfraquecer a economia nacional e dilapidar a Petrobras, que é a maior empresa brasileira.

E, neste momento, nós contamos com a presença, aqui no plenário, de dirigentes da Federação Única dos Petroleiros. Aliás, acabo de olhar a relação dos participantes da nossa sessão geral de debates amanhã, neste plenário, e não vi nenhum nome que represente a Federação Única dos Petroleiros.

(Manifestação da plateia.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Exatamente.

Essa questão chegará à Presidência da Casa, ao Presidente, Renan Calheiros, e tenho a certeza absoluta de que o Presidente não se oporá também à participação, à explanação inicial da Federação Única dos Petroleiros. Faremos isso não apenas eu, mas a Frente Parlamentar em Defesa da Petrobras e todos aqueles que entendem que, amanhã, a sessão deve ser plural e todas as opiniões e todas as forças devem ser ouvidas. Não é correto, nem séria lógico fazer uma sessão dessa sem que o conjunto dos servidores pudesse se expressar através da sua entidade maior, que é a Federação Única dos Petroleiros.

Enfim, Sr. Presidente, fica aqui a nossa disposição em conversar com o Presidente da Casa, que, repito, sensível como é, acatará o pleito de um número importante de Senadores, sem a oposição de nenhum dos Senadores e Senadoras, tenho convicção e certeza absoluta.

Mas, Sr. Presidente, avaliamos, na última sexta-feira – e ainda não haviam sido divulgadas, publicadas as últimas revistas que mostram que, de fato, temos razão –, a construção de um ambiente que procura criminalizar a todo custo aqueles que estão no poder. E com uma tentativa furiosa de fazer com que a crise chegue ao ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Esse objetivo, mais do que nunca, está claro, e mais do que nunca tem que ser combatido, Sr. Presidente, porque a maior conquista de todos nós não foi apenas uma conquista daqueles que lutaram contra a ditadura militar, porque essa foi uma parte importante para o restabelecimento da nossa democracia, mas a maior conquista foi sendo construída ao longo do tempo, em todos os momentos, na luta pela consolidação da democracia em nosso País, na luta pelo fortalecimento, pelo reconhecimento, pelo respeito ao Estado de direito, Sr. Presidente.

Porque, quando não há um Estado de direito, um Estado democrático, o jogo se desequilibra completamente e vivemos momentos de muita instabilidade, em que podemos chegar a essa situação, a essa condição.

Eu tenho vindo muito à tribuna, Sr. Presidente, para falar da necessidade de combatermos firmemente a corrupção. É preciso que o *modus operandi* que se instalou na política brasileira, não agora, mas de toda uma vida, de muito tempo, seja desmontado.

E a quem eu me refiro? Refiro-me ao fato de que muitos espertinhos se utilizam do poder político que detêm para obter vantagens. Então, é preciso combater vigorosamente esse sistema. E não sou eu quem diz isso, a imprensa está farta de publicar. E isso existe não apenas em âmbito nacional, mas também nos Estados e Municípios. Ontem mesmo, assistimos a uma matéria de denúncia grave. Nesta Casa, algumas CPIs estão em funcionamento. Essas Comissões Parlamentares de Inquérito analisam uma série de irregularidades, uma série

de malfeitos praticados no Brasil. Eu relato, por exemplo, a CPI – e logo tenho que participar de uma reunião, que já se iniciou, com colaboradores, consultores e representantes do Ministério Público e da Polícia Federal, que estão junto conosco nesse esforço para desbaratar algo grave que vem acontecendo no País já há algum tempo –, que trata da ação criminosa envolvendo a maior instância de recursos do Sistema Tributário Brasileiro, que é o Carf.

Notícias mostram que uma quantidade significativa de recursos pode estar sendo desviada dos cofres públicos. Aliás, desviada não. Uma pergunta que estamos a nos fazer na própria CPI: o que é mais grave, aqueles que desviam, que roubam os recursos públicos depois de terem ingressado nos cofres da União ou aqueles que agem da mesma forma criminosa, evitando que recursos que deveriam entrar para os cofres da União entrem? O que é pior?

Eu diria que as duas questões são extremamente danosas ao País, danosas a uma Nação que necessita, cada vez mais, de recursos para serem aplicados em saúde, em educação, em segurança pública.

Então, é óbvio que todos nós temos que fazer da nossa vida diária uma luta permanente contra a corrupção.

Todos nós temos que levantar, além de todas as bandeiras, a bandeira contra a corrupção. Mas não podemos deixar que a bandeira de combate à corrupção sirva como luta para punir alguns cujo foco, como se sabe, está exatamente onde se encontra, quem são e o que defendem. Isso nós não podemos aceitar.

O que está em curso é, sim, não tenho dúvida nenhuma, uma luta tentando desmontar todo, não um grupo de pessoas, mas um novo projeto que vem sendo implantado no Brasil desde o início da década de 2000. Não tenho dúvida nenhuma.

O Brasil mudou muito. O Brasil tem problemas? Muitos. Tem defeitos? Muitos. Mas vem procurando mudar, porque vem procurando levar o foco para as pessoas mais necessitadas.

Não quero, aqui, voltar a relatar tudo o que vem sendo feito no nosso Brasil nos últimos anos, porque o povo brasileiro sabe. Vivemos uma crise econômica? Vivemos sim. A oposição conservadora, neoliberal e privatista – é bom que se diga, ou a população vai pensar que a oposição é boa, mas não é – estava no poder até 2002. Fazendo o quê? Querendo entregar, e não digo nem vender, mas entregar o maior patrimônio do povo, do Governo brasileiro, para a iniciativa privada.

São esses, Sr. Presidente, que estão à frente desse movimento que acontece no Brasil. Eles, os conservadores que hoje estão na oposição, dizem que esta crise foi produzida pela Presidenta Dilma. É uma crise interna que não tem absolutamente nada a ver com a crise econômica internacional.

O que está acontecendo com a Grécia neste exato momento, Sr. Presidente? É um problema só da Grécia, interno? Será que não tem nada a ver com a crise econômica internacional? Por que será que a China passa do patamar de crescimento de 11% ou 12% para um patamar de 7%? Porque é uma crise interna da China? Por que o desemprego na Europa bateu a casa dos 25%? Porque é um problema só da Europa e não tem nada a ver com o sistema capitalista mundial?

É óbvio, Sr. Presidente, que a nossa crise tem nuances profundas na crise internacional. Aliás, isso acontece desde 2008, desde que Lula era o Presidente da República. No começo, dizia que era uma marolinha, e conseguimos contornar. Enquanto o mundo inteiro enfrentava problemas de desemprego, o Brasil contornava. E contornava a crise de que forma?

Contornava ampliando os programas sociais, não só garantindo, mas ampliando os direitos sociais também. Contornava garantindo incentivos fiscais e tributários às grandes empresas e às empresas produtoras do País, Sr. Presidente. Era assim. E foi assim que conseguimos atravessar esse ponto.

Estou aqui dizendo que está tudo perfeito, está tudo correto? Não, é claro que não. Mas nem por isso tenho, como ninguém tem, condições de dizer que é um problema interno, que não tem nada a ver com a crise. Olhe a Petrobras, a principal empresa brasileira, que vive um problema grave, um problema político, um problema de desvios gravíssimo, um problema de gestão, diria eu. Mas, somado a isso, há um problema gravíssimo também, que é a queda do preço das commodities, do preço do petróleo. Há pouco mais de um ano, o preço do petróleo estava a US$120, US$130 aproximadamente. Caiu para pouco mais de US$40. Agora, com certa recuperação, chegamos a 65%.

Então, vivemos uma crise, não só econômica, mas política. E repito: alguns tentam fazer dessa crise um golpe. Não digo um golpe nos moldes do que aconteceu no passado, antigamente, mas quem sabe um golpe que, deixando de respeitar o que diz a lei, devagarzinho vai minando e chegando aonde não deve chegar. A luta contra a corrupção é tão importante, que não pode mirar em um grupo, não pode mirar em uma pessoa. Espero que isso não esteja acontecendo no Brasil.

Analisamos profundamente essa situação na última reunião, Sr. Presidente, e, a partir daí, verificamos, por exemplo, que todas as ações de combate à corrupção não vêm sendo utilizadas politicamente a favor de alguns. Agora mesmo, assisti a alguns pronunciamentos que antecederam o meu. Vários Senadores aqui vie-

ram e falaram o nome de A, o nome de B, o nome de C. Mas o problema é focar em algumas pessoas, porque essas pessoas são muito importantes para o novo projeto e o novo momento que vive o Brasil.

Diante de toda essa análise, Sr. Presidente, apresentamos algumas sugestões, algumas propostas de como deveríamos agir e que bandeiras nossa militância, nosso Partido deve empunhar neste momento e que diálogo devemos buscar junto às forças progressistas, às forças consequentes deste País.

Senadora Ana Amélia, V. Exª solicita um aparte e eu o concedo, com prazer.

A Srª Ana Amélia (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Senadora Vanessa, a senhora está de aniversário hoje, e eu raramente a aparteio, porque a senhora tem um raciocínio lógico e o desenvolve. O aparte, às vezes, corta um pouco, mas como o tema... V. Exª me chamou a atenção quando usou a classificação de "neoliberal" para a oposição. Eu não sou oposição; sou uma Senadora independente aqui. V. Exª sabe do meu comportamento. Então, para reforçar, digamos, a visão crítica, eu quero dizer que o debate em torno dos problemas que nós vivemos no País são debates que estão percorrendo as boas cabeças pensantes, inclusive do partido da Presidente Dilma Rousseff. Lá no meu Estado, o Partido da Presidente está pedindo uma mudança radical nos rumos da economia do País. Então, é o próprio Partido da Presidente, não é uma crítica da oposição. Eu vou ler, já que a senhora abriu para sua avaliação, muito adequada ao momento que estamos vivendo, um trechinho bem curto, que diz o seguinte – abre aspas : "Há de fato um custo muito maior do que parece quando se cometem erros como o dos últimos quatro anos no Brasil." Vou repetir:

> Há de fato um custo muito maior do que parece quando se cometem erros como o dos últimos quatro anos no Brasil, que impõem a necessidade de brutal reversão de curso. Mesmo que seja na direção correta, a simples mudança de regras tem custo muito alto. A vida real é mais complexa do que a retórica política, e as decisões de curto prazo muitas vezes se chocam contra as decisões de longo prazo necessárias para gerir um empreendimento.
> (...)
> Agora que a necessidade de ajuste fiscal se impôs diante da trajetória perigosa das contas públicas, aplicam-se abruptamente medidas de curto prazo, como alta de impostos e reonerações, que geram custos às empresas e mudam o cenário no qual basearam planos e investimentos.
> As empresas planejam a longo prazo. A previsibilidade, a simplicidade para fazer negócios e o custo tributário estão entre os maiores fatores do desenvolvimento sustentável dos empreendimentos e, por consequência, da economia. Mudanças abruptas que elevam a complexidade e o custo da tributação alteram o planejamento e causam danos duradouros.
> (...)
> As constantes mudanças, mesmo no rumo certo, estão entre as grandes causas da desconfiança que inibe investidores. É fundamental estabelecer regras que facilitem o investimento e a produção, dando confiança aos empresários de que não haverá mudanças abruptas. É importante também reformas que simplifiquem a tributação, eliminem burocracia e aperfeiçoem o ambiente de negócios. Após medidas duras do ajuste fiscal e monetário, é preciso facilitar a vida de quem quer produzir e trabalhar.

Sabe quem diz isso, Senadora? Não é nenhuma pessoa da oposição. É ninguém mais ninguém menos do que o ex-Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles. Presidente do Banco Central dos dois governos do Presidente Lula. Então eu lhe digo que ele diz isso com a sensatez, a responsabilidade, de quem comandou a política econômico-financeira do País por dois mandatos. Oito anos ficou, foi o mais longevo dos Presidentes até agora – isso se Tombini não completar todo o mandato, que terá batido o mesmo recorde. Então, eu só quero lhe dizer que temos que ter essas visões. Há problemas? Há. Não nos podemos esquecer deles. E essa avaliação me pareceu extremamente judiciosa e equilibrada. É uma forma de reconhecer os problemas e buscar as soluções. Então, só queria acrescentar isso. Se a gente ficar nesse embate, de que a oposição bate e não sei o quê, a gente não vai chegar a um consenso. Em muitos casos, a oposição está até colaborando com algumas necessidades do País. Mas, em outras, evidentemente, o debate político é assim mesmo, e V. Exª o conhece melhor do que ninguém nesta Casa, Senadora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Agradeço o aparte de V. Exª, Senadora Ana Amélia, mas tenha certeza de que não foi à senhora a quem eu dirigi as palavras, qualificando a oposição de neoliberal. Até mesmo porque V. Exª é de um partido que compõe a Base do Governo e tem dito, com muita frequência, que é uma Parlamentar independente, e assim tem agido. Agora, que o PSDB e o DEM são Partidos neoliberais, não há o que discutir.

Aliás, concordo com V. Exª – e acho que nós temos procurado muito trazer isso ao debate –, nós temos que discutir projetos. Em nenhum momento, disse aqui da tribuna – e V. Exª há de concordar – que o Brasil vive um momento, vive um conto de fadas, e que não houve qualquer erro, qualquer falha, no rumo ou na condu-

ção da política econômica. De jeito nenhum, de jeito nenhum! Mas, também, não podemos aceitar aquilo que a oposição tenta dizer: que o problema econômico do Brasil, da política econômica, é um problema interno. Não é verdade! Tem uma influência significativa da crise externa. Significativa! Agora mesmo, nós estamos vendo, possivelmente, a moratória de um outro país. Um país importante que não conseguiu chegar a um acordo com a união Europeia: que é a Grécia.

Mas enfim, Senadora, nesse aspecto – e eu também vou chegar lá –, porque apenas relatava aqui uma reunião importante do meu Partido, no último final de semana, que analisou a crise e, diante dessa análise, propôs saídas. E uma das questões colocadas no nosso documento – escrevemos e assinamos, inclusive – é a necessidade de ver quais são os projetos.

Por isso mesmo, nós consideramos inconsequentes as críticas e a forma de agir da oposição, que não se apresenta levantando projetos que substituam o que está aqui. Pelo contrário, o projeto que eles levantam é exatamente esse a que nós estamos assistindo em relação à Petrobras. Aproveitar este momento de fragilidade da empresa para mudar o marco do petróleo, da exploração do petróleo e gás do Brasil.

Primeiro, tirar a obrigatoriedade da Petrobras, nos 30%, e a participação mínima de 30%; na sequência, mudar o sistema de partilha para voltar o sistema de concessão, que, todos sabem, é muito melhor à iniciativa privada, enquanto que a partilha é melhor ao público, ao Estado.

Segundo, mudar a Lei do Conteúdo Nacional significativamente, que é aquilo... Engraçado, reclamam que o Brasil está vivendo um processo de desindustrialização, mas, quando o Governo apresenta algo que pode garantir o desenvolvimento da nossa indústria – e esse setor de petróleo e gás é fundamental –, aí querem acabar, porque "sai muito caro, tem que comprar tudo pronto lá da Ásia, lá da Europa, acabar com a Lei do Conteúdo Nacional".

E, por fim, com o regime diferenciado de compras e contratações. É isso que a oposição apresenta.

Por isso é que nós dizemos que a oposição critica o ajuste porque o acha pouco, porque queria um ajuste maior. Sabe quais são as críticas que fazem ao Governo da Presidenta Dilma, sabe qual é, Sr. Presidente? Está escrito, está lá uma entrevista com Sr. Armínio Fraga, várias entrevistas publicadas com lideranças da oposição, teóricos, economistas, vinculados à oposição conservadora e neoliberal, dizendo que o grande erro dela foi "mudar as bases da política macroeconômica".

E ela mudou, de fato. Começou a mudar baixando o juro. Baixou tanto o juro que há quanto tempo o Brasil não via o juro tão baixo? Mas com isso eles não concordaram e voltaram.

Aqui no nosso documento, primeiro a gente destaca essas iniciativas econômicas importantes do Governo Federal, que, às vezes, passam como se não fossem nada. Porque não interessa à imprensa divulgar. Não interessa à imprensa divulgar o novo Plano de Exportações, o novo Plano Safra, que aumenta significativamente do ano passado para este ano, seja para a agricultura de grande porte ou para a agricultura familiar. Não importa e não interessa divulgar o novo Plano de Concessões, a terceira etapa do Minha Casa, Minha Vida. Mas, lá adiante, nós, do PCdoB, levantamos e também achamos que tem que mudar o rumo da condução da política econômica agora. Mas mudar como?

Parar de aumentar os juros que estão na contramão e vão na contramão da retomada do crescimento. Essa crítica a gente faz e apresenta, porque, olha, os juros já vêm subindo significativamente nos últimos meses para quê? Para baixar a inflação. A inflação não vem baixando.

Então é preciso, e a gente propõe, um diálogo com a Presidenta, um diálogo com a equipe econômica, com as forças aliadas que não apenas apoiam o Governo da Presidenta, mas são parte do Governo dela. Para que a gente possa mudar isso, não cabe juro alto neste momento. Vai contra essa necessidade que a gente tem da retomada de crescimento. Então, essa crítica a gente faz. Essa crítica a gente faz também, e não faz agora, a gente faz há tempos.

Por fim, levantamos a necessidade de uma unidade das amplas forças democráticas em torno de bandeiras aglutinadoras. Ou seja, entendemos que é preciso um pacto, mas um pacto para seguir no processo do desenvolvimento nacional, um pacto para seguir garantindo as conquistas efetivadas, e um pacto contra o golpismo e contra o retrocesso. É preciso que isso se dê no Brasil com muita urgência, Sr. Presidente.

Eu volto à tribuna. Sei que meu tempo já se encerra, sei que vários outros Senadores e Senadoras estão aqui aguardando a vez para falar, mas, antes de deixar a tribuna, Sr. Presidente, quero fazer dois registros muito breves.

Um deles diz respeito à nossa ida à Venezuela. Fomos o Senador Requião, o Senador Lindbergh, eu e o Senador Telmário. Uma ida extremamente positiva. Não vou falar nem relatar nada neste momento, porque combinamos, a comitiva, de, nesta semana ainda, virmos aqui à tribuna para apresentar o nosso relatório do que foi a atuação de uma comissão formal, composta por Senadores e Senadoras representando o Senado, e não posições políticas individuais de cada partido desses Senadores.

Então, o Senador Requião, o Senador Telmário, o Senador Lindbergh e eu faremos a prestação de contas, um relato detalhado do que foi a nossa vitoriosa ida à Venezuela, Sr. Presidente. E creio que colaboramos muito. Colaboramos porque ouvimos todas as forças, todos os lados.

E o segundo registro que faço é com muita alegria. Muita alegria, Sr. Presidente.

Domingo encerrou-se a festa dos bois-bumbás. Já disse aqui, gostaria muito de ter participado, como faço todos os anos, uma ou duas noites pelo menos. Mas, infelizmente, por razão de saúde, motivo de saúde da minha mãe – estava até ontem com ela – não pude estar no Amazonas, não pude estar em Parintins, onde aconteceu o 50º Festival dos Bois-bumbás Caprichoso e Garantido.

Depois de uma pequeníssima sequência de vitórias do Garantido, o boi vermelho, nesse 50º Festival de Parintins, o grande vitorioso foi o Boi Caprichoso, foi o boi azul, Sr. Presidente. Esse foi o 21º título do Caprichoso, que venceu o Garantido com uma diferença de 12 pontos e meio, o que é muito. Apesar de a contagem ter chegado a 1.254,3 pontos para o Caprichoso, contra 1.241,8 para o Vermelho, uma diferença de 12 pontos e meio para todos nós é considerada uma diferença importante. Portanto, o Bumbá azul e branco superou o rival Garantido, vermelho e branco, mesmo após ter enfrentado na primeira noite um temporal que aconteceu durante as apresentações.

O tema este ano foi a Amazônia, que encantou os jurados e os torcedores, Sr. Presidente. O Caprichoso levou para a arena, para o bumbódromo, o amor pela floresta em três capítulos: Amazônia, o Encontro dos Povos; A Arte da Criação e Amazônia nas Cores do Brasil.

Foi uma apresentação muito bonita que fez com que o Caprichoso tivesse a oportunidade de retratar questões relativas aos povos tradicionais da Amazônia, ao índio, ao negro, ao branco e, sobretudo, à simbiose desses, que faz com que nasça uma cultura extremamente rica e belíssima de ser admirada.

Então, fica aqui o meu abraço ao Garantido, que fez uma bela apresentação – inclusive incluiu uma grande novidade, que foram luzes de led, que nunca tinham sido apresentadas no festival –, e minhas parabenizações ao Boi Caprichoso. Essa segue sendo a festa mais disputada, mas a festa mais respeitosa que há em nosso País, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Queria parabenizar a nossa querida Senadora Vanessa Grazziotin, da nossa Amazônia de tantas alegrias e do folclore maravilhoso. Estão vendo aí que nem sempre os camaradas comunistas torcem para o vermelho, não é?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone*.) – Está vendo?

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – É o azul lá do Garantido. Queria que V. Exª presidisse aqui para mim.

Senador Medeiros, V. Exª poderia presidir para mim um instante, enquanto eu faço uso da palavra?

Muito obrigado, Senadora Vanessa. Queria parabenizá-la pelo pronunciamento extraordinário, pela ida à Venezuela e por todo o sucesso que lá ocorreu. (*Pausa.*)

O Sr. Hélio José deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Medeiros.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Com a palavra, o Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Medeiros, obrigado por V. Exª estar presidindo esta sessão.

Eu queria comunicar aos nossos ouvintes da TV Senado e da Rádio Senado que é com muita alegria que venho à tribuna pronunciar algumas palavras a respeito da importância do PLC nº 28, de 2015, que amanhã será deliberado aqui, no Senado Federal, conforme previsão de pauta. Então, é com muita alegria que venho aqui para saudar nossos colegas servidores públicos concursados do Ministério Público Federal, do Judiciário e de todas as áreas da Justiça brasileira.

Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, ocupo a tribuna esta tarde para fazer um registro. E mais do que isso, para declarar o meu apoio incondicional e voto ao projeto de reposição salarial dos servidores do Judiciário Federal, que estão há nove anos sem reajustes salariais. Nove anos sem reajustes salariais! Isso não pode acontecer com pessoas tão importantes para a nossa área pública que são exatamente os servidores do Judiciário.

Um grande passo foi dado, Sr. Presidente, no mês passado, rumo a essa conquista. Foi aprovado por unanimidade, na CCJ do Senado, o PLC 28/2015. O Presidente da Comissão de Justiça, Senador José Maranhão, colega aqui do PMDB desta Casa, também foi o relator e apresentou parecer favorável sobre o projeto que reestrutura o Plano de Cargos e Salários dos servidores do Judiciário. Foi aprovado, ainda, requerimento de ur-

gência para apreciação do referido projeto no Plenário do Senado, pautado na Ordem do Dia de amanhã, dia 30, terça-feira. Esperamos poder fazer justiça a essa parcela tão importante dos servidores públicos federais que são os servidores públicos da área judiciária.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Vale lembrar, Senador Hélio José, que esse projeto está pautado para amanhã. É importante até pedirmos a inversão de pauta, porque era para ele estar em primeiro lugar, e eu estou notando que ele já está lá para frente.

Fica aqui este apelo de vários servidores que têm instado os Senadores a que seja cumprido o acordo de votação dele amanhã.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Com certeza, Senador Medeiros, Sr. Presidente. Quero inclusive me comprometer com V. Exª para que nós peçamos, logo no início, a inversão de pauta e a colocação desse projeto em primeiro item da pauta, porque é o que se espera realmente do acordo feito, não é?

Devo ressaltar aqui, meus colegas Senadores e Senadoras, que esta é, acima de tudo, uma vitória do Sindjus, Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e Ministério Público da União no Distrito Federal e no Brasil, e também da Fenajufe, Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União, e de lideranças da categoria, que luta, desde 2009, pela revisão salarial.

Apesar das dificuldades alegadas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que discorre sobre a necessidade do ajuste fiscal e dos esforços coletivos de todos os Poderes, que celebraram um acordo com os partidos da base aliada para evitar a aprovação de projetos que acarretem aumento de despesas, o Poder Judiciário da União está ciente das dificuldades enfrentadas pelo País. Tanto é assim que o projeto de lei, Sr. Presidente, da carreira dos seus servidores, está orçado em 10,5 bilhões, foi encaminhado ao Congresso Nacional, com a proposta de parcelamento em seis parcelas semestrais, o que implica o desembolso, no primeiro ano de sua implementação, de R$1,5 bilhão. O valor integral do impacto irá ocorrer apenas no quarto exercício após a sua implantação.

Uma das principais justificativas do presente projeto é de que esses servidores, os servidores do Poder Judiciário, não tiveram reajuste no período compreendido entre 2009 e 2012, o que ocorreu para os demais servidores dos outros Poderes. O ajuste que aconteceu em 2006, na verdade, de acordo com a categoria, foi uma recomposição de perdas passadas, uma vez que o reajuste anterior tinha ocorrido em 2002, por intermédio da Lei nº 10.475. Acrescenta-se ainda, informa o sindicato, que todas as recomposições salariais dos servidores do Poder Judiciário da União são efetivadas de forma parcelada, ou seja, parte da recomposição é corroída pela inflação apurada nos exercícios em que as parcelas são implementadas, Sr. Presidente.

Sendo assim, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, é necessário que façamos amanhã, igual já falamos, a inversão da pauta, e coloquemos como primeiro item de votação o PL nº 28, acabando, por fim, com o sofrimento dessa categoria tão importante para nós brasileiros, que é a categoria dos servidores do Judiciário.

Portanto, é fundamental que aprovemos esse reajuste, demonstrando, com isso, nosso apoio e valorização do trabalho essencial do Judiciário.

Também, Sr. Presidente, gostaria de registrar aqui a necessidade de tratamento desigual aos desiguais, pois isso prevê a Constituição. Não é possível fornecer o mesmo nível de reajuste a todos, sem diferenciar algumas questões essenciais, algumas categorias cujos problemas têm que ser resolvidos, como a do Judiciário e também a dos analistas de infraestrutura, categoria essencial do MPOG, que trabalha na área de infraestrutura nacional, e somente para agora está previsto, nesses próximos anos, um investimento de R$200 bilhões no PIL, e a categoria essencial para isso é exatamente a categoria de analista de infraestrutura, que peregrina, que perambula pela Esplanada dos Ministérios, com um salário ruim, péssimo, sem competitividade, que, além de ser responsável pelos 200 milhões do PIL, são também responsáveis por cerca de R$1 trilhão, previsto no PAC 1 e no PAC 2, as grandes obras de infraestrutura nacional.

A categoria dos analistas de infraestrutura agoniza, com um índice de evasão de mais de 30%, prejudicando os investimentos de infraestrutura e o desenvolvimento de nosso País. Os analistas de infraestrutura, ao invés de terem a tranquilidade para destravar as áreas da infraestrutura nos 11 Ministérios da Infraestrutura Nacional, ficam preocupados em estudar para passarem em outros concursos, para serem, por exemplo, analistas de finanças e controle, analistas de planejamento e orçamento, analista de comércio exterior ou gestores de políticas públicas, simplesmente, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, porque ficaram excluídos da MP nº 440, que resolveu o problema das carreiras públicas nacionais. Então, com um pouco de investimento, por exemplo, apenas 35 milhões/mês, podemos resolver a questão dos analistas de infraestrutura, como devemos resolver amanhã, de Deus quiser, a questão dos colegas do Judiciário.

Portanto, Srªs e Srs. Senadores, vamos juntos aprovar o PL nº 28 e resolver a questão dos servidores do Judiciário, e definir uma solução também para os analistas de infraestrutura e demais carreiras que andam com dificuldade, como por exemplo, os colegas da sua categoria, Sr. Presidente, os nossos queridos servidores da

Polícia Rodoviária Federal, que precisam ter os concursados, já devidamente aprovados, chamados para recompor o quadro dessa importante categoria que policia e vigia as nossas rodovias e estradas brasileiras, evitando acidentes e uma série de outras questões.

Era isso que eu queria pronunciar aqui.

Quero agradecer a V. Exª, deixando claro aos nossos queridos servidores públicos do Judiciário, aos servidores públicos da União que estamos juntos na luta por justiça e na luta por um servidor público bem remunerado, bem capacitado e em condições de bem desempenhar suas tarefas, Sr. Presidente.

Era isso o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Parabéns, Senador Hélio José, pelo pronunciamento. Os servidores do Judiciário realmente não estão pedindo aumento de salário, estão pedindo recomposição de perdas. Eles estão muito apreensivos, porque agora o Governo ofereceu só 21% dividido em quatro anos e isso não atende à categoria, que está apreensiva.

Houve um acordo, como V. Exª bem exemplificou aqui, de ser votado amanhã esse Projeto, PLC nº 28, e é isso que esperamos que aconteça.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS. Pronuncia o seguinte discurso.) – Caro Presidente desta sessão, Senador José Medeiros, caros colegas Senadores, nossos telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado.

Volto aqui também a um tema, Senador José Medeiros, porque o meu Estado, Rio Grande do Sul, tem fronteira com dois países, vários Municípios com a Argentina e outro tanto com o Uruguai.

O Uruguai adotou, com muita inteligência, para desenvolver uma região com muito deprimida economicamente na fronteira, uma política de *Free Shop*, que pega seis municípios que são cidades gêmeas, como se diz, do Rio Grande do Sul: seis cidades gêmeas uruguaias, seis cidades gêmeas do Rio Grande do Sul. A maior delas, sem dúvida, é Santana do Livramento, de grande história, onde tem o jornal mais antigo do Estado e um dos mais antigos do País, *A Plateia*, de Livramento.

Esse tema não interessa apenas a Santana do Livramento, que faz fronteira com a cidade de Rivera, no Uruguai, porque mobilizam, movimentam nessa fronteira estimados mais de US$1 bilhão. US$1 bilhão, Senador José Medeiros! Não é pouca coisa! São gastos que os brasileiros fazem – aquilo que a Senadora Gleisi Hoffmann muito bem definiu aqui –, o chamado turismo de compras, um conceito novo que há na mobilização e na mobilidade turística, o turismo de compras. Muitos turistas vão a essa região em busca exatamente da facilitação que têm as compras com tarifas especiais e mais baratas.

Além de Santana do Livramento e Rivera, nós temos também Jaguarão e Rio Branco, que fica do outro lado do rio; nós temos Quaraí e Artigas, do outro lado do rio – Quaraí, o nome do rio, separado por uma ponte –; nós temos Chuí, como Santana do Livramento, e Chuy, do lado uruguaio, essas duas são fronteira seca, apenas uma rua as separa; temos também Aceguá e Aceguá, também do lado uruguaio; e Barra do Quaraí e Bella Unión, também fazendo fronteira nessa região.

Vejam só, para o Rio Grande do Sul a Portaria nº 415 – com data do dia 26 de junho, hoje é dia 29 de junho – é extremamente relevante e aguardada aqui nesta tribuna esta semana e na semana anterior muitas vezes. Cobrei muito. Na semana passada, pedi ao Ministro Armando Monteiro uma ajuda para que conversasse com o Ministro Joaquim Levy solicitando que fosse prorrogada a vigência da cota de US$300 por visitante, por consumidor, por turista, porque havia a tentativa de a Receita Federal reduzir isso a US$150, o que criaria um problema, porque enquanto não há a regulamentação definitiva dos chamados *free shop* não havia razão de fazer essa mudança.

O mais incrível, nesse episódio todo, é que o Ministro Joaquim Levy, eu acho que o coitado, com problema de internação hospitalar e suspeita de embolia pulmonar, acabou esquecendo-se de fazer um negócio importante: telefonar ou mandar um assessor telefonar para os Senadores das regiões que têm muito interesse nesse assunto, como a Senadora Gleisi, como eu e vários Senadores do Mato Grosso do Sul, o Senador Moka, o Senador Delcídio, para dizer: "Olha, vai sair a portaria que vocês estão, aí, pedindo." Não! Sabem quem foi a primeira pessoa que soube disso? Foi o Presidente do Paraguai, o Presidente Cartes, que postou, então, no Twitter dele, em primeira mão, que o Governo brasileiro estava fazendo a manutenção da cota.

O bom, nessa medida toda – claro, não importa que tenha sido o Presidente paraguaio, eu só espero, também, que o Presidente uruguaio tenha recebido igual deferência do Governo brasileiro – é que essa medida vale por um ano. Então, de 1º de julho de 2015 a 1º de julho de 2016, quando, então, o sistema dos *free shops* deverá estar regulamentado. Eu, aliás, já pedi uma audiência ao nosso Secretário da Receita Federal, Dr. Jorge Rachid, para conversar com outros colegas Parlamentares, da minha Bancada, para conversarmos sobre este

tema, a pedido, até, do nosso Deputado Frederico Antunes, que tem o cuidado e a coordenação do Mercosul dentro da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Então, eu queria agradecer também, como fez a Senadora Gleisi Hoffmann, ao Ministro Joaquim Levy e ao Ministro Mauro Vieira – Ministro das Relações Exteriores –, porque entenderam, exatamente, que tem a ver com a economia. "Ah, mas esse dinheiro vai para o Uruguai." Não! Uma parte vai; os dólares que vão ser comprados vão para o Uruguai.

Mas a questão é que, do nosso lado, também os restaurantes, os hotéis, os serviços, as farmácias e os supermercados vendem. Por isso é que a Federação do Comércio (Fecomércio) do Rio Grande do Sul, tanto insistiu na mesma tese de prorrogar, até que haja a regulamentação dos *free shops*. Então, vejam que é extremamente lógico o que foi tomado pelo Governo, pelo Ministro Joaquim Levy, assinando essa portaria que está em vigor e, portanto, prorroga – é menos uma dor de cabeça ao setor e à fronteira.

Eu queria até agradecer muito, não só à mídia da região, mas à RCC, uma emissora, lá em Santana do Livramento, pelo compromisso, pela abordagem frequente. O jornal *A Plateia* colocou matéria verbalizando, porque em Santana do Livramento é onde o comércio dos free shops é o mais vigoroso, porque ali começou; foi o primeiro. Então, claro, a cidade é maior, comparativamente, e há o movimento, também do comércio, que se diversificou muito; houve muitos investimentos, com *shoppings* enormes e hotéis também. Então, eu queria agradecer à RCC, ao jornal *A Plateia*, pela abordagem do tema, pela cobertura dada.

Também eu queria agradecer, porque hoje há um programa de humor na Rádio Atlântida, de Porto Alegre, chamado Pretinho Básico. E eles abordaram, com muito humor, essa questão. Eu queria agradecer também, porque é uma forma, que eu respeito muito, de fazer uma divulgação bem-humorada, respeitosa, mostrando a importância. Então, são muitas abordagem que há de um tema importante.

Para terminar, Presidente – e eu fico muito orgulhosa de V. Exª estar presidindo, porque V. Exª é um ativo membro da nossa Comissão de Agricultura e Reforma Agrária –, eu agora venho aqui falar como Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, porque, nesse setor, o seu Estado, Mato Grosso, e o meu Estado, o Rio Grande do Sul, são Estados que têm, na agropecuária, no "agro", um peso econômico fundamental: o Rio Grande já foi o celeiro do Brasil; agora está no Brasil central. E por que eu estou destacando hoje? Porque, apesar de a economia brasileira estar vivendo vários problemas – desemprego, desaquecimento, redução das vendas, redução da produtividade, da competitividade, tudo isso em termos negativos –, é o único setor que está respondendo com muita força, como fator positivo para economia. Por isso que eu venho falar, todo mundo fala de problemas, vamos falar de uma questão, de uma área que está dando certo, que sempre deu certo no Brasil e está dando mais agora.

Veja só: eu me valho de um especialista, que eu também respeito muito, o Dr. José Roberto Mendonça de Barros. Ele escreveu um artigo no *Estado de S. Paulo*, nessa semana, mostrando que a agropecuária deverá crescer 3% neste ano, enquanto toda a renda brasileira deverá encolher, ou seja, cair entre 1,5 e 2%. Então, enquanto a economia geral cai, a produção agropecuária aumenta 3%, é o dobro da queda. Portanto, uma coisa significativa.

> Nossas projeções [escreveu ele] para 2016 sugerem mais um ano de PIB negativo e outro de crescimento da agropecuária, se o clima não atrapalhar. [Quer dizer, o ano que vem vai ser também de problemas economia, mas a agricultura vai aumentar sua presença na economia.] Teremos, portanto, uma situação absolutamente inusitada [olhe só]: de 2013 a 2016, a variação acumulada do PIB [a riqueza produzida no Brasil] não será maior do que 1,3%, enquanto o crescimento da agropecuária será da ordem de 15%! [15%, Senador; e a economia, 1,3%.]

Aliás, louve-se, a Presidente da República e a Ministra Kátia Abreu fizeram o lançamento do Plano Safra, que esperamos que seja implementado adequadamente.

E o Dr. José Roberto Mendonça de Barros diz que é, antes de tudo, uma construção esse sucesso, assentada na cooperação de empresários, trabalhadores, pesquisadores e políticas públicas bem desenhadas que permitiram um sistemático crescimento da produtividade e da competitividade.

Em trabalho recente, o economista Cláudio Frischtak calculou que, entre 1995 e 2009/2010, a produtividade da agropecuária brasileira cresceu 20,6% – cresceu 20,6%! Sabem quanto cresceu a indústria de transformação no mesmo período? Cresceu 2,2%, Senador! A construção civil caiu 17% no mesmo período; o comércio e serviços, que é um setor reconhecidamente heterogêneo, também caiu 22%; e a agropecuária, a produção, a produtividade, cresceu 20,6%.

E existem, ainda, – lembrou ele – economistas que pedem a taxação de produtos agrícolas na exportação, para melhorar o desempenho da economia brasileira! Quer dizer, é penalizar quem está trabalhando, fazendo o dever de casa. E trabalhando para o bem do Brasil.

Apesar desse sucesso, diz o Dr. José Roberto Mendonça de Barros, é indispensável continuar avançando, pois o mundo não para. E, quando eles pensam na taxação, querem matar a galinha dos ovos de ouro, que é o setor da agropecuária.

Ele fez um levantamento, juntamente com o filho dele, que também é economista e também estudioso da área de agropecuária. Alexandre Mendonça de Barros e o Dr. José Roberto Mendonça de Barros fizeram um estudo do que precisa para melhorar isso. Então, assentaram sobre alguns pilares.

E o primeiro corresponde a avanços necessários numa agenda velha; desafios estratégicos – desafio estratégico 2, desafio estratégico 3 –, falando sobre tudo que precisamos fazer em matéria de desenvolvimento, por exemplo, quanto à agilidade maior, na queda da questão relacionada à burocracia. Tanto falamos na questão da morosidade da liberação das novas tecnologias, da dificuldade e a lentidão na implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) famoso e também das adaptações do Código Florestal. E essa também é uma das questões.

Avanço tecnológico, um desafio estratégico, avanço tecnológico no sistema de produção: a agricultura de precisão é o item mais relevante a ser considerado. Essa denominação abarca um conjunto de técnicas que estão em constante desenvolvimento na área da pesquisa, mas que já são utilizadas por um grande número de agricultores.

Eu sou de um Estado que tem uma capital da agricultura de alta precisão, chamada Não-Me-Toque, onde se realiza todos os anos a Expodireto Não-Me-Toque, que é uma das mais importantes e tecnificadas exposições do País. Então, essa cidade, por justa causa, é denominada a capital da agricultura de alta precisão, em função até de ali estarem instaladas indústrias de equipamentos que são de última geração, porque uma máquina plantadora já faz a colocação do adubo, do fertilizante e da semente na medida certa, determinando por controle de computação e de sistemas, com *softwares* muito sofisticados, a necessidade de adubo para uma determinada área. A mesma máquina vai colocando aquilo que a terra precisa; ela vai medindo com GPS preciso para aquilo e identificando.

Veja só, Senador, isso é agricultura de alta precisão. Não vai nada fora, uma alta economia, e isso aumenta enormemente a produtividade. Claro, cada um no seu tamanho, cada um na sua capacidade de fazer os investimentos necessários, porque são máquinas extremamente valiosas. E V. Exª, aqui, na semana passada, falou sobre a necessidade da mão de obra qualificada para trabalhar com essas máquinas.

Um desafio estratégico é exatamente nessa questão de aumentar a produtividade e dessa agricultura de precisão. Outro desafio estratégico, ele reconhece, é uma gama enorme de novos produtos que deveriam ser mais desenvolvidos de forma a criar uma integração maior com a indústria. Ele falou aqui dos biocombustíveis de novas gerações, da álcool-química, especialmente da linha de plásticos biodegradáveis, da nanocelulose e de alimentos nutracêuticos. Veja, é uma gama enorme que o Brasil tem uma capacidade, um espaço de protagonizar tanto quanto protagoniza hoje em relação à soja.

Outro desafio estratégico colocado pelo Dr. José Roberto é que, ao lado do desenvolvimento de novos produtos industriais, é indispensável que, na pauta de exportações, tenhamos mais produtos industrializados que matérias-primas. Parte disso acontecerá por meio da elevação da venda de carnes, a expensas de grãos, o que deverá ocorrer especialmente com a China.

Haverá também a venda de produtos de melhor qualidade, como o café verde de origem controlada, como ocorre com muitos produtos europeus, de vinhos e outros alimentos. Aqui ele fala da questão da origem do Café do Cerrado, que foi aceito pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial, e lançado oficialmente na maior feira de cafés especiais do mundo, a da Associação Americana dos Cafés Especiais, que aconteceu em Seattle, em abril passado.

> Entretanto [diz ele, o Dr. José Roberto Mendonça de Barros, nesse artigo publicado pelo jornal O Estado S. Paulo, do qual eu peço a transcrição nos *Anais do Senado*], o desafio maior é produzir e exportar produtos tecnicamente mais avançados e diferentes do passado. Existe uma revolução em curso pelo crescente consumo do produto em cápsulas e sachês, expansão facilitada pelo vencimento de patentes e barateamento das máquinas.
>
> Para se ter uma ideia da agregação de valor, um quilo do produto torrado e moído no varejo custa R$15,00 [vou repetir, R$15,00!], enquanto o equivalente em cápsulas vale R$250,00. [Olhem que ganho. Isso é o tal valor agregado.] Duas fábricas estão sendo construídas em Montes Claros, Minas Gerais, por grandes grupos internacionais, o que permitirá a produção em larga escala e a exportação do produto.
>
> Outra operação fabril em Ribeirão Preto, SP, produz as cápsulas em séries pequenas, que permite que mais de 60 empresas disputem o mercado brasileiro. Outros grandes investimentos e associações estão em curso no setor.

Então, eu queria dizer, em relação ao Dr. José Roberto Mendonça de Barros, que eu, como Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado, fico muito feliz e gratificada de ver um especialista como ele, que teve uma grande contribuição também no Ministério da Agricultura, trazer essa análise criteriosa. Eu agradeço essa correta e bem fundamentada análise do papel da agropecuária na nossa economia. É o motor, é a locomotiva; seria o equivalente, no corpo humano, ao coração; quando ele falha, falha tudo.

Essa locomotiva é a chamada produção agropecuária. E aí vale a agricultura familiar; vale a agricultura dos médios agricultores; vale o sistema cooperativista de produção, muito expressivo em nosso País, que tem que ser valorizado e prestigiado; e a agricultura empresarial, assim chamada. Tudo é agricultura: o sol e o céu nasceram para todos – são empreendedores que cada dia querem mais.

Nós vamos discutir, agora, no dia 10 de julho, lá em Ijuí, numa audiência pública – e V. Exª está convidado –, a cadeia produtiva do leite. O Rio Grande do Sul tem 130 mil produtores de leite. Em praticamente 90% do território do Rio Grande do Sul, com quase 500 Municípios, há produção de leite, que eu diria que é uma produção familiar.

Existe a produção industrial em escala, mas é uma produção que dá uma renda média para o produtor, com a sua vaquinha de leite, já buscando genética melhorada de gado holandês, gado jersey. Toda a produção leiteira do nosso Estado está se qualificando pela qualidade da alimentação e o controle.

Tivemos problemas, sim, agora, de fraudes no leite, mas essa audiência pública servirá exatamente para separar o joio do trigo, porque os produtores honestos, que trabalham com dignidade e com respeito ao consumidor, sabem que é preciso respeitar a sua família, a sua produção, a qualidade e o criatório dos seus animais, mas que é preciso também pensar sempre e com muita responsabilidade nos consumidores.

Penso que essa análise sobre o papel da agropecuária nós temos que destacar cada vez mais, meu caro Senador José Medeiros. V. Exª fez uma audiência muito produtiva, na quinta-feira, sobre a questão da permanência – vamos usar essa palavra – do homem no campo. E isso só vai acontecer quando a juventude tiver acesso à energia, com uma potência maior, e não monofásica apenas, como é na maioria do interior do País, quando tiver acesso à Internet, tiver acesso a esses canais, às redes sociais, para ter também uma qualidade de vida melhor.

Então, é isso que nós queremos para que o campo seja cada vez mais valorizado.

Obrigada, Senador.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELA SRª SENADORA ANA AMÉLIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.
*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.***)**

Matéria referida:
– "Um roteiro estratégico para o agronegócio brasileiro", *O Estado de S. Paulo*, 28 de junho de 2015

Um roteiro estratégico para o agronegócio brasileiro
José Roberto Mendonça de Barros
O Estado de S. Paulo - 28 Junho 2015

No começo de março escrevi neste espaço um artigo intitulado "O agronegócio do lado do sol". De lá para cá, só se configurou a posição única do setor na economia brasileira. A agropecuária deverá crescer 3% neste ano, enquanto o PIB brasileiro deverá encolher algo entre 1,5% e 2%. Nossas projeções para 2016 sugerem mais um ano de PIB negativo e outro de crescimento da agropecuária, se o clima não atrapalhar. Teremos, portanto, uma situação absolutamente inusitada: de 2013 a 2016 a variação acumulada do PIB não será maior do que 1,3%, enquanto que o crescimento da agropecuária será da ordem de 15%!

Como temos insistido nos últimos anos, tal resultado não depende apenas da farta disponibilidade de recursos naturais mas é, antes de tudo, uma construção assentada na cooperação de empresários, trabalhadores, pesquisadores e políticas públicas bem desenhadas, que permitiram um sistemático crescimento da produtividade e da competitividade.

Em trabalho recente, o economista Claudio Frischtak calculou que entre 1995 e 2009/2010 a produtividade da agropecuária cresceu 20,6%, a da indústria de transformação 2,2%, a da construção civil caiu 17% e a de comércio e serviços (um setor reconhecidamente heterogêneo), também se reduziu em 22%.

E ainda há economistas que pedem a taxação de produtos agrícolas na exportação para melhorar o desempenho da economia brasileira!

Apesar deste sucesso, é indispensável continuar avançando, pois o mundo não para. Com a ajuda de meu filho, Alexandre Mendonça de Barros, imaginamos que o setor deveria construir uma agenda estratégica dividida em pelo menos quatro áreas:

1) Avanços necessários numa agenda velha:

Existe uma lista de coisas amplamente conhecida, mas que não se resolve colocando custos e impedindo o progresso do setor. Essa agenda inclui a precariedade da infraestrutura de transportes e portuária; a precariedade e a falta de recursos para uma eficiente defesa sanitária; a limitação e modéstia de nossos esforços em negociações comerciais e de abertura de mercados; o enfrentamento da oposição ideológica e, por vezes, totalmente ignorante (como no caso da destruição de centros de pesquisa), frente ao avanço da ciência no desenvolvimento de organismos geneticamente modificados; a demora excessiva dos órgãos públicos na análise e liberação de novas tecnologias; as dificuldades e lentidão na implantação do Cadastro Rural (CAR) e do Código Florestal.

2) Desafio estratégico 1:

Avanços tecnológicos no sistema de produção: a agricultura de precisão é o item mais relevante a ser considerado. Essa denominação abarca um conjunto de técnicas que estão em constante desenvolvimento na área de pesquisa, mas que já são utilizadas por um número crescente de agricultores. O resultado é uma elevação expressiva da produtividade.

Essas técnicas incluem: análise detalhada de solo que permite aplicação de fertilizantes e corretivos a taxas variadas. Também o plantio se faz de acordo com o potencial produtivo de cada área, tanto quanto acompanhamento e mapeamento de pragas e doenças, que permitem aplicação localizada de defensivos agrícolas.

Todas essas tecnologias, em conjunto, resultam em substancial redução de custos com materiais. A colheita se faz com máquinas equipadas com sensores de produtividade que produzem informações on line. O resultado é sempre notável.

Sistemas integrados também são crescentemente utilizados na pecuária de corte e de leite, o que permite tratamento individualizado, animal a animal, com efeito sobre produtividade e rentabilidade.

É estratégica a continuidade do desenvolvimento da integração de sistemas produtivos (agricultura, pecuária e florestas), que têm permitido duas ou três safras na mesma área. Também nessa área estão evoluindo sistemas de rastreabilidade e novos instrumentos de gestão, que permitem melhorar a qualidade e o resultado da produção.

É uma verdadeira revolução num setor que já é vencedor.

3) Desafio estratégico 2:

Existe uma gama enorme de novos produtos que deveriam ser mais desenvolvidos de forma a criar uma integração maior com a indústria. Falo aqui de biocombustíveis de novas gerações, da alcoolquímica (especialmente na linha dos plásticos biodegradáveis), da nano celulose e de alimentos nutracêuticos.

Além disso, é indispensável mais atenção em investimentos na gestão de água, na elevação dos serviços ambientais e em novas linhas de sustentabilidade da produção.

4) Desafio estratégico 3:

Ao lado do desenvolvimento de novos produtos industriais, acima mencionados, é indispensável que na pauta de exportações tenhamos mais produtos industrializados que matérias primas. Parte disso acontecerá por meio da elevação da venda de carnes, às expensas de grãos, o que deverá ocorrer especialmente com a China.

Haverá também a venda de produtos de melhor qualidade, como o café verde de origem controlada, como ocorre com muitos produtos europeus, de vinhos e outros alimentos. A denominação de origem do Café do Cerrado foi aceita pelo INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial e lançada oficialmente na maior feira de cafés especiais do mundo, a da Associação Americana dos Cafés Especiais, que aconteceu em Seattle, em abril passado.

Entretanto, o desafio maior é o de produzir e exportar produtos tecnicamente mais avançados e diferentes do passado. Existe uma revolução em curso pelo crescente consumo do produto em cápsulas e sachês, expansão facilitada pelo vencimento de patentes e barateamento das máquinas. Para se ter uma ideia da agregação de valor, um quilo do produto torrado e moído no varejo custa R$ 15, enquanto o equivalente em cápsulas vale R$ 250. Duas fábricas estão sendo construídas em Montes Claros, MG, por grandes grupos internacionais, o que permitirá a produção em larga escala e a exportação do produto.

Outra operação fabril em Ribeirão Preto, SP, produz as cápsulas em séries pequenas, que permite que mais de 60 empresas disputem o mercado brasileiro. Outros grandes investimentos e associações estão em curso no setor (agradeço Nathan Herszkowicz pelas informações aqui expostas).

Esse tema merece ser mais desenvolvido em outro momento, mas parte da exportação de matérias-primas será trocada por produtos de maior valor, após passar por processos industriais.

A cadeia do agronegócio continuará a crescer.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Parabéns, Senadora Ana Amélia, pela abordagem desses dois temas tão importantes para o País.

Digo que a saída para as fronteiras do País, Senadora Ana Amélia, está justamente em fomentar o desenvolvimento regional. Há pouco tempo, recebemos aqui na Casa – recebi no meu gabinete – a comitiva de Mães da Fronteira, preocupadas com o aliciamento dos seus filhos pelo crime. E, quando V. Exª defende medidas para desenvolver economicamente essas regiões, com certeza o crime perde e o País ganha.

Em relação à agricultura, não tenha dúvida, V. Exª está corretíssima. Temos que avançar, e o caminho é por aí.

Muito obrigado.

Agora, com a palavra, o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes que nos acompanham pela Rádio Senado, nós tivemos a oportunidade de realizar, durante toda a manhã desta segunda-feira, uma audiência extremamente produtiva, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa desta Casa, sobre o caso da criança Amy Galvin.

Amy é filha da pernambucana Karla Janine Albuquerque e do norte-americano Patrick Joseph Galvin, que é acusado pela mãe da criança de abuso sexual contra a menina.

Desesperada com a situação, Karla deixou a Flórida, onde residia, levando a filha para o Texas no ano passado.

Em razão disso, foi presa pelas autoridades dos Estados Unidos e hoje responde a um processo em liberdade, mas perdeu a guarda da criança, que agora está sob a responsabilidade exclusiva do pai.

Há um ano e meio, mãe e filha vivem esse drama, que envolve uma dura batalha judicial travada nos tribunais norte-americanos.

Na audiência de hoje, que foi realizada por um requerimento de minha autoria, nós procuramos dar uma projeção maior ao caso para tentar chegar a um desfecho favorável para a família e, principalmente, para Amy, que é uma criança de apenas sete anos de idade.

Trouxemos para o debate representantes do Itamaraty, do Conselho Nacional de Justiça, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e do Ministério da Justiça. Da mesma Mesa participou a Drª Kátia Albuquerque, defensora pública aposentada, que é a avó da criança.

De fato, todos foram unânimes em reconhecer que a margem de manobra do Brasil é limitada, dada a impossibilidade de interferir nas decisões soberanas do Judiciário americano.

Os relatos do Ministério das Relações Exteriores também não foram muito animadores. Segundo o Itamaraty, que acompanha o caso por meio do nosso Consulado-Geral em Miami, não há – ao contrário do que sustenta a família da garota – condenação na Justiça americana do Sr. Patrick Galvin, pai de Amy, por abuso sexual, ainda que outras informações coloquem uma posição diferenciada.

Contudo, o Departamento de Aplicação da Lei do Estado da Flórida, onde ele reside atualmente, traz, em seus arquivos, o Sr. Patrick Galvin fichado como um abusador sexual de menores – com foto atualizada, aliás, de fevereiro passado – por um caso ocorrido em 1996. E, aqui, eu tenho cópia dessa página atualizada. Procuramos fazer essa pesquisa diretamente na página do Departamento, onde consta essa qualificação do pai da criança. Inclusive, causa-nos espécie o fato de que a Justiça americana não tenha dado atenção a esse registro.

Legalmente, isso não parece ser suficiente para as autoridades americanas, que deram a guarda de Amy ao pai biológico e conferiram à mãe não mais que o direito de guarda assistida após o episódio da fuga para Texas. Ou seja, a convivência de Karla com a filha, quando ocorre, é supervisionada, todo o tempo, por agentes oficiais.

Outra questão que causa espécie é o fato de, segundo relatos da mãe e da avó da criança, ela ter feito referência ao fato de ter sofrido um suposto abuso por parte desse pai. Na escola teria relatado situações dessa natureza. Houve, inclusive, solicitação da Justiça para que fosse feita uma investigação, uma averiguação, inclusive com a participação de psicólogos, em que a criança teria, segundo diz a mãe, confirmado esse depoimento. Mas isso não foi levado em consideração pela Justiça.

Nós não estamos aqui pra fazer prejulgamento de quem quer que seja, mas é importante que um País que tem uma atenção, um cuidado tão especial com as crianças, com a possibilidade de assédio sexual e abuso

sexual a crianças, tenha tido, por parte de um segmento da sua Justiça, talvez, um certo descaso em considerar alguns fatos que nos parecem ser relevantes – ao menos para serem afastados definitivamente.

A assessoria jurídica do Itamaraty tem sugerido que a família brasileira, que a família da mãe de Amy reconquiste a confiança da Justiça americana para que o caso possa ter um bom termo. Mas é absolutamente compreensível que, diante da indignação provocada pelo drama familiar, seja difícil seguir à risca a frieza da estratégia jurídica.

A família materna de Amy, segundo nos relatou a Ministra Luiza Lopes da Silva, representante do Ministério das Relações Exteriores, teria se distanciado da linha do Consulado, da assessoria jurídica local e mesmo da Defensoria Pública americana para insistir no reconhecimento do Sr. Galvin como pedófilo e, dessa forma, afastar de vez a criança da convivência com ele.

Para o Itamaraty, o mais razoável seria conseguir, neste momento, a guarda compartilhada da criança, mas foi extremamente tocante – eu diria até angustiante – ouvir o relato emocionado da Drª Kátia Albuquerque, avó de Amy, que tem sido, junto com a filha Karla, uma guerreira na luta pela guarda da criança.

No próximo dia 24 de julho, teremos uma nova audiência sobre o caso, em um Tribunal da Flórida, e esperamos por novos e – tomara – positivos desdobramentos.

Tivemos também a oportunidade de ouvir de outras mães, lá presentes, situações parecidas, e ficou muito claro que o caso Amy acaba servindo para exemplificar uma série de outros dramas nascidos no seio de famílias binacionais. Quando acaba a relação do casal, muitas vezes, tem início uma terrível disputa envolvendo a guarda dos filhos existentes nesse relacionamento.

No plenário da Comissão de Direitos Humanos mesmo, havia duas mães nessa situação, às quais franqueei a palavra para que pudessem dar os seus depoimentos. Uma delas, Jacy Raduan, não vê a filha com síndrome de Down há três anos, desde que a criança foi repatriada do Brasil para a Alemanha. Outra, a Srª Eliana März, está afastada das duas filhas, que também estão na Alemanha há mais de cinco anos. Esses, então, são casos terríveis que se repetem mais do que gostaríamos e que não podem ser vistos como a disputa entre ex-companheiros nos autos frios de um processo.

Esses casos tratam, de fato, da vida de crianças, que precisam ter um mínimo de estabilidade física, psíquica e emocional garantida, para que possam se desenvolver de uma maneira saudável e equilibrada.

Fomos cobrados aqui por algumas das autoridades presentes a que participássemos mais ativamente da conformação da nossa legislação a regras internacionais que deem celeridade a processos e possam defender mais ativamente o interesse das nossas crianças. Há alguns acordos e algumas convenções nesse sentido que o Executivo mandou ao Congresso para que fossem votados e que estão estacionados pelos escaninhos das Comissões, tanto na Câmara quanto aqui no Senado.

Assumi, com a Associação das Mães de Mãos Vazias, que defende os interesses dessas mães que litigam por seus filhos com dupla nacionalidade, o compromisso de realizar uma audiência mais ampla ou, quem sabe, até um seminário para discutirmos a implementação de novos mecanismos em favor dessa causa.

Paralelamente, tomei nota dos acordos e convenções mais significativos em tramitação neste Congresso e vou trabalhar para que seja acelerada a discussão e a votação de todos eles.

Estou certo de que, se dotarmos a nossa legislação de instrumentos eficazes, casos como o de Amy serão cada vez mais raros, e nós poderemos garantir às nossas crianças binacionais, dessa forma, a segurança jurídica necessária de poder crescer ao lado da mãe ou do pai brasileiro.

Obrigado, Sr. Presidente, pela sua tolerância.

Muito obrigado a todas e a todos.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Parabéns pelo pronunciamento, Senador Humberto Costa.

Vale ressaltar que muitos brasileiros sofrem com esse tipo de situação, e V. Exª, com muita propriedade, defende o cidadão brasileiro.

Peço a V. Exª que assuma a Presidência. Vai ser rápido o meu pronunciamento.

O Sr. José Medeiros deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Humberto Costa.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Com a palavra, o Senador José Medeiros, na condição de orador inscrito.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, todos que nos acompanham na Casa, pela Rádio Senado, pela TV Senado e também pelas redes sociais, no final da Sessão Legislativa de 2014, a PEC nº 63, de 2013, que institui parcela mensal de valorização por tempo de exercício para magistrados e membros do Ministério Público, foi retirada de pauta justamente em razão do final da sessão. Hoje, passados mais de cinco

meses desde o início da presente Sessão Legislativa, essa matéria, que considero da maior importância, ainda não voltou à pauta.

Para reavivar a memória de todos nós, lembro que a proposição prevê que os integrantes do Ministério Público e da Magistratura da União, dos Estados e do Distrito Federal façam jus à parcela indenizatória de valorização por tempo na Magistratura e no Ministério Público.

Essa parcela deve ser calculada, segundo a PEC 63, na razão de 5% do subsídio do respectivo cargo, a cada quinquênio de efetivo exercício, até o máximo de sete períodos.

A proposta estabelece ainda que, para fins do cálculo da vantagem, fica assegurada, aos que ingressarem na Magistratura e no Ministério Público, a contagem de tempo de exercício anterior em carreiras jurídicas, bem como na advocacia.

O objetivo da Proposta de Emenda à Constituição é, segundo o então Senador Gim Argello e seus demais autores, reconhecer e valorizar a experiência e o tempo de exercício da magistratura e permitir a sua adequada identificação quanto aos efeitos orçamentários e à finalidade de planejamento e gestão financeira, evitando um atrelamento nefasto entre poderes de realidades diferentes.

Como bem assinalaram os autores da proposta, os magistrados integram o Poder Judiciário cuja remuneração é percebida por meio de subsídio, que, diferentemente da sistemática aplicada aos servidores públicos, não valoriza a experiência e o tempo de serviço. A criação do subsídio, ao alterar a estrutura anterior de remuneração, que incluía o adicional por tempo de serviço, trouxe para os membros do Judiciário condição de igualdade salarial, independentemente do tempo de serviço ao País em relação ao cargo isolado ou à carreira que integram. Com isso, magistrados que ocupam cargo isolado ou galgam a última classe da carreira, mesmo que permaneçam uma década no cargo, percebem hoje o mesmo subsídio que aquele que acabou de ingressar na carreira. Essa situação atinge a magistratura nacional e o Ministério Público e cria uma situação de desestímulo para os que nela ingressam. Portanto, Sr. Presidente, diferentemente das demais carreiras e cargos públicos, sejam as que não recebem por subsídio, sejam aquelas que implantaram essa sistemática, não há valorização em seus planos de carreira do tempo de serviço prestado pelos magistrados brasileiros e por procuradores e promotores.

É preciso entender com clareza, como bem argumentou em seu parecer o então Senador Vital do Rêgo, Relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça, que os magistrados e membros do Ministério Público têm, por ditame constitucional, posição especial no Estado brasileiro. Eles são membros de poder, agentes políticos em sentido estrito, mas que, diferentemente dos seus congêneres nos Poderes Legislativo e Executivo, não detêm mandato. Pelo contrário, seu papel estatal exige permanência, maturação e organização em carreira. Eles também não se confundem com os servidores públicos, são dotados de autonomia funcional e encarnam a face visível do Estado. Essa posição sui generis tem, necessariamente, reflexos em sua situação remuneratória, inclusive como garantia do exercício do seu papel institucional diferenciado, e, portanto, como argumentou o eminente Relator, a solução apresentada pela PEC 63, de 2013, é, com certeza, adequada em seus objetivos.

Também afirmam os autores da PEC 63, de 2013, que os mesmos argumentos até aqui citados em relação aos magistrados se aplicam, por simetria, aos membros do Ministério Público, cuja carreira – e somente ela – possui conformação jurídico-constitucional absolutamente similar à da magistratura, razão pela qual requestam tratamento idêntico a elas também no plano da valorização das carreiras.

A falta de valorização dessas carreiras tem tido consequências ruins para a magistratura e para a sociedade. A mais evidente delas é que mais de 600 magistrados deixaram os seus cargos, nos últimos anos, em direção à advocacia ou a outra carreira pública, e que 4 mil cargos de juiz estão vagos, justamente por falta de estímulo ao exercício da magistratura. A falta de valorização da experiência e da permanência na carreira, como se vê, não contribui para a melhor prestação da Justiça à população.

Dada a sua importância para a correção de uma distorção que não deve permanecer, o Senado tem recebido demandas de várias associações, pedindo a aprovação dessa Proposta de Emenda à Constituição, entre elas, as da Associação dos Juízes Federais do Brasil, do Poder Judiciário de Alagoas, do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Pará e da Associação dos Delegados de Polícia do Rio Grande do Sul.

Assim, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero fazer o meu apelo à Presidência desta Casa e às suas Lideranças no sentido de que cheguem a um entendimento para que seja votada e aprovada a PEC 63, de 2013. Tenho certeza de que, assim, estaremos dando um importante passo no sentido de valorizar as carreiras de juízes, procuradores e promotores, mas não apenas isso, pois estaremos reforçando o Poder Judiciário com a preservação da experiência de magistrados, promotores e procuradores, o que certamente ajudará a melhorar a prestação da Justiça a toda a sociedade brasileira.

Isso não é o bastante, Sr. Presidente. Para que esteja completo o pacote, para que o bom serviço seja prestado, para que o cidadão realmente tenha a prestação jurisdicional, é imprescindível também que os servido-

res, o pessoal que dá suporte, que fica por trás das câmeras, também sejam valorizados. O que neste momento neste País está acontecendo com esses servidores é uma monstruosidade, é uma injustiça muito grande, pois estão há nove anos – pasmem: nove anos – sem que os seus salários sejam reajustados.

Neste momento, eles não pedem nem reajuste, eles estão pedindo recomposição de perdas. Então, Sr. Presidente, há quase um mês, eles vêm aqui tentando colocar o PLC 28 em pauta. E, há cerca de 15 dias, nesta Casa, através do Presidente do Senado, o Senador Renan Calheiros, e do Líder do Governo, o Senador Delcídio Amaral, ficou um compromisso firmado de que amanhã, dia 30, o PLC 28 será votado. Esse projeto já foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e está pronto para ser votado aqui, na Casa, que nós já, inclusive, pedimos para que seja colocado em preferência amanhã. Logo depois da votação da medida provisória, que está trancando a pauta, que seja votado o PLC 28. Isso se faz como uma medida de justiça a esses servidores que clamam por justiça há um bom tempo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. José Medeiros, o Sr. Humberto Costa deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Acir Gurgacz.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Meus cumprimentos, Senador José Medeiros, por seu pronunciamento.

E peço a V. Exª para retomar os trabalhos para que eu possa fazer o meu pronunciamento, que será bem rápido. (*Pausa.*)

O Sr. Acir Gurgacz deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Lindbergh Farias.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Com a palavra, o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nossos amigos que nos acompanham através da TV Senado e da Rádio Senado, eu uso a tribuna só para fazer um registro do final de semana que tivemos no nosso Estado de Rondônia.

Nós inauguramos uma escola de tempo integral em Porto Velho, com a presença do Ministro, com a presença do Presidente do FNDE, com a presença do Governador Confúcio Moura. Trata-se de uma obra que foi feita com recurso do Governo Federal, mas executada pelo Governo do Estado, uma atuação firme e forte do nosso Governador, que tem um compromisso com a educação e com o ensino.

Essa é uma obra para a qual foi feito um convênio em 2008, que, praticamente, havia sido perdido. Nós trabalhamos aqui, em Brasília, junto ao FNDE, ao qual eu agradeço a atenção que nós tivemos, para que pudéssemos resgatar esse recurso que já havia sido perdido em 2010. Já com o novo Governador Confúcio Moura, aí, sim, um Governador que tem compromisso com a educação e que quer fazer uma diferença com relação ao ensino, já há, se não me falha a memória, 19 escolas em tempo integral no Estado. E outras mais de 200 escolas estão sendo preparadas para o ensino integral. E foi através desse recurso que nós conseguimos reavivar essa escola que foi, então, entregue para a sociedade de Porto Velho. E a outra escola, que está pronta em Ji-Paraná, será entregue nos próximos dias, pois ainda faltam os equipamentos, os computadores, as carteiras para que os alunos possam frequentar a sala de aula. Até o final do ano, tudo estará pronto para que, no próximo ano, possamos haver mais 400 jovens, em Ji-Paraná, na sala de aula, com escola em tempo integral.

Também entregamos um ônibus para a Apae de Ji-Paraná. Depois de muito tempo e várias discussões com relação às condições para a entrega do ônibus para a Apae, foi feito um convênio com a Prefeitura Municipal de Ji-Paraná, e o ônibus foi entregue.

Estivemos também com o Prefeito de Rolim de Moura, Luizão do Trento, que assumiu a Prefeitura. O Prefeito anterior renunciou, e o Prefeito Trento reassumiu novamente a Prefeitura, agora em definitivo, para que pudesse fazer um trabalho importante na importante cidade de Rolim de Moura. Nós fomos lá reafirmar o nosso compromisso não com o Prefeito e os vereadores, mas com a sociedade de Rolim de Moura. Vamos continuar ajudando, continuar trabalhando para que haja sempre uma administração voltada ao interesse popular, com o nosso apoio aqui, em Brasília. Vamos nos somar ao Senador Valdir Raupp, que é de Rolim de Moura, vamos nos somar à Deputada Marinha, que também é de Rolim de Moura, vamos juntos trabalhar no mesmo caminho, dando apoio ao novo Prefeito.

Também estivemos junto com o Prefeito de Ji-Paraná, Jesualdo Pires, e o Deputado Estadual Airton. Recebemos o Diretor-Geral do DER, Capitão Caetano, e vistoriamos as obras do Anel Viário de Ji-Paraná, uma obra que se arrasta há mais de dez anos e que não foi concluída ainda. Agora, o DER assumiu a obra, que será feita

com a administração direta. Segundo o Coronel Caetano, as máquinas não sairão de lá sem que concluam, em definitivo, o Anel Viário de Ji-Paraná.

Também estivemos em Guajará-Mirim, visitando a BR-425, juntamente com o Vereador Netinho e o Vereador Augustinho, onde nós recebemos uma cobrança com relação ao barco da Previdência, que dá atenção a todos os ribeirinhos de Guajará-Mirim até Cabixi, passando por Costa Marques, por Pimenteiras, por Surpresa. Esse barco está paralisado, as suas atividades estão paradas. No mesmo momento, no sábado à tarde, liguei ao Ministro Gabas, que nos atendeu. Agora há pouco, ele retornou a ligação dizendo que se encerrou o contrato com aquele barco, mas já foi feita nova licitação. Uma empresa já ganhou a licitação, já há um vencedor, e, nos próximos 30 dias, no máximo, vai ser assinado o contrato, dando ordem de serviço, e o serviço vai continuar. Neste momento, a paralisação é por conta do término do contrato, mas já foi feita a licitação, e contrato já está para ser assinado. Então, eu agradeço ao Ministro Gabas a presteza e rapidez do seu retorno – sempre muito prestativo. Fica aqui a nossa comunicação à população, principalmente de Guajará-Mirim, de Surpresa, de Costa Marques, de Cabixi, de Pimenteiras, que precisam desse barco. É a atenção que se dá, através do barco, para as questões da Previdência. Eu conheço toda a estrutura. É um barco que realmente dá um atendimento especial aos ribeirinhos do Estado de Rondônia.

Outra agenda importante que nós tivemos, no final de semana, foi em São Miguel do Guaporé, onde há a BR-429. No perímetro urbano da cidade de São Miguel do Guaporé, não havia asfalto e não há asfalto ainda.

Depois de muita discussão – inclusive, a população da cidade paralisou por várias vezes a BR-429, porque não aguentava mais a poeira –, trabalhamos muito com a Deputada Marinha para que fosse refeito o projeto, porque o anterior estava malfeito e não tinha como dar ordem de serviço e nem executá-lo. Foi cancelado o contrato com a empresa e refeito o projeto. Conseguimos a verba para fosse feita a licitação e, no sábado, foi dada a ordem de serviço, iniciando essa obra tão importante para São Miguel do Guaporé.

Meus cumprimentos ao Prefeito Zenildo, que faz um trabalho excepcional à frente da prefeitura municipal. Não é do nosso Partido, infelizmente, mas é um prefeito que está preocupado com política pública e faz um trabalho voltado ao interesse da população. Estivemos com a Deputada Marinha, com o Fabiano, do DNIT, e também com o Senador Ivo Cassol.

Infelizmente, não tínhamos sido avisados, mas tivemos condições de estar lá presentes. Recebemos uma informação estranha nessa inauguração, nesse momento importante de São Miguel, de que o DNIT tem dono, é de um partido só e não dos outros partidos e que, portanto, não seria viável a nossa presença nessa obra que tanto trabalhamos para viabilizar. Entendo que é um absurdo.

Fica aqui o meu protesto ao Ministro Antonio Carlos, que é nosso parceiro, nosso amigo, também Senador. Tenho certeza de que o Ministro não sabe das confusões que estão acontecendo no Estado de Rondônia com relação a esse ponto de que o DNIT tem dono e o dono é um partido tal. Não posso aceitar uma situação dessas, até porque, nesta obra, toda a Bancada federal trabalhou, uns mais e outros menos, e esse que se diz dono nunca apareceu nem para ver a situação da população de São Miguel. Depois de muito tempo, voltou à cidade para dar ordem de serviço, como se fosse dono do DNIT. Achei isso um absurdo!

Fica aqui o nosso protesto. Tenho certeza de que o Ministro dos Transportes não sabe dessa história, não sabe que em Rondônia o DNIT tem dono. É engraçado, mas tem que ser dito e não podemos aceitar uma situação como essa.

Portanto, Sr. Presidente, eram essas as minhas colocações. Agradeço a sua presença, para que pudéssemos fazer esses registros importantes do nosso Estado de Rondônia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Peço a V. Exª que assuma a Presidência, pois sou o último inscrito, para que eu possa fazer o meu pronunciamento.

O Sr. Lindbergh Farias deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Acir Gurgacz.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Com a palavra, o Senador Lindbergh Farias, do PT do Rio de Janeiro.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós começamos mais uma semana de trabalhos neste Senado, no Congresso Nacional.

E eu queria começar dizendo, Presidente Acir, que nós vamos ter mais uma semana extremamente dura, com uma pauta que retira direitos ligados à discussão sobre a maioridade penal. Aqui, no Senado, nós vamos ter o debate sobre a Petrobras. Projeto do Senador José Serra acaba com a possibilidade de a Petrobras ter 30% de todos os campos do pré-sal e de ser operador único a Petrobras.

Temos também aqui no Senado, esta semana, a discussão sobre o ECA, Estatuto da Criança e do Adolescente. Eu espero, primeiro, que a Câmara dos Deputados não aprove a redução da maioridade penal no dia de amanhã. Eu quero voltar,na parte final do meu pronunciamento, a falar sobre esse tema.

Mas eu quero começar o meu pronunciamento falando sobre esse projeto do Senador José Serra, que mexe em pontos centrais. Hoje, em relação ao pré-sal, a Petrobras é operadora única e 30% de todos os campos do pré-sal são da Petrobras.

Eu quero explicar, para quem está nos assistindo, o que é isto, ser operador único. E quero falar das minhas preocupações porque, sem sombra de dúvida, eu acho que é um grande ataque ao nosso País, à soberania nacional.

O que está em jogo aqui é uma movimentação de grandes interesses, interesses das grandes petroleiras mundiais, que estão de olho no pré-sal brasileiro.

Eu queria começar, Sr. Presidente, falando de dois casos de espionagens que foram divulgados, tanto o caso do WikiLeaks, com o Julian Assange, quanto a denúncia do Snowden sobre espionagem no Brasil feita pela agência norte-americana NSA.

Isso mostra a importância dessa discussão que nós vamos ter nesta semana. E eu queria começar fazendo um apelo ao Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros.

Esse ponto está na pauta do dia de amanhã como segundo item da pauta. Esse projeto não pode ser votado com essa velocidade, sem discussão. Tem que passar pelas comissões, tramitar normalmente. É importante ver como esse debate apaixonou o País desde o início, na campanha "O Petróleo é Nosso", como esse debate foi duro aqui no governo do Fernando Henrique Cardoso, quando houve a quebra do monopólio estatal do petróleo, e depois, no governo do Presidente Lula, quando foram feitas alterações que para nós são centrais: a política de conteúdo nacional, a existência da partilha e também essa obrigatoriedade de a Petrobras ser a operadora única e ter 30% de todas as reservas.

Primeiro, quero dizer que a modificação em relação à partilha, Sr. Presidente, aconteceu por um motivo muito óbvio: quem descobriu as reservas do pré-sal fomos nós, brasileiros. Foi a Petrobras que investiu, que gastou dinheiro, que pesquisou. Então, não há risco. Quando havia o modelo de concessão, você tinha riscos. A empresa concessionária virava dona do petróleo, porque estava ali uma série de investimentos que ela tinha que fazer. No caso do pré-sal, não. Está tudo pronto. O risco é zero.

Esses episódios claros de espionagem, que estão registrados, aconteceram justamente nesse período da modificação da legislação, feita pelo Presidente Lula. O Wikileaks divulgou a troca de cartas de embaixadas e consulados com o Departamento de Estado dos Estados Unidos. Revelou pelo menos seis telegramas sobre o tema do pré-sal no Brasil. O Wikileaks revelou que a missão americana veio ao Brasil acompanhar desde os primeiros rumores até a elaboração das regras para a exploração do pré-sal em 2009. Essa missão fez lobby pelos interesses das petroleiras norte-americanas. A principal preocupação da missão americana com o novo marco regulatório era a condição de a única operadora ser a Petrobras. Para mudar esse artigo da lei, a missão atuou fortemente no Senado brasileiro. A condição de operadora única da Petrobras foi considerada, em um telegrama, como maldição pela indústria petroleira.

A principal preocupação desse *lobby* feito aqui, das empresas de petróleo estrangeiras, era galvanizar o sentimento nacionalista sobre o tema, ao fazer uma ofensiva contra o marco regulatório do pré-sal.

Outra denúncia, apresentada a partir do Snowden: a Agência Nacional de Segurança dos Estados Unidos (NSA), ligada à CIA, usou o seu aparato de espionagem para levantar informações sobre a Petrobras, de acordo com os documentos vazados pelo ex-agente Edward Snowden, em 2013. A rede privada de computadores da Petrobras foi grampeada. Isso foi revelado. Os documentos vazados contêm várias passagens com o nome da Petrobras. O nome da Petrobras aparece em um tutorial do *power point* do Programa Royal Net, datado de maio de 2012, que serviu para ensinar agentes da própria NSA a espionar redes privadas de computador, sob o título "Muitos de nossos alvos usam redes privadas".

Os documentos revelam a espionagem industrial e mostram interesse em informações sobre tecnologia e sobre os campos de petróleo do pré-sal, no contexto do leilão do campo de Libra.

A espionagem dos Estados Unidos na Petrobras coloca em risco segredos tecnológicos estratégicos da companhia na exploração do pré-sal. De acordo com especialistas, um dos interesses do governo americano decorre do fato de a Petrobras ser líder mundial na exploração e produção de petróleo em águas ultraprofundas.

Sr. Presidente, eu falo isso porque, em alguns discursos que observo, no Plenário do Senado, dos defensores desse projeto, eles passam a ideia de que é um fardo a Petrobras ter reservado para ela 30% dos campos, ser a operadora única. O Senador Roberto Requião fez um pronunciamento na semana passada – e também um artigo – que falava sobre isso. "É um fardo para a Petrobras, é um ônus para a Petrobras! Então, vamos retirar a Petrobras, vamos retirar os 30% aos quais ela tem direito em todos os campos."

Primeiro, quero falar da dimensão das reservas que temos no País. O pré-sal é, sem nenhuma sombra de dúvidas, um passaporte para o futuro do nosso País. Calcula-se hoje que já tenhamos descoberto 70 bilhões de barris no pré-sal. Já temos 14 bilhões, que tinham sido descobertos antes.

As nossas reservas chegariam a 84 bilhões. Mas há estudos – um da Associação dos Engenheiros da Petrobras – que falam em até 300 bilhões de barris de petróleo, porque existe um grande campo que não foi pesquisado ainda, em que podem ser descobertas novas bacias do pré-sal.

Veja bem, se nós calcularmos esses 300 bilhões pelo preço do petróleo de hoje – o preço do petróleo caiu em todo o mundo, hoje estamos com US$62 o barril de petróleo –, nós estamos falando de US$18 trilhões.

Como todo mundo sabe que esse preço do petróleo vai, mais à frente, subir algo em torno de US$100 na próxima década, se nós calcularmos esses 300 bilhões de barris, estamos falando em US$30 trilhões. Isso significa dez vezes o PIB do Brasil, duas vezes o PIB norte-americano.

Então, vejam bem, esses Senadores nacionalistas que apresentaram esse projeto estão querendo dizer que estão fazendo um favor ao Brasil e à Petrobras ao dizer que ela não detém mais a obrigatoriedade de 30% da exploração desses campos e 30% dessa riqueza.

Eu vou trazer novos argumentos. O Brasil, que tem sido premiado no mundo inteiro, neste ano conseguiu ser premiado pela OTC, que organiza uma premiação que é considerada o Prêmio Nobel da indústria petrolífera. E a grande ganhadora foi a Petrobras, pelo trabalho que ela faz e pela tecnologia desenvolvida para perfurar petróleo em águas profundas.

Pois bem, a Petrobras fez sozinha essa descoberta do pré-sal aqui. Sabe qual é o custo do que a Petrobras extrai? Ela extrai a US$9 um barril de petróleo do pré-sal. A média da Petrobras no Brasil é US$14,6. A média de todas as empresas desse setor é algo em torno de US$15. Então, nós extraímos a US$9 o barril e vendemos a US$62 o barril. E esses nacionalistas que apresentaram esse projeto estão dizendo que é um favor tirar os 30% da Petrobras.

Ora, é um contrassenso total. Eu espero que, no dia de amanhã, façamos esse debate aqui.

Mas eles dizem o seguinte: "A Petrobras está endividada. A Petrobras não tem condições de arcar com os investimentos. Ela não tem dinheiro, ela não tem capacidade financeira".

Ora, é preciso que se diga, primeiro, que o próximo leilão do pré-sal é apenas no próximo ano e, segundo, que a Petrobras teve, sim, este ano, no primeiro trimestre, um lucro de 5,3 bi, o que mostra um processo de recuperação da Petrobras.

Dizem que a Petrobras não tem capacidade de investir. Essa é a maior falácia que se pode dizer. Porque nenhuma empresa de petróleo como essa investe só com recursos próprios. Todas as empresas de petróleo do mundo, com investimentos gigantescos, têm que recorrer a financiamentos. E quem disse que não existe financiamento para a Petrobras, ainda mais em um caso como esse, que são investimentos com retornos extremamente garantidos? Isso é tão falso que, no mês passado, a Petrobras conseguiu um financiamento dos chineses de 22 bilhões e, se quisesse mais, teria conseguido mais. E, no mês passado também, a Petrobras colocou papéis de 100 anos para serem vendidos, e só compra papéis de 100 anos quem acredita na rentabilidade desse negócio. Ela colocou e vendeu oito bilhões, mas o mercado queria vender muito e muito mais. Então, não me venham com esse argumento, porque esse argumento é frágil.

"Ah, a Petrobras, seu Conselho de Administração, agora, fez uma revisão no seu plano de negócios, de investimentos." Olha, senhores, isso está acontecendo no mundo inteiro, porque houve uma queda gigantesca do preço do barril de petróleo. Estava mais de cem dólares e caiu para sessenta e poucos dólares, e isso teve um impacto. Todas as empresas de petróleo do mundo estão revisando seu plano de negócio. Está aqui: a BP reportou lucro líquido de 2,1 bilhões no primeiro trimestre de 2015, uma queda de 36,9% em relação a igual período de 2014; a Chevron anunciou que seus ganhos do primeiro trimestre caíram 43%, o lucro ficou em 2,57 bilhões ante os 4,5 bilhões no mesmo período do ano passado; a Exxon Mobil, a maior petroleira norte-americana, divulgou a queda de 46% no lucro líquido no primeiro trimestre deste ano, teve um lucro de 4,94 bilhões ante a um ganho de 9,1 bilhões no período anterior, e essa empresa, a Exxon Mobil, anunciou uma redução dos investimentos deste ano em 12%; a petrolífera francesa Total registrou lucro líquido de 2,66 bilhões, um recuo de 20%.

Então, a queda do preço do petróleo fez com que todas as empresas do mundo revisassem seus planos de negócios.

Agora, mais uma coisa: o que já está reservado para a Petrobras com isso aí que já foi trabalhado vai garantir à Petrobras, até 2020, cinco milhões de barris/dia, o que nos tornará o quarto maior produtor de petróleo do mundo. Está bom, nós não precisamos de correria nesse campo.

Um dos problemas – e aí eu falo da necessidade de a Petrobras ser operadora única – é justamente este: nós não queremos que exista aqui no Brasil extração predatória. E por que a Petrobras, a nosso ver, tem que

ser operadora única? Porque você que é o operador, que tem consórcios com outras empresas privadas, é o operador que elabora projeto de engenharia, é o operador que faz as compras aqui, é o operador que faz o planejamento. Um dos riscos que nós temos, ao deixar e tirar da Petrobras esse papel de operador único, é nós perdermos esse controle.

Sabe o que aconteceu na Indonésia? A Chevron ganhou uma licitação na Indonésia. Naquela época, o preço do petróleo estava lá embaixo. Sabe o que ela fez? Extração predatória, porque quis retirar o petróleo o mais rápido possível para vender. E vendeu o barril de petróleo sabe por quanto, Sr. Presidente? Por um dólar. E, depois, acabou o petróleo na Indonésia, e a Indonésia estava comprando a 100 e, hoje, tem que comprar a 62. A nossa vizinha Argentina privatizou a YPF. Sabe por quanto eles venderam os barris de petróleo? Por quatro dólares. Estavam comprando a 100, tendo que pagar 62 dólares, hoje.

Então, nós não queremos essa correria – nós não queremos. Porque o que essas empresas querem mesmo é tirar o lucro com a maior velocidade possível. Não estão preocupados se aqui nós vamos criar uma indústria petrolífera, se vamos fortalecer outros ramos da cadeia dessa nossa indústria. Não estão preocupados com isso. Então, esse é um risco, a extração predatória.

Outro papel que nós temos que colocar e que é central, para isso, que a Petrobras seja operadora única: é dela a capacidade de escolha de compras governamentais, de compras aqui no País.

Você sabe que, das operadoras de petróleo, nenhuma, Sr. Presidente, nenhuma dessas operadoras contratou estaleiros brasileiros para construir navios e plataformas aqui. Essa foi uma grande vitória do Presidente Lula, que conseguiu recuperar a indústria naval do País.

Pois bem. Se a Petrobras deixa de ser operadora única, nós vamos perder esse instrumento de fazer política de conteúdo nacional, para gerar empregos aqui, diversificar a nossa indústria.

Outro argumento que eu quero trazer, aqui, aos senhores, é o da inovação científica e tecnológica. É também a Petrobras, como operadora única, que assegura, porque, vejam bem: a gente está falando, aqui, de exploração de petróleo em águas ultraprofundas, a 300 quilômetros da costa. É preciso atravessar dois mil metros de rochas salinas, há exigências de segurança operacional super-rigorosas, elementos com alto potencial corrosivo de gás carbônico. Aqui, nós só descobrimos petróleo, nessa profundidade, porque fizemos desenvolvimento de ciência e tecnologia no nosso País. E temos um campo enorme para avançarmos nesse desenvolvimento de ciência e tecnologia. Não é por acaso que o meu Estado, o Rio de Janeiro, tem um grande parque tecnológico, ali na UFRJ, com empresas do mundo inteiro vindo se instalar naquele parque tecnológico. Agora, alguém acha que uma empresa petrolífera norte-americana vai fazer investimentos vultosos em pesquisa e tecnologia aqui no País? Não fazem. Essa nunca foi a prática deles. Então, a exigência de operadora única, da Petrobras, é fundamental, também, para esse aspecto.

E mais, Sr. Presidente: segurança ambiental – segurança ambiental. Eu estou aqui, quer dizer, estou procurando aqui mostrar o que aconteceu, porque a Petrobras impõe uma série de questões ligadas a você ter que seguir determinados padrões para a segurança ambiental. Eu quero citar, aqui, irresponsabilidades dessas petroleiras pelo mundo afora.

Primeiro, a Chevron. Quem não se lembra da Chevron, responsável pelo vazamento de 3,6 mil barris de petróleo no Campo de Frade, na Bacia de Campos? Inclusive, uma região que é belíssima, um paraíso ecológico. Três mil e seiscentos barris!

O vazamento foi comparado, na época, à explosão da plataforma da BP, em abril de 2010, que afundou no Golfo do México e foi considerado o maior desastre ambiental dos Estados Unidos.

Aqui no Brasil, num primeiro momento, a direção da Chevron no Brasil omitiu informações sobre o vazamento de petróleo e tentou ocultar o acidente. A Chevron sabia do vazamento, mas só tornou a informação pública cinco dias depois, foi preciso que técnicos da Petrobras avistassem sinais de vazamento na superfície do mar e avisassem a multinacional, para que a empresa tomasse as primeiras providências para tentar conter o vazamento.

No processo de investigação, a Chevron apresentou imagens submarinas às autoridades para mostrar o fechamento do poço, mas estavam incompletas e editadas para iludir as mesmas autoridades. "Houve falsidade de informações", disse o chefe do ANP, Haroldo Lima. "Isso é inaceitável", afirmou a Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira.

Os métodos utilizados pela Chevron para a limpeza da água também estão sendo questionados. Ao invés de recolher, a empresa estaria empurrando o óleo para o fundo do mar, colocando em risco uma área de corais.

Há mais, Sr. Presidente: um dos motivos de a Petrobras ser operadora única é para evitar riscos de fraude em dois momentos. No primeiro momento, na medição dos custos do empreendimento e da operação. Você faz ali um cálculo de quanto vai ser gasto no empreendimento e na operação, e é essa operadora que calcula os custos do empreendimento e da operação e faz o desconto do petróleo, que é partilhado entre o consórcio

e a União. Outra possibilidade de fraude é na medição da vazão do petróleo produzido. Aqui, tudo quanto é técnico com quem eu conversei disse: "Olha, não tem como controlar. Você, naquela distância, com os poucos instrumentos que a ANP tem, que a Agência Nacional do Petróleo tem, não tem como controlar a vazão do petróleo, porque é a operadora que é a responsável por medir o petróleo produzido e submeter a informação às instituições de controle e de regulação". Existe risco de fraude quando os interesses do operador do consórcio e da União são contraditórios. E aqui esse controle é fundamental, para que esses recursos venham para o Estado brasileiro, para serem investidos, principalmente, em saúde e educação, a partir da vitória que tivemos de destinar todos esses recursos do pré-sal 75% para a educação e 25% para a saúde.

Sr. Presidente, amanhã teremos uma comissão geral que debaterá o tema aqui. Agora, nós não vamos aceitar que esse projeto seja votado com essa pressa toda, sem passar pelas Comissões. Isso aqui é um ponto de princípio.

Estou tentando falar com o Presidente Renan Calheiros. É inadmissível que esse projeto seja votado com essa velocidade. O que estão querendo aqui é começar um processo. Querem acabar a Petrobras como operadora única, os 30% e, depois, eu sei para aonde eles vão: tentar acabar com a partilha, tentar acabar com a política de conteúdo nacional, política de conteúdo local. E nós vamos resistir. Queremos que o nosso Presidente Renan, e acreditamos no Presidente Renan para isso, crie uma Comissão Especial, coloque para tramitar. É preciso aprofundar a discussão sobre um tema tão importante.

E, volto a dizer, é uma falácia esses argumentos de "que a Petrobras não tem dinheiro, que a Petrobras não tem como investir". Estão querendo, sim, livrar a Petrobras desse ônus, dessa riqueza toda. Volto a dizer: conseguimos extrair o barril a nove dólares e vendemos a 62; é extremamente lucrativo, não há risco. O que está havendo aqui é uma grande articulação de interesses dessas grandes petroleiras para tirar a Petrobras do papel de direção desse processo.

Sr. Presidente, não vou me alongar, mas eu queria aqui, rapidamente, entrar em outro assunto que me preocupa muitíssimo, que é a discussão da redução da maioridade penal.

Quero dizer que, inclusive, hoje, às 19h30, na CPI de Assassinato de Jovens, da qual sou Relator e a Senadora Lídice da Mata é a Presidente, contaremos com a presença dos Professores Luiz Eduardo Soares e Júlio Jacobo.

Como será destacado pelo Prof. Jacobo, em pesquisa inédita que ele vai divulgar, hoje, na CPI, às 19h30, os homicídios representam quase a metade das causas de morte de jovens de 16, 17 anos no Brasil, sendo as principais vítimas adolescentes do sexo masculino, negros, com baixa escolaridade.

Cerca de 3.749 jovens nessa faixa foram vítimas de homicídios em 2013, o que representa 46% dos 8.153 óbitos de pessoas com 16 e 17 anos. O Mapa da Violência de Adolescentes de 16 e 17 anos no Brasil demonstrará que, a cada dia, foram assassinados 10,3 adolescentes no País.

Na comparação entre 85 países analisados, o Brasil ocupa o terceiro lugar em relação à taxa de homicídios de adolescentes de 15 a 19 anos, à frente apenas do México e de El Salvador. Isso significa, senhores, que a taxa brasileira é 275 vezes maior do que a de países como Áustria, Japão, Reino Unido ou Bélgica.

Sr. Presidente, acredita-se que seja possível combater a impunidade e desencorajar a prática delituosa reduzindo a idade penal. Nada mais falso do que essa posição, superada há tempos pelas experiências internacionais, estatísticas e estudos acadêmicos, como o destacado há pouco. Ao contrário, estudos demonstram que os Estados com maior tendência ao recrudescimento penal são os que mais falham na atuação para proporcionar o bem-estar social de seus cidadãos.

Nos EUA, por exemplo, o movimento legislativo é exatamente o inverso daquilo a que se assiste no Brasil. O governador de Nova York afirmou recentemente em entrevista que é hora de o legislador aumentar a idade penal, dado o fracasso absoluto da redução da responsabilização penal como saída para a segurança pública.

Um estudo recente das Nações Unidas intitulado "Tendências do Crime" demonstrou, por meio de pesquisas legislativas, que das 57 legislações analisadas, apenas 17% adotam a maioridade penal abaixo de 18 anos.

De acordo com o Ministro da Secretaria de Direitos Humanos, Pepe Vargas, existem hoje mais de 100 mil adolescentes cumprindo medidas socioeducativas no País. Desses, 88 mil prestam serviços à comunidade e 23 mil têm privação de liberdade. Segundo o Ministro, 63% das medidas derivam de roubo e 23%, do tráfico de drogas. Pepe afirmou ainda que os que atentaram contra a vida representam apenas 0,01% do total.

E aqui eu gostaria de enfatizar que, enquanto a taxa de reincidência nas penitenciárias adultas no Brasil é de aproximadamente 60%, no sistema socioeducativo esse índice cai para 20%.

Sr. Presidente, uma pesquisa recente mostrou que aproximadamente 88% das pessoas apoiam a redução da maioridade penal. Porém, dentre esses entrevistados, 67% não acreditam nas casas de correção e 55% creem que a privação da liberdade deixa as crianças mais perigosas e revoltadas, demonstrando assim que existe um contrassenso.

Diante desses desafios, o que precisamos é de mais debate e diálogo com a população, para que possamos pensar sobre o futuro que queremos para os nossos adolescentes.

Dessa forma, não devemos inverter responsabilidades. Crianças e adolescentes são as principais vítimas e não perpetuadoras da violência no nosso País.

Para termos uma ideia da irresponsabilidade política e jurídica da proposta, a medida, se aprovada, fará com que, do dia para a noite, o ato de produzir, publicar ou vender pornografia envolvendo jovens de 16 a 17 anos não seja mais crime. O ato de submeter criança ou adolescente à prostituição também não acarretaria mais punição a quem viesse a praticá-lo com jovens de 16 a 17 anos.

Concluo, Sr. Presidente. É preciso denunciar que a medida inconsequente atende ao populismo penal de legisladores irresponsáveis e descompromissados com a segurança e a ordem jurídica nacional.

Dessa forma, reduzir a idade penal não mudaria os índices de violência, mas seguramente faria com que jovens que hoje cumprem medidas socioeducativas fossem mandados para os braços de facções criminosas que operam nos presídios. E essa seria a triste realidade, pois o Estado prestaria um grande serviço para o crime organizado.

Sr. Presidente, eu queria também fazer um apelo aos Srs. Senadores. Há um projeto nesta Casa do Senador José Serra, que fala do aumento da internação e da alteração do ECA, aumentando o tempo de internação para dez anos. O Relator é o Senador José Pimentel, que reduziu para oito anos.

Há um projeto também assinado pelo Deputado Darcísio Perondi e por vários Deputados na Câmara dos Deputados – eu cito o Deputado Molon e a Deputada Maria do Rosário – que me parece ainda mais cuidadoso do que o projeto relatado pelo Senador José Pimentel, porque aumenta para oito anos, mas faz uma diferenciação de idade de 12 até 14 anos, três anos; de 14 a 16 anos, pode ser cinco e de 16 a 18 anos, oito anos, mas o projeto que está aqui no Senado pode aumentar em oito anos até para um garoto de 12 anos de idade. É um projeto que foi mais trabalhado, porque houve mais debate lá.

Eu estou falando tudo isso, porque acredito muito no Senado Federal nessa discussão. Eu não estou otimista. Espero que os Deputados resistam amanhã, mas infelizmente esse Presidente da Câmara, Deputado Eduardo Cunha, conseguiu construir uma ofensiva conservadora de tal forma que, creio, não vai ser simples derrubar o projeto da redução da maioridade penal.

Aqui no Senado, a correlação de forças é outra. Sabe-se que o Senado sempre foi uma Casa mais conservadora. Por incrível que pareça, agora, neste momento, tempos de Eduardo Cunha, só este Senado para parar essa ofensiva conservadora. Aqui, nós montamos um grupo de Senadores, uma frente progressista. Trinta Senadores assinaram um documento contra a terceirização, contra a redução da maioridade penal, contra mudanças no Estatuto do Desarmamento e no Estatuto da Família e por aí vai.

Veja bem, aqui, para aprovar a redução da maioridade penal, eles têm que ter 49 votos, e nós temos que ter 33. Nós já temos 30 votos. O apelo que faço ao Senador José Pimentel e ao Presidente Renan Calheiros é que, ao invés de votar essa mudança no ECA no dia de amanhã, a gente espere o que virá da Câmara. Isso vai chegar ao Senado Federal e aqui se fará uma negociação envolvendo a alteração no ECA, mas derrubando a redução da maioridade penal. Se aprovarmos isso amanhã e se for para a Câmara esse projeto que altera o ECA, quando chegar a emenda constitucional que reduz a maioridade penal, nós não vamos ter o instrumento de negociação tão importante para conseguir construir um clima de acordo com a maioria dos Senadores, dizendo o seguinte: "Tudo bem, nós vamos rejeitar a redução da maioridade penal e vamos aprovar essas alterações do Estatuto da Criança e do Adolescente".

Então, eu queria fazer um apelo ao bom senso. O Senado tem que esperar a Câmara para que a Casa entre nesse assunto com o máximo de paciência e construa um acordo, até porque esse projeto que foi relatado pelo Senador José Pimentel também não passou nas comissões, também não foi discutido detidamente com todos os Senadores desta Casa, para que possamos fazer um aperfeiçoamento do projeto. como foi feito na Câmara dos Deputados.

Por isso considero que o projeto da Câmara, do Deputado Darcísio Perondi, é mais completo. Mas este é o apelo que eu faço: também não votar no dia de amanhã. Esperar a Câmara, para depois o Senado construir o seu acordo.

Por fim, Sr. Presidente, eu peço desculpas pelo tempo que estou tomando de V. Exª, porque já estou falando há mais de 20 minutos, talvez meia hora. Vou concluir, tocando rapidamente no último tema, que é muito importante, sabendo que a Presidente Dilma Rousseff está nos Estados Unidos.

Eu tenho falado muito, Presidente, sobre Guantánamo, essa unidade de detenção em Cuba que é dos Estados Unidos e que se tornou emblemática de graves violações direitos humanos que são perpetradas pelo Governo dos Estados Unidos em nome da luta contra o terrorismo.

Em referência à viagem da Presidenta Dilma Rousseff aos Estados Unidos, a Embaixadora americana em Brasília afirmou, em artigo para a *Folha de S. Paulo*, que os direitos humanos são um tópico sobre o qual os dois países deveriam trabalhar durante a reunião presidencial.

Sr. Presidente, não há maneira de falar sobre direitos humanos sem tocar em Guantánamo. Como sabemos, Guantánamo é um produto das leis antiterroristas promulgadas após o 11 de Setembro, concebidas para dar ao Estado poderes discricionários que ele não tinha, sob a desculpa de poder enfrentar a guerra contra o terrorismo.

Essa legislação de exceção gerou a possibilidade de incomunicabilidade dos presos, de prisões sem processo legal e sem julgamentos. Foi essa necessidade que permitiu a tortura de suspeitos.

O ex-Presidente do Uruguai José Mujica afirmou, em entrevista ao canal público uruguaio TNU, que a base de Guantánamo "não é uma prisão, uma vez que prisão pressupõe a aplicação de algum sistema jurídico, a presença de alguma fiscalização, as decisões de um juiz, qualquer que seja, mas lá nada disso acontece".

Eu falo isso, porque o Congresso norte-americano aprovou legislação que impede que esses prisioneiros voltem para o território norte-americano, ou seja, que vão para o território norte-americano. Então, nós estamos ali em um grande impasse.

O Presidente do Uruguai, José Mujica, tomou uma atitude corajosa e aceitou que seis desses prisioneiros que comprovadamente pelo governo norte-americano, o governo norte-americano disse que eles não têm responsabilidade por nada, fossem para o Uruguai. E estão fazendo um esforço para que outros países concedam asilo a esses homens que estão sendo tratados de forma mais bárbara pelo governo norte-americano.

Eu havia subido à tribuna em outro momento para defender que o Governo brasileiro desse asilo para Eduardo Snowden, que fez aquelas denúncias no caso de espionagem da NSA, que é subordinada à CIA. Eu acho que também o Governo brasileiro... E eu quero, como membro da Comissão de Relações Exteriores deste Senado e como autor de um requerimento para acompanhar esse debate sobre as prisões em Guantánamo... Fiz um requerimento não para ter visita, porque lá não tem jeito de ter visita, mas para participar dessas conversas, dessas negociações.

Seria um grande gesto humanitário do Brasil. Esses presos que o governo dos Estados Unidos está querendo libertar estão discutindo com os países quem pode aceitá-los. Seria um grande gesto humanitário do Brasil aceitar que alguns desses presos viessem a ser abrigados no nosso solo, aqui no nosso País.

Sr. Presidente, muito obrigado.

Agradeço novamente a V. Exª por essa tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Meus cumprimentos, Senador Lindbergh pelos temas abordados.

Não havendo mais nenhum escrito e nada a tratar, declaro encerrada esta sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 13 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PT - Walter Pinheiro*
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PDT - Lasier Martins**

Amazonas

Bloco-PMDB - Sandra Braga* (S)
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Rio de Janeiro

Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Bloco-PSB - Romário**

Ceará

Bloco-PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
Bloco-PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PSDB - Alvaro Dias**

Maranhão

Bloco-PMDB - Edison Lobão*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
Bloco-PMDB - Raimundo Lira* (S)
Bloco-PMDB - José Maranhão**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
Bloco-PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço*
Bloco-PMDB - Rose de Freitas**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio do Amaral*
Bloco-PMDB - Waldemir Moka*
Bloco-PMDB - Simone Tebet**

Pernambuco

Bloco-PTB - Douglas Cintra* (S)
Bloco-PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PTB - Elmano Férrer**

Distrito Federal

Bloco-PDT - Cristovam Buarque*
Bloco-PSD - Hélio José* (S)
Bloco-PDT - Reguffe**

São Paulo

Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira*
S/Partido - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
Bloco-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Bloco-PDT - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
Bloco-PMDB - Dário Berger**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
Bloco-PT - Donizeti Nogueira** (S)

Goiás

S/Partido - Lúcia Vânia*
Bloco-DEM - Wilder Morais* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
Bloco-PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTB - Fernando Collor**

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-PSOL - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Mato Grosso

Bloco-PR - Blairo Maggi*
Bloco-PPS - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSC - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Roraima

Bloco-PT - Angela Portela*
Bloco-PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PDT - Telmário Mota**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco de Apoio ao Governo - 24
PT-13 / PDT-6 / PP-5

Acir Gurgacz. . . . . PDT / RO
Ana Amélia. . . . . PP / RS
Angela Portela. . . . . PT / RR
Benedito de Lira. . . . . PP / AL
Ciro Nogueira. . . . . PP / PI
Cristovam Buarque. . . . . PDT / DF
Delcídio do Amaral. . . . . PT / MS
Donizeti Nogueira. . . . . PT / TO
Fátima Bezerra. . . . . PT / RN
Gladson Cameli. . . . . PP / AC
Gleisi Hoffmann. . . . . PT / PR
Humberto Costa. . . . . PT / PE
Ivo Cassol. . . . . PP / RO
Jorge Viana. . . . . PT / AC
José Pimentel. . . . . PT / CE
Lasier Martins. . . . . PDT / RS
Lindbergh Farias. . . . . PT / RJ
Paulo Paim. . . . . PT / RS
Paulo Rocha. . . . . PT / PA
Regina Sousa. . . . . PT / PI
Reguffe. . . . . PDT / DF
Telmário Mota. . . . . PDT / RR
Walter Pinheiro. . . . . PT / BA
Zeze Perrella. . . . . PDT / MG

Bloco da Maioria - 21
PMDB-17 / PSD-4

Dário Berger. . . . . PMDB / SC
Edison Lobão. . . . . PMDB / MA
Eunício Oliveira. . . . . PMDB / CE
Garibaldi Alves Filho. . . . . PMDB / RN
Hélio José. . . . . PSD / DF
Jader Barbalho. . . . . PMDB / PA
João Alberto Souza. . . . . PMDB / MA
José Maranhão. . . . . PMDB / PB
Omar Aziz. . . . . PSD / AM
Otto Alencar. . . . . PSD / BA
Raimundo Lira. . . . . PMDB / PB
Renan Calheiros. . . . . PMDB / AL
Ricardo Ferraço. . . . . PMDB / ES
Roberto Requião. . . . . PMDB / PR
Romero Jucá. . . . . PMDB / RR
Rose de Freitas. . . . . PMDB / ES
Sandra Braga. . . . . PMDB / AM
Sérgio Petecão. . . . . PSD / AC
Simone Tebet. . . . . PMDB / MS
Valdir Raupp. . . . . PMDB / RO
Waldemir Moka. . . . . PMDB / MS

Bloco Parlamentar da Oposição - 16
PSDB-11 / DEM-5

Aécio Neves. . . . . PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira. . . . . PSDB / SP
Alvaro Dias. . . . . PSDB / PR
Antonio Anastasia. . . . . PSDB / MG
Ataídes Oliveira. . . . . PSDB / TO
Cássio Cunha Lima. . . . . PSDB / PB
Dalirio Beber. . . . . PSDB / SC
Davi Alcolumbre. . . . . DEM / AP
Flexa Ribeiro. . . . . PSDB / PA
José Agripino. . . . . DEM / RN
José Serra. . . . . PSDB / SP
Maria do Carmo Alves. . . . . DEM / SE
Paulo Bauer. . . . . PSDB / SC
Ronaldo Caiado. . . . . DEM / GO
Tasso Jereissati. . . . . PSDB / CE
Wilder Morais. . . . . DEM / GO

Bloco Parlamentar União e Força - 9
PTB-3 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

Blairo Maggi. . . . . PR / MT
Douglas Cintra. . . . . PTB / PE
Eduardo Amorim. . . . . PSC / SE
Elmano Férrer. . . . . PTB / PI
Fernando Collor. . . . . PTB / AL
Magno Malta. . . . . PR / ES
Marcelo Crivella. . . . . PRB / RJ
Vicentinho Alves. . . . . PR / TO
Wellington Fagundes. . . . . PR / MT

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 9
PSB-6 / PPS-1 / PSOL-1 / PCdoB-1

Antonio Carlos Valadares. . . . . PSB / SE
Fernando Bezerra Coelho. . . . . PSB / PE
João Capiberibe. . . . . PSB / AP
José Medeiros. . . . . PPS / MT
Lídice da Mata. . . . . PSB / BA
Randolfe Rodrigues. . . . . PSOL / AP
Roberto Rocha. . . . . PSB / MA
Romário. . . . . PSB / RJ
Vanessa Grazziotin. . . . . PCdoB / AM

S/Partido - 2

Lúcia Vânia. . . . . GO
Marta Suplicy. . . . . SP

Bloco de Apoio ao Governo.	24
Bloco da Maioria.	21
Bloco Parlamentar da Oposição.	16
Bloco Parlamentar União e Força.	9
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia.	9
S/Partido.	2
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)
Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)
Alvaro Dias** (Bloco-PSDB-PR)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)
Angela Portela* (Bloco-PT-RR)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)
Blairo Maggi* (Bloco-PR-MT)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)
Cristovam Buarque* (Bloco-PDT-DF)
Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)
Dário Berger** (Bloco-PMDB-SC)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)
Delcídio do Amaral* (Bloco-PT-MS)
Donizeti Nogueira** (Bloco-PT-TO)
Douglas Cintra* (Bloco-PTB-PE)
Edison Lobão* (Bloco-PMDB-MA)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE)
Elmano Férrer** (Bloco-PTB-PI)
Eunício Oliveira* (Bloco-PMDB-CE)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)
Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)
Fernando Collor** (Bloco-PTB-AL)
Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)
Garibaldi Alves Filho* (Bloco-PMDB-RN)
Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)
Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)
Hélio José* (Bloco-PSD-DF)
Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)
Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)
Jader Barbalho* (Bloco-PMDB-PA)
João Alberto Souza* (Bloco-PMDB-MA)
João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)
Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)
José Agripino* (Bloco-DEM-RN)
José Maranhão** (Bloco-PMDB-PB)
José Medeiros* (Bloco-PPS-MT)
José Pimentel* (Bloco-PT-CE)
José Serra** (Bloco-PSDB-SP)
Lasier Martins** (Bloco-PDT-RS)
Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)
Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)
Lúcia Vânia* (S/Partido-GO)
Magno Malta* (Bloco-PR-ES)
Marcelo Crivella* (Bloco-PRB-RJ)
Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)
Marta Suplicy* (S/Partido-SP)
Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)
Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)
Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)
Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Raimundo Lira* (Bloco-PMDB-PB)
Randolfe Rodrigues* (Bloco-PSOL-AP)
Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Reguffe** (Bloco-PDT-DF)
Renan Calheiros* (Bloco-PMDB-AL)
Ricardo Ferraço* (Bloco-PMDB-ES)
Roberto Requião* (Bloco-PMDB-PR)
Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
Romário** (Bloco-PSB-RJ)
Romero Jucá* (Bloco-PMDB-RR)
Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Rose de Freitas** (Bloco-PMDB-ES)
Sandra Braga* (Bloco-PMDB-AM)
Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Simone Tebet** (Bloco-PMDB-MS)
Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Telmário Mota** (Bloco-PDT-RR)
Valdir Raupp* (Bloco-PMDB-RO)
Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Waldemir Moka* (Bloco-PMDB-MS)
Walter Pinheiro* (Bloco-PT-BA)
Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Wilder Morais* (Bloco-DEM-GO)
Zeze Perrella* (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Vicentinho Alves - (PR-TO)

2º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

4ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)

3º Elmano Férrer - (PTB-PI)

4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

LIDERANÇAS

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 24	Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 21	Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 16
Líder **Humberto Costa - PT** (22,28) Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,37) Benedito de Lira (16,18,44) Walter Pinheiro (31,36,43) Telmário Mota (4,38,42) Regina Sousa (41) ..... **Líder do PT - 13** **Humberto Costa** (22,28) Vice-Líderes do PT Paulo Rocha (32) Walter Pinheiro (31,36,43) Lindbergh Farias (30) Fátima Bezerra (34) **Líder do PDT - 6** **Acir Gurgacz** (3,37) Vice-Líder do PDT Telmário Mota (4,38,42) **Líder do PP - 5** **Benedito de Lira** (16,18,44)	..... **Líder do PMDB - 17** **Líder do PSD - 4** **Omar Aziz** (13) Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (12)	**Líder** **Alvaro Dias - PSDB** (20) Vice-Líderes Ataídes Oliveira (33) Wilder Morais (46) Antonio Anastasia (47) ..... **Líder do PSDB - 11** **Cássio Cunha Lima** (17) Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer (23) Aloysio Nunes Ferreira (40) **Líder do DEM - 5** **Ronaldo Caiado** (6) Vice-Líder do DEM José Agripino (39)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9	**Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9**	**Governo**
Líder **Lídice da Mata - PSB** (11,25) Vice-Líderes José Medeiros (15,19,29) Vanessa Grazziotin (21,26) Randolfe Rodrigues (24,27) ..... **Líder do PSB - 6** **João Capiberibe** (1,14) Vice-Líder do PSB Roberto Rocha (45) **Líder do PPS - 1** **José Medeiros** (15,19,29) **Líder do PSOL - 1** **Randolfe Rodrigues** (24,27) **Líder do PCdoB - 1** **Vanessa Grazziotin** (21,26)	**Líder** **Fernando Collor - PTB** (5,10) Vice-Líderes Blairo Maggi (9) Eduardo Amorim (8) Marcelo Crivella (2,7) ..... **Líder do PTB - 3** **Fernando Collor** (5,10) **Líder do PR - 4** **Blairo Maggi** (9) **Líder do PSC - 1** **Eduardo Amorim** (8) **Líder do PRB - 1** **Marcelo Crivella** (2,7)	**Líder** **Delcídio do Amaral - PT** (48)

Notas:
1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
4. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n-2015/DEM).
7. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
9. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
10. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
11. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
http://www.senado.leg.br/ordiasf

12. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
13. Em 03.02.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
14. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
15. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
16. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi desigando 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
17. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
18. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN).,
19. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of.18/2015-GSJMEDEI).
20. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
21. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
22. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
23. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15 GLPSDB).
24. Em 11.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do PSOL (Of. 3/2015/GSRROD).
25. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
26. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
27. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
28. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
29. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
30. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
33. Em 03.03.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
34. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
35. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
36. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
37. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
38. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
39. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
40. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
41. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi desiganda 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
42. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi desigando 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
43. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi desigando 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
44. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi desigando 2º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (Of. 32/2015-GLDBAG).
45. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB)
46. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Morais foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
47. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
48. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Designação: 04/02/2014

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos
Telefone(s): 61 3303-3492
E-mail: coceti@senado.leg.br

2) COMISSÃO EXTERNA PARA VERIFICAR IN LOCO A SITUAÇÃO NA VENEZUELA

Finalidade: Verificar, in loco, nos termos do Requerimento nº 77, de 2015, a situação na Venezuela, estabelecer diálogo com membros do parlamento local, e com interlocutores repesentativos das oposições e da sociedade civil, bem como, se possível, com as autoridades daquele país.

MEMBROS

Senador Aécio Neves (PSDB) (1)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (2)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB) (3)
Senador José Agripino (DEM)
Senador José Medeiros (PPS)
Senador José Serra (PSDB)
Senador Reguffe (PDT)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)
Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Sérgio Petecão (PSD)
Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Notas:

*. Em 25.03.2015, foram designados os Senadores Ricardo Ferraço, Randolfe Rodrigues e Sérgio Petecão para compor a Comissão (Portaria do Presidente nº 12, de 2015).

**. Em 11.06.2015, foram designados os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Fernando Bezerra, José Aripino, José Medeiros, José Serra, Reguffe, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Ronaldo Caiado, Sérgio Petecão e Tasso Jereissati para compor a Comissão (Portaria do Presidente nº 17, de 2015).

1. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Ricardo Ferraço ter deixado de integrar a Comissão (Of. 134/2015-GSRFER).
2. Em 06.04.2015, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter deixado de integrar a Comissão (Mem. 33/2015-GSRROD).
3. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Sérgio Petecão ter deixado de integrar a Comissão (Of. 9/2015-GSSPET).

3) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR OS CONFLITOS EM CURITIBA/PR

Finalidade: Acompanhar e, se possível, mediar, em Curitiba/PR, os conflitos que vem ocorrendo entre a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Paraná e os dirigentes sindicais e estudantes do Estado.

Requerimento nº 403, de 2015

Número de membros: 5

MEMBROS
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)

4) COMISSÃO EXTERNA PARA VERIFICAR IN LOCO A SITUAÇÃO POLÍTICA, SOCIAL E ECONÔMICA DA VENEZUELA

Finalidade: Verificar in loco a situação política, social e econômica da República Bolivariana da Venezuela, estabelecendo para tanto os contatos necessários e possíveis com as autoridades constituídas e representantes legítimos da sociedade venezuelana.

Requerimento nº 713, de 2015

Número de membros: 5

MEMBROS
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador Roberto Requião (PMDB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)
Senadora Lídice da Mata (PSB)
Senador Lindbergh Farias (PT)

Notas:

*. Em 18.06.2015, foram designados os Senadores Vanessa Graziotin, Roberto Requião, Randolfe Rodrigues, Lídice da Mata e Lindbergh Farias para compor a Comissão.

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DO ECA NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

Finalidade: Avaliar a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nos Estados e Municípios.

Requerimento nº 700, de 2015

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS

6) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRATAR DAS AGÊNCIAS REGULADORAS PERTINENTES À COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

Finalidade: Visitar a Casa Civil e tratar sobre a situação atual das agências reguladoras pertinentes à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Requerimento nº 231, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS

7) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PROCEDER DILIGÊNCIAS NAS OBRAS DE RESTAURAÇÃO DA BR-364

Finalidade: Proceder diligências nas obras de restauração da BR-364, no dia 07 de maio de 2015, visando tratar da qualidade dos serviços executados sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNTI.

Requerimento nº 419, de 2015

MEMBROS

8) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRAÇAR DIAGNÓSTICO DA CRISE HÍDRICA

Finalidade: Traçar diagnóstico da atual crise hídrica brasileira e de suas consequências e, assim, propor soluções eficazes, prazo de noventa dias.

Requerimento nº 44, de 2015

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES

9) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DA TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras da Transposição e do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Requerimento nº 40, de 2015

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) (1)
RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) (1)

Designação: 07/04/2015
Instalação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Raimundo Lira (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Elmano Férrer (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)

Notas:
*. Em 07.04.2015, os Senadores Humberto Costa e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 55/2015-GLDBAG).
**. Em 07.04.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 27/2015-BLUFOR).
***. Em 07.04.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular e a Senadora Lídice da Mata, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 37/2015-GLBSD).
****. Em 07.04.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 91/2015-GLPSDB).
*****. Em 07.04.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 102/2015-GLPMDB).
1. Em 15.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Raimundo Lira e o Senador Humberto Costa, respectivamente, Presidente e Relator deste Colegiado (Memo. 1/2015 - CTBHSF).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos
Telefone(s): 61 33035492
Fax: 61 33031176
E-mail: coceti@senado.leg.br

10) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010
Prazo final prorrogado: 19/12/2014
Prazo final prorrogado: 19/06/2015

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto
Arnaldo Versiani Leite Soares
Carlos Caputo Bastos
Carlos Mário da Silva Velloso
Edson de Resende Castro
Fernando Neves da Silva
Hamilton Carvalhido
Joelson Costa Dias
José Antonio Dias Toffoli
José Eliton de Figuerêdo Júnior
Luciana Müller Chaves
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Márcio Silva
Marcus Vinicius Furtado Coelho
Roberto Monteiro Gurgel Santos
Raimundo Cezar Britto
Torquato Lorena Jardim
Geraldo Agosti Filho
José Rollemberg Leite Neto
Walter de Almeida Guilherme
Roberto Carvalho Velloso
Henrique Neves da Silva
Ezikelly Silva Barros

Notas:
*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.
**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.
***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.
****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.
*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.
******. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.
*******. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.
********. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.
*********. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.
**********. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

**********. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.
**********. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.
**********. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.
**********. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.
**********. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

Secretário(a): Reinilson Prado
Telefone(s): 61 33033492
Fax: 61 33021176
E-mail: coceti@senado.leg.br

11) COMISSÃO TEMPORÁRIA DE REFORMA POLÍTICA DO SENADO FEDERAL

Finalidade: Destinada a sistematizar as proposições legislativas afetas ao tema da Reforma Política.
Ato do Presidente nº 12, de 2015

Número de membros: 29 titulares e 29 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC)
VICE-PRESIDENTE: Senador Jader Barbalho (PMDB-PA)
RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

Designação: 17/06/2015
Instalação: 23/06/2015
Prazo final prorrogado: 03/10/2015

TITULARES	SUPLENTES
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	2. Senador Donizeti Nogueira (PT) (1,3)
Senadora Fátima Bezerra (PT) (3)	3. Senador Elmano Férrer (PTB)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	4. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Reguffe (PDT) (1)	5. Senador Telmário Mota (PDT) (2)
Senador Lasier Martins (PDT)	6.
Senador Ivo Cassol (PP)	7.
Senador Benedito de Lira (PP)	8.
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	9.
Senador Otto Alencar (PSD)	10.
Senador Romero Jucá (PMDB)	11.
Senadora Simone Tebet (PMDB)	12.
Senador Jader Barbalho (PMDB)	13.
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)	14.
Senador Edison Lobão (PMDB)	15.
Senadora Sandra Braga (PMDB)	16.
Senador José Agripino (DEM)	17.
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	18.
Senador Aécio Neves (PSDB)	19.
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	20.
Senador Tasso Jereissati (PSDB)	21.
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	22.
Senadora Lídice da Mata (PSB)	23.
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	24.
Senador Fernando Collor (PTB)	25.
Senador Marcelo Crivella (PRB)	26.
Senador Magno Malta (PR)	27.
Senadora Marta Suplicy (S/Partido)	28.
Senadora Lúcia Vânia (S/Partido)	29.

Notas:
*. O Ato do Presidente nº 12, de 17 de junho de 2015, fixa em 28 o quantitativo de membros da Comissão Temporária, indicando os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Gleisi Hoffmann, Fátima Bezerra, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Ivo Cassol, Benedito de Lira, Eunício Oliveira, Otto Alencar, Romero Jucá, Simone Tebet, Jader Barbalho, Garibaldi Alves Filho, Edison Lobão, Sandra Braga, José Agripino, Ronaldo Caiado, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Tasso Jereissati, Antonio Carlos Valadares, Lídice da Mata, Randolfe Rodrigues, Fernando Collor, Marcelo Crivella, Magno Malta, Marta Suplicy para compor a Comissão.
**. O Ato do Presidente nº 13, de 18 de junho de 2015, fixa em 28 titulares e igual número de suplentes o quantitativo de membros da Comissão Temporária, indicando os Senadores Jorge Viana, Humberto Costa, Paulo Rocha, Gleisi Hoffmann, Fátima Bezerra, Lasier Martins, Ivo Cassol, Benedito de Lira, Eunício Oliveira, Otto Alencar, Romero Jucá, Simone Tebet, Jader Barbalho, Garibaldi Alves Filho, Edison Lobão, Sandra

Braga, José Agripino, Ronaldo Caiado, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Tasso Jereissati, Antonio Carlos Valadares, Lídice da Mata, Randolfe Rodrigues, Fernando Collor, Marcelo Crivella, Magno Malta e Marta Suplicy, como membros titulares para compor a Comissão.

***. O Ato do Presidente nº 13, de 18 de junho de 2015, indica também os Senadores Walter Pinheiro, Reguffe, Elmano Ferrer e Eduardo Amorim como membros suplentes para compor a Comissão, estabelecendo que as demais indicações deverão ser realizadas pelas lideranças partidárias. Indica ainda os Senadores Jorge Viana, Jader Barbalho e Romero Jucá como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado.

****. O Ato do Presidente nº 15, de 25 de junho de 2015, prorroga até o dia 3 de outubro de 2015 o prazo para apresentação do relatório pela Comissão Temporária e fixa em 29 titulares e igual número de suplentes o quantitativo de membros deste Colegiado, indicando, ainda, a Senadora Lúcia Vânia como membro titular para compor a Comissão.

1. Em 23.06.2015, o Senador Reguffe é designado membro titular, em substituição à Senadora Fátima Bezerra, que passa à condição de suplente (Of. 80/2015-GLDBAG).

2. Em 23.06.2015, o Senador Telmário Mota é designado membro suplente (Of. 80/2015-GLDBAG).

3. Em 24.06.2015, o Senador Donizeti Nogueira é designado membro suplente, na vaga da Senadora Fátima Bezerra, que passa à condição de titular, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Of. 81/2015-GLDBAG).

12) COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE REFORMA DO CÓDIGO BRASILEIRO DE AERONÁUTICA

Finalidade: Elaborar anteprojeto de reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica.
(Ato do Presidente nº 11, de 2015)

Número de membros: 24

PRESIDENTE: Georges de Moura Ferreira
RELATORA: Maria Helena Fonseca de Souza Rolim

Designação: 16/06/2015
Instalação: 16/06/2015
Prazo final: 14/12/2015

MEMBROS

Georges de Moura Ferreira
Donizeti de Andrade
Respício Antônio do Espírito Santo Júnior
Maria Helena Fonseca de Souza Rolim
Dorieldo Luiz dos Prazeres
Antônio Ivaldo
Celso Faria de Souza
Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira
Tercio Ivan de Barros
Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva
Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira
Kerlington Pimentel de Freitas
Ronei Saggioro Glanzmann
Ricardo Bisinotto Catanant
Thiago Pereira Pedroso
Roberto José Silveira Honorato
Claudio Jorge Pinto Alves
Eduardo Sanovicz
Milton Arantes Costa
Ricardo Nogueira da Silva
José Adriano Castanho Ferreira
Ricardo Bernardi
Fernando Silva Alves de Camargo
Carlos Ebner

Notas:
*. O Ato do Presidente nº 11, de 16 de junho de 2015, fixa em 17 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Georges de Moura Ferreira, Donizeti de Andrade, Respício Antônio do Espírito Santo Júnior, Maria Helena Fonseca de Souza Rolim, Dorieldo Luiz dos Prazeres, Antônio Ivaldo, Celso Faria de Souza, Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira, Tercio Ivan de Barros, Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva, Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira, Kerlington Pimentel de Freitas, Ronei Saggioro Glanzmann, Ricardo Bisinotto Catanant, Thiago Pereira Pedroso, Roberto José Silveira Honorato, Claudio Jorge Pinto Alves para compor a Comissão, indicando também os Especialistas Georges de Moura Ferreira e Maria Helena Fonseca de Souza Rolim para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relatora do Colegiado.
**. O Ato do Presidente nº 16, de 25 de junho de 2015, fixa em 24 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Eduardo Sanovicz, Milton Arantes Costa, Ricardo Nogueira da Silva, José Adriano Castanho Ferreira, Ricardo Bernardi, Fernando Silva Alves de Camargo e Carlos Ebner para compor a Comissão.

Secretário(a): Eduardo do Lago de Sá - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes
Telefone(s): 3303 3511
E-mail: coceti@senado.leg.br

13) COMISSÃO ESPECIAL PARA O APRIMORAMENTO DO PACTO FEDERATIVO

Finalidade: Debater e propor soluções para o aprimoramento do Pacto Federativo.
(Ato do Presidente nº 8, de 2015)

Número de membros: 18

PRESIDENTE: Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)
RELATOR: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

Designação: 26/05/2015
Instalação: 27/05/2015
Prazo final: 25/08/2015

MEMBROS

Senadora Ana Amélia (PP)
Senador Antonio Anastasia (PSDB)
Senador Cristovam Buarque (PDT)
Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Senador José Serra (PSDB)
Senador Lindbergh Farias (PT)
Senadora Lúcia Vânia (S/Partido)
Senadora Marta Suplicy (S/Partido)
Senador Omar Aziz (PSD)
Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senadora Simone Tebet (PMDB)
Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Walter Pinheiro (PT)
Senador Blairo Maggi (PR)
Senador Roberto Rocha (PSB)
Senador Donizeti Nogueira (PT)

Notas:
*. O Ato do Presidente nº 8, de 26 de maio de 2015, fixa em 15 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Senadores Ana Amélia, Antonio Anastasia, Cristovam Buarque, Eduardo Amorim, Fernando Bezerra Coelho, José Serra, Lindbergh Farias, Lúcia Vânia, Marta Suplicy, Omar Aziz, Romero Jucá, Ronaldo Caiado, Simone Tebet, Waldemir Moka e Walter Pinheiro para compor a Comissão, indicando também os Senadores Walter Pinheiro, Simone Tebet e Fernando Bezerra Coelho para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Relator do Colegiado.
**. O Ato do Presidente nº 10, 28 de maio de 2015, fixou em 17 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Senadores Blairo Maggi e Roberto Rocha para compor a Comissão.
***. O Ato do Presidente nº 14, 25 de junho de 2015, fixou em 18 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando o Senador Donizeti Nogueira para compor a Comissão.

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes
Telefone(s): 33033508
E-mail: coceti@senado.gov.br

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DO CARF

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar denúncias nos julgamentos realizados pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).

Requerimento nº 407, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) (1)
RELATOR: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (1)

Leitura: 28/04/2015
Designação: 13/05/2015
Instalação: 19/05/2015
Prazo final: 15/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	2. Senador Benedito de Lira (PP-AL) (3)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	2.
Senador Hélio José (PSD-DF) (2)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (4)
Senador Wilder Morais (DEM-GO) (5)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

*. Em 13.05.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Ofs. nºs 51 e 55/2015-BLSDEM).

**. Em 13.05.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 34/2015-BLUFOR).

***. Em 13.05.2015, os Senadores Simone Tebet e Otto Alencar foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a Comissão (Of. 133/2015-GLPMDB)

****. Em 13.05.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Of. 107/2015-GLPSDB)

*****. Em 14.05.2015, os Senadores José Pimentel, Humberto Costa, Donizeti Nogueira e Acir Gurgacz foram designados membros titulares e o Senador Ivo Cassol, membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. nº 70/2015-BLDBAG).

1. Em 19.05.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Donizeti Nogueira e Vanessa Grazziotin, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relatora deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICARF).

2. Em 20.05.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Of. 162/2015-GLPMDB)

3. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 71/2015-GLDBAG)

4. Em 02.06.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 120/2015-GLPSDB).

5. Em 02.06.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 38/2015-GLDEM).

Secretário(a): Felipe Geraldes - Adjunto - Eduardo do Lago de Sá
Telefone(s): 33034854/3511
E-mail: coceti@senado.leg.br

2)CPI DAS PRÓTESES

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos procedimentos médicos de colocação de órteses e próteses no País, desde a indicação e execução dos procedimentos até a cobrança pelos produtos e serviços prestados.

Requerimento nº 93, de 2015

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) (3)
VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (3)
RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) (3)

Leitura: 02/03/2015
Designação: 25/03/2015
Instalação: 31/03/2015
Prazo final: 26/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) (1)	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)
Senador Paulo Paim (PT-RS)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) (2)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
VAGO (4)	1. VAGO (5)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1.

Notas:
*. Em 25.03.2015, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 27/2015-GLBSD).
**. Em 25.03.2015, os Senadores Humberto Costa e Paulo Paim foram designados membros titulares, e o Senador Donizeti Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 28/2015-GLDBAG).
***. Em 25.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro titular, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 82/2015-GLPSDB).
****. Em 25.03.2015, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a CPI (Of. 77/2015-GLPMDB).
*****. Em 25.03.2015, o Senador Magno Malta foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 16/2015-BLUFOR).
******. Em 25.03.2015, o Senador Marcello Crivella foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Of. 24/2015-BLUFOR).
1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
2. Em 25.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. 66/2015-GLPMDB).
3. Em 31.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Aloysio Nunes Ferreira e Humberto Costa, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIDPRO).
4. Em 28.04.2015, o Senador Romário deixa de integrar, como titular, a CPI das Próteses (Of. 50/2015-BLSDEM).
5. Em 13.05.2015, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter deixado de integrar a Comissão (Of. 56/2015-BLSDEM).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues
Telefone(s): 61 33033492/3501
Fax: 33031176
E-mail: coceti@senado.leg.br

3)CPI DOS FUNDOS DE PENSÃO

Finalidade: Investigar irregularidades e prejuízos ocorridos a partir de 2003 na administração de recursos financeiros em entidades fechadas de previdência complementar (Fundos de Pensão) nas sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente pela União

Requerimento nº 478, de 2015

Número de membros: 13 titulares e 8 suplentes

Leitura: 06/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
	1.
	2.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
	1.

4)CPI DO HSBC

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por onze senadores titulares e seis suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades praticadas pelo HSBC na abertura de contas na Suíça.

Requerimento nº 94, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) (3)
VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) (3)
RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) (3)

Leitura: 02/03/2015
Designação: 18/03/2015
Instalação: 24/03/2015
Prazo final: 19/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) (1)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (9)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (5,6,7)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (9)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)	1.
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2,10)	2.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (8)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (4)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)	1. Senador José Medeiros (PPS-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:
*. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Rocha, Fátima Bezerra, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; os Senadores Ciro Nogueira e Paulo Paim, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Ofs. 29 e 37/2015-GLDBAG; e Mem. 51/2015-GLDPP).
**. Em 18.03.2015, os Senadores Ricardo Ferraço, Waldemir Moka e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 75/2015-GLPMDB).
***. Em 18.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular, e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente, pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Of. 15/2015-BLUFOR).
****. Em 18.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 26/2015-BLSDEM).
*****. Em 18.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, e o Senador Aloysio Nunes Ferreira, membro suplente, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Ofs. 60 e 61/2015-GLPSDB).
1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)
2. Em 19.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 81/2015-GLPMDB).
3. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Rocha, o Senador Randolfe Rodrigues, e o Senador Ricardo Ferraço, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Memo nº 1/2015 - CPIHSBC).
4. Em 25.03.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. nº 24/2015-GLDEM).
5. Em 30.03.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Paim ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 45/2015-GLDBAG).
6. Em 31.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 46/2015-GLDBAG).
7. Em 31.03.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 43/2015-BLSDEM).
8. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPSDB).

9. Em 05.05.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Regina Sousa, que passou a compor a Comissão como membro suplente (Of. 67/2015-GLDBAG).
10. Em 20.05.2015, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 161/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Rogério Faleiro Machado - Adjunto - Eduardo do Lago de Sá
Telefone(s): 61 33033510/11
Fax: 61 33031176
E-mail: coceti@senado.leg.br

5)CPI DA CBF

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL).

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

Leitura: 28/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
	1.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
	1.

6)CPI DO ASSASSINATO DE JOVENS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o assassinato de jovens no Brasil.

Requerimento nº 115, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)
RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (1)

Leitura: 05/03/2015
Designação: 29/04/2015
Instalação: 06/05/2015
Prazo final: 01/11/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
VAGO (2)	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) (2)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1.

Notas:
*. Em 29.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Ofs. 129/2015-GLPMDB e 51/2015-GLBSD).
**. Em 29.04.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 35/2015-GLBSD).
***. Em 29.04.2015, os Senadores Paulo Paim, Angela Portela, Telmário Mota e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Ofs. 42 e 52/2015-GLDBAG).
****. Em 29.04.2015, a Senadora Maria do Carmo foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 18/2015-GLDEM).
*****. Em 29.04.2015, o Senador Magno Malta é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força para compor a Comissão (Of. 17/2015-BLUFOR)
******. Em 29.04.2015, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 128/2015-GLPMDB).
1. Em 06.05.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lídice da Mata, Paulo Paim e Lindbergh Farias, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIADJ).
2. Em 06.05.2015, vago em virtude de a Senadora Simone Tebet deixar de ser membro titular e passar a compor a Comissão na condição de membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 141/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes
Telefone(s): 33033508/3514
Fax: 33031176
E-mail: coceti@senado.leg.br

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) (6)
VICE-PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) (6)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) (3)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Delcídio do Amaral (PT)	2. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Lindbergh Farias (PT)	3. Senador Donizeti Nogueira (PT) (10)
Senador Walter Pinheiro (PT)	4. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Reguffe (PDT)	5. Senador Cristovam Buarque (PDT) (5)
Senador Telmário Mota (PDT)	6. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	7. Senador Gladson Cameli (PP)
Senador Ciro Nogueira (PP)	8. Senador Ivo Cassol (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Romero Jucá (PMDB)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Waldemir Moka (PMDB)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Raimundo Lira (PMDB)	3. Senador José Maranhão (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	4. Senadora Lúcia Vânia (S/Partido) (7)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Senador Jader Barbalho (PMDB) (9)
Senador Roberto Requião (PMDB)	6. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) (11)
Senador Omar Aziz (PSD)	7. Senadora Rose de Freitas (PMDB) (13)
VAGO (12)	8. Senador Hélio José (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) (8,14)	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador José Serra (PSDB)
Senador Wilder Morais (DEM)	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Senador Dalirio Beber (PSDB) (15)
Senador Alvaro Dias (PSDB) (1)	4. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Tasso Jereissati (PSDB)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM) (2)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	3. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Marcelo Crivella (PRB)	2. Senador Elmano Férrer (PTB)
Senador Wellington Fagundes (PR)	3. Senador Blairo Maggi (PR) (4)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Amorim e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAE (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, Roberto Rocha e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CAE (Of. 3/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Gleisi Hoffmannn, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Humberto Costa, Fátima Bezerra e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio de Apoio ao Governo, para compor a CAE (Of. 4/2015-GLDBAG).
****. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).
*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Of. 13/2015-GLPSDB).
******. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Camelli e Ivo Cassol membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CAE (Mem. 21 a 24/2015-GLDPP).
*******. Em 05.03.2015, os Senadores Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz e Luiz Henrique foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Eunicio Oliveira, José Maranhão e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria para compor a CAE (Of. 043/2015-GLPMDB).
1. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador José Serra (Of. 23/2015-GLPSDB)
2. Em 03.03.2015, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 42/2015-GLPSDB)
3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).
5. Em 06.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Fátima Bezerra (Of. 20/2015-GLDBAG).
6. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio do Amaral e Raimundo Lira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 17/2015-CAE).
7. Em 18.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Ofs. 51/2015-GLPMDB e 81/2015-GLPSDB)
8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Antonio Anastasia, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado e Davi Alcolumbre (Of. 89/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 121/2015-GLPMDB).
10. Em 05.05.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. 65/2015-GLDBAG).
11. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 142/2015-GLPMDB).
12. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
13. Em 18.05.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 159/2015-GLPMDB).
14. Em 19.05.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Ataídes Oliveira e Antonio Anastasia (Of. 112/2015-GLPSDB).
15. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que deixa de integrar a Comissão (Of. 112/2015-GLPSDB).

Secretário(a): Camila Moraes Bittar
Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas - Ala Alexandre Costa, Plenário nº 19
Telefone(s): 61 33033516
E-mail: cae@senado.leg.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 311-3516/4605
Fax: 3303-4344
E-mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605/3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) (7)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (7)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) (4)	
Senador Humberto Costa (PT)	1. VAGO (11)
Senador Paulo Rocha (PT)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT)
Senador Paulo Paim (PT) (11)	3. Senador José Pimentel (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	4. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senadora Angela Portela (PT)	5. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senadora Ana Amélia (PP)	6. Senador Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador João Alberto Souza (PMDB)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD) (10)	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador Waldemir Moka (PMDB)	3. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Dário Berger (PMDB)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB) (6,10)
Senador Edison Lobão (PMDB) (6)	5. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) (12)
Senador Otto Alencar (PSD)	6.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador Wilder Morais (DEM)
Senadora Lúcia Vânia (S/Partido)	2. VAGO (5,8)
Senador Dalirio Beber (PSDB) (13)	3.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB) (13)	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB) (1)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador Roberto Rocha (PSB) (9)	2. Senador Romário (PSB) (9)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB) (1)	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Vicentinho Alves (PR) (2,3)
Senador Elmano Férrer (PTB)	2. VAGO
Senador Eduardo Amorim (PSC) (3)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAS (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CAS (Of. 04/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Regina Sousa e Angela Portela como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Walter Pinheiro e Fátima Bezerra como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAS (Of. 7/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Wilder Morais, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Lúcia Vânia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Of. 15/2015-GLPSDB).

******. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Benedito de Lira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CAS (Mem. 25 e 26/2015-GLDPP).

*******. Em 04.03.2015, os Senadores João Alberto Souza, Rose de Freitas, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CAS (Of. 010/2015-GLPMDB).

1. A partir de 25.02.2015, o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e o Bloco Parlamentar União e Força compartilham as vagas de terceiro titular e terceiro suplente.

2. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 11/2015-BLUFOR).

3. Em 03.03.2015, o Senador Eduardo Amorim deixou a suplência e foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of.10/2015-BLUFOR).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 14/2015-GLDBAG).
5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 47/2015-GLPSDB).
6. Em 12.03.2015, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 53/2015-GLPMDB).
7. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Edison Lobão e Maria do Carmo Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CAS).
8. Em 18.03.2015, o Senador Tasso Jereissati deixou de integrar, como suplente, a CAS (Of. 80/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Romário, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 47/2015-GLBSD).
10. Em 14.04.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 119/2015-GLPMDB).
11. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 61/2015-GLDBAG).
12. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 143/2015-GLPMDB).
13. Em 19.05.2015, os Senadores Dalirio Beber e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 113/2015-GLPSDB).

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo
Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 33034608
Fax: 3303 3652
E-mail: cas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Maranhão (PMDB-PB) (4)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) (5)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) (3)	
Senador Jorge Viana (PT) (8)	1. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	2. Senador Delcídio do Amaral (PT) (9)
Senador José Pimentel (PT)	3. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senadora Fátima Bezerra (PT)	4. Senadora Angela Portela (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	5. Senador Zeze Perrella (PDT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	6. Senador Paulo Paim (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	7. Senador Ivo Cassol (PP)
Senador Ciro Nogueira (PP)	8. Senadora Ana Amélia (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Roberto Requião (PMDB)
Senador Edison Lobão (PMDB)	2. Senador Omar Aziz (PSD)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) (6)
Senador Romero Jucá (PMDB)	4. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senadora Simone Tebet (PMDB)	5. Senador Dário Berger (PMDB)
Senador Valdir Raupp (PMDB) (6)	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB)
Senador Jader Barbalho (PMDB) (11,15)	7. Senador Sérgio Petecão (PSD)
Senador José Maranhão (PMDB)	8. Senador Raimundo Lira (PMDB) (13)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) (7)	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (10,16)
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	2. Senador Alvaro Dias (PSDB)
Senador Aécio Neves (PSDB) (10,16)	3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador José Serra (PSDB) (1,12,17)	4. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Senador Antonio Anastasia (PSDB)	5. Senador Wilder Morais (DEM) (2)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador Roberto Rocha (PSB)	2. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) (14)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	3. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Marcelo Crivella (PRB)	2. Senador Blairo Maggi (PR) (18,19)
Senador Magno Malta (PR)	3. Senador Elmano Férrer (PTB)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Walter Pinheiro, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Angela Portela, Zezé Perrella e Paulo Paim como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCJ (Of. 3/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Morais, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Marcelo Crivella e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra, Blairo Maggi e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCJ (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, João Capiberibe e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Of. 05/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Antônio Anastasia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Of. 16/2015-GLPSDB).

******. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol e Ana Amélia membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CCJ (Mem. 27 a 29 e 44/2015-GLDPP).
*******. Em 04.03.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Luiz Henrique e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Rose de Freitas e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 011/2015-GLPMDB).
1. Em 27.02.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 25/2015-GLPSDB).
2. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. 23/2015-GLPSDB).
3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
4. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Maranhão Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CCJ).
5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Pimentel Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2015-CCJ).
6. Em 25.03.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Garibaldi Alves Filho, que passa à suplência (Of. 92/2015-GLPMDB).
7. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes de Oliveira, Maria do Carmo Alves e Wilder Morais (Of. 87/2015-GLPSDB).
8. Em 05.05.2015, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 62/2015-GLDBAG).
9. Em 05.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Jorge Viana (Of. 62/2015-GLDBAG).
10. Em 08.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador Aécio Neves, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLPSDB).
11. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
12. Em 11.05.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLPSDB).
13. Em 12.05.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 152/2015-GLPMDB).
14. Em 12.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador João Capiberibe, que deixou de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLSDEM).
15. Em 12.05.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 153/2015-GLPMDB).
16. Em 14.05.2015, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. 110/2015-GLPSDB).
17. Em 14.05.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 111/2015-GLPSDB).
18. Em 08.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Blairo Maggi, que deixou de compor a Comissão (Of. 037/2015-BLUFOR).
19. Em 16.06.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 038/2015-BLUFOR).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: ccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 61-3303-3972
Fax: 61-3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (1)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) (2)	
Senadora Fátima Bezerra (PT)	1. VAGO (8)
Senadora Angela Portela (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	3. Senador Zeze Perrella (PDT) (4)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	4. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	5. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Paulo Paim (PT)	6. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senador Ivo Cassol (PP)	7. Senador Ciro Nogueira (PP)
Senador Gladson Cameli (PP) (5)	8. Senadora Ana Amélia (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2. Senador Roberto Requião (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB)	3. Senador Ricardo Ferraço (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	4. Senador Hélio José (PSD)
Senador Otto Alencar (PSD)	5. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) (9)
Senador Dário Berger (PMDB) (3)	6.
Senador Jader Barbalho (PMDB) (7)	7.
	8.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador José Agripino (DEM)
Senador Wilder Morais (DEM)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Alvaro Dias (PSDB)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Antonio Anastasia (PSDB)	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador Dalirio Beber (PSDB) (6,10)	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)
Senador Romário (PSB)	2. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)
Senador Roberto Rocha (PSB)	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC)	2.
Senador Douglas Cintra (PTB)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins e Paulo Paim como membros titulares; e os Senadores Marta Suplicy, Regina Sousa, José Pimentel, Walter Pinheiro, Telmário Mota e Lindbergh Farias como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CE (Of. 5/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata, Romário e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues e Fernando Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CE (Of. 06/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CE (Of. 15/2015-GLPMDB).

******. Em 26.02.2015, os Senadores Alvaro Dias, Antônio Anastasia e Lúcia Vânia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ataídes Oliveira, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Of. 17/2015-GLPSDB).
********. Em 02.03.2015, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Ana Amélia, como membros suplentes, pelo PP, para compor a CE (Memorandos nos. 30, 31, 32 e 47/2015-GLDPP).
1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Fátima Bezerra, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CE).
2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
3. Em 04.03.2015, o Senador Dário Berger foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 34/2015-GLPMDB).
4. Em 06.03.2015, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 21/2015-GLDBAG).
5. Em 17.03.2015, o Senador Galdson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira(Of. 36/2015-GLDBAG).
6. Em 24.03.2015, vago em virtude de a Senadora Lúcia Vânia ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015 - GLPSDB).
7. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 120/2015-GLPMDB).
8. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de integrar a Comissão (Of. 64/2015-GLDBAG).
9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 145/2015-GLPMDB).
10. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 114/2015-GLPSDB).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: ce@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 311-3498/4604/2
Fax: 311-3121/1319

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 311-3498/4604
Fax: 311-3121/1319

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (1)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) (2)	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Reguffe (PDT)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT) (7)
Senador Paulo Rocha (PT)	4. Senador Delcídio do Amaral (PT) (5)
Senador Ivo Cassol (PP)	5. Senador Benedito de Lira (PP) (3)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB)
Senador Jader Barbalho (PMDB) (9)	2. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Otto Alencar (PSD)	3. VAGO (10)
	4. Senadora Sandra Braga (PMDB) (6)
	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) (8)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Alvaro Dias (PSDB)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB)	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador João Capiberibe (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Blairo Maggi (PR) (4)
Senador Douglas Cintra (PTB)	2. Senador Fernando Collor (PTB) (11)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Davi Alcolumbre como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e João Capiberibe foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 08/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CMA (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerro, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Of. 24/2015-GLPSDB).

******. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, Sandra Braga e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CMA (Of. 16/2015-GLPMDB).

*******. Em 26.02.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, pelo PP, para compor a CMA (Of. 37/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Ataídes Oliveira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CMA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015 o Senador Benedito de Lira foi indicado membro suplente pelo PP (Memo. nº 52/2015-GLDPP).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 17.03.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo(Of. 31/2015-GLDBAG).

6. Em 17.03.2015, a Senadora Sandra Braga foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 36/2015-GLPMDB).

7. Em 24.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of. 38/2015-GLDBAG).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira e Davi Alcolumbre (Of. 90/2015-GLPSDB).

9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 122/2015-GLPMDB).

10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 23.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 42/2015-BLUFOR).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Reuniões: Terças-Feiras 8:30 horas -
Telefone(s): 61 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: cma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Jorge Viana (PT)	1.
Senador Reguffe (PDT)	2.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Roberto Rocha (PSB) (1)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1.

Notas:
1. Em 12.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia (Mem. 30/2015-CMA).
*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Jorge Viana e Reguffe, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp e Sandra Braga, pelo Bloco da Maioria; Aloysio Nunes Ferreira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 24/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Donizeti Nogueira (PT)	1. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	2.
Senador Ivo Cassol (PP)	3.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1.
Senador João Alberto Souza (PMDB)	2.
VAGO (1)	3.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1.

Notas:

1. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, João Alberto Souza e Luiz Henrique, pelo Bloco da Maioria; Ronaldo Caiado, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foi designado ainda como suplente o Senador Delcídio Amaral, pelo Bloco de Apoio ao Governo, na Subcomissão (Mem. 23/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o obejtivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 20, de 2010)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) (2)
RELATOR: Senador Paulo Rocha (PT-PA) (2)

Designação: 15/04/2015

Instalação: 13/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Delcídio do Amaral (PT) (5)	1. Senador Paulo Rocha (PT) (1,5)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Ivo Cassol (PP) (4)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (3)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)

Notas:
1. Em 12.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Mem. 30/2015-CMA).
2. Em 13.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral e Paulo Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Of. 31/2015-CMA).
3. Em 19.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Mem. 33/2015-CMA).
4. Em 19.05.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Mem. 33/2015-CMA).
5. Em 19.05.2015, o Senador Delcídio Amaral foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha, que passou a compor a comissão como membro suplente (Mem. 33/2015-CMA).
*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Paulo Rocha, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria, Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, Vanessa Grazziotin, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Memo. 25/2015-CMA).
**. Em 15.04.2015, a CMA reunida aprovou o RMA nº 5, de 2015, que reativa esta Subcomissão, com cinco vagas para membros titulares e igual número de suplentes.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhamento e fiscalização de obras inacabadas.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 6, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) (1)
RELATOR: Senador Douglas Cintra (PTB-PE) (1)

Designação: 06/05/2015

Instalação: 20/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Donizeti Nogueira (PT)	1.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Roberto Rocha (PSB)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1.

Notas:
1. Em 20.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Valdir Raupp e Douglas Cintra, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Mem. 34/2015-CMA).
*. Em 06.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria; Ataídes Oliveira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Roberto Rocha, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 28/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Reuniões: Terças-Feiras 8:30 horas -
Telefone(s): 61 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: cma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) (6)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) (4)	
Senador Paulo Paim (PT)	1. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	2. Senador Benedito de Lira (PP) (8,10)
Senadora Angela Portela (PT) (8)	3. Senador Telmário Mota (PDT) (3)
Senadora Fátima Bezerra (PT)	4. Senador Cristovam Buarque (PDT) (2)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	5. Senador Humberto Costa (PT)
	6.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Dário Berger (PMDB)	1. Senadora Simone Tebet (PMDB)
Senador Hélio José (PSD)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD)
Senadora Rose de Freitas (PMDB) (7,12)	3. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) (9)
Senador Omar Aziz (PSD) (12)	4.
Senador Valdir Raupp (PMDB) (13)	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB) (11)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB) (11)	3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) (11)	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Romário (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	2. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) (5)
Senador Vicentinho Alves (PR)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDH (Of. 11/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Marta Suplicy, Fátima Bezerra e Donizeti Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Lindbergh Farias, Angela Portela, Lasier Martins, Reguffe e Humberto Costa como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDH (Of. 9/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membros titular; e o Senador Davia Alcolumbre, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDH (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Dário Berger, Hélio José e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Simone Tebet e Sérgio Petecão como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 14/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2015-CDH).

2. Em 03.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Reguffe (Of.15/2015).

3. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of.16/2015).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

5. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 14/2015-BLUFOR).

6. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Capiberibe Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 24/2015-CDH).

7. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPMDB).

8. Em 05.05.2015, a Senadora Angela Portela foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 63/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 144/2015-GLPMDB).
10. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 72/2015-GLDBAG).
11. Em 28.05.2015, os Senadores Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro e Cássio Cunha Lima foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 116/2015-GLPSDB).
12. Em 29.05.2015, os Senadores Rose de Freitas e Omar Aziz foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria (Of. 165/2015-GLPMDB).
13. Em 03.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 174/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -
Telefone(s): 61 3303-4251
Fax: 3303-4646
E-mail: cdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Cristovam Buarque (PDT)	1. Senadora Marta Suplicy (S/Partido)
Senadora Regina Sousa (PT)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Hélio José (PSD)	1. Senador Dário Berger (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB) (1)	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

*. Em 14.04.2015, os Senadores Cristovam Buarque e Regina Souza foram designados membros titulares; e as Senadoras Marta Suplicy e Fátima Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 34/2015 - CDH).

**. Em 14.04.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, em vaga compartilhada entre os Blocos Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

***. Em 14.04.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular; e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco da Maioria (Of. nº 34/2015 - CDH).

****. Em 14.04.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco da Oposição (Of. nº 34/2015 - CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -
Telefone(s): 61 3303-4251
Fax: 3303-4646
E-mail: cdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (3)
VICE-PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) (3)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) (1)	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Lindbergh Farias (PT)	2. Senador Telmário Mota (PDT)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	4. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	5. VAGO (9)
Senadora Ana Amélia (PP)	6. Senador Benedito de Lira (PP) (6)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Edison Lobão (PMDB)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB)
VAGO (10)	3. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	4. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Senador Hélio José (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Senador Tasso Jereissati (PSDB) (2)	3. Senador José Serra (PSDB)
Senador Paulo Bauer (PSDB) (4,7)	4. Senador Antonio Anastasia (PSDB) (2,5,8)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senador João Capiberibe (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Magno Malta (PR)	2. Senador Wellington Fagundes (PR)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).

******. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).

*******. Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).

3. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).

4. Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).

5. Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).
6. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira(Of. 35/2015-GLDBAG).
7. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 106/2015-GLPSDB).
8. Em 05.05.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de compor a Comissão (Of. 66/2015-GLDBAG).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: cre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) (6)
VICE-PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) (6)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) (2)	
Senador Delcídio do Amaral (PT)	1. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	2. Senadora Angela Portela (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	3. Senador José Pimentel (PT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	4. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Telmário Mota (PDT)	5. VAGO (10)
Senador Ciro Nogueira (PP) (5)	6. Senador Ivo Cassol (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)	1. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Valdir Raupp (PMDB)	3. Senador Dário Berger (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB) (7,8)	4. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB) (4)	5. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Hélio José (PSD)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD) (4,9)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Senador Wilder Morais (DEM)	2. Senador José Agripino (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3.
Senador Paulo Bauer (PSDB)	4.
	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senador Roberto Rocha (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2.
	3.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR) (3)	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Wellington Fagundes (PR)	2. Senador Vicentinho Alves (PR) (1)
Senador Elmano Férrer (PTB)	3. Senador Eduardo Amorim (PSC) (3)

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha e Cristovam Buarque como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CI (Of. 6/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Douglas Cintra pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CI (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CI (Of. 07/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Ronaldo Caiado e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e José Agripino, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Bauer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 21/2015-GLPSDB).

******. Em 26.02.2015, o Senador Gladson Camelli foi designado membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente, pelo PP, para compor a CI (Memorandos nos. 33 e 34/2015-GLDPP).

*******. Em 04.03.2015, os Senadores Garibaldi Alves Filho, Sandra Braga, Valdir Raupp, Fernando Ribeiro, Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares; e os Senadores Edison Lobão, Waldemir Moka, Dário Berger, Eunício Oliveira e Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CI (Of. 020/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 12/2015-BLUFOR).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 13 e 14/2015-BLUFOR).
4. Em 10.03.2015, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 52/2015-GLPMDB).
5. Em 17.03.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 34/2015-GLDBAG).
6. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Garibaldi Alves Filho e Ricardo Ferraço, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste Colegiado (Of. 01/2015-CI).
7. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Fernando Ribeiro não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jader Barbalho.
8. Em 14.04.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 118/2015-GLPMDB).
9. Em 04.05.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 137/2015-GLPMDB).
10. Em 05.05.2015, vago em virtude de o Senador Cristovam Buarque ter deixado de compor a Comissão (Of. 60/2015 - GLDBAG).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286
E-mail: ci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wilder Morais (DEM-GO) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (1)

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Sérgio Petecão (PSD)	1. Senador Walter Pinheiro (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Hélio José (PSD)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB) (2)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Morais (DEM)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:
1. Em 10.06.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Wilder Morais e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste Colegiado (Of. 20/2015-CI).
2. Em 10.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado, nos termos do art. 89, IV, do RISF, membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 20/2015-CI).
*. Em 20.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Sérgio Peteção, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Hélio José, pelo Bloco da Maioria, Wilder Morais, pelo Bloco Parlamentar da Oposição. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Walter Pinheiro, pelo Bloco de Apoio ao Governo e Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 16/2015-CI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286
E-mail: ci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (8)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) (3)	
Senador José Pimentel (PT)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT)
Senador Paulo Rocha (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	4. VAGO (1,10)
Senador Gladson Cameli (PP)	5. Senador Ciro Nogueira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB)
Senador Jader Barbalho (PMDB) (11,12)	2. VAGO (7)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB) (7)	4. Senador Romero Jucá (PMDB)
	5. Senador Dário Berger (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
VAGO (5)	2. Senadora Lúcia Vânia (S/Partido)
VAGO (6,13)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB) (9)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) (4)
Senador Elmano Férrer (PTB)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e os Senadores Fernando Bezerra e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLBSD).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa e Walter Pinheiro foram designados membros titulares; e os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Fátima Bezerra e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 4/2015-BLUFOR).

*****. Em 26.02.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Of. 22/2015-GLPSDB).

******. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, José Maranhão e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, João Alberto Souza, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Dário Berger como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 15/2015-GLPMDB).

*******. Em 02.03.2015, o Senador Gladson Camelli foi designado membro titular, e o Senador Ciro Nogueira como membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CDR (Mem. 38 e 39/2015-GLDPP).

********. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 18/2015-GLBSD).

1. Em 03.03.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 17/2015-GLDBAG)

2. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Of. 115/2015-CDR).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 46/2015-GLPSDB).

6. Em 06.03.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 50/2015-GLPSDB).

7. Em 12.03.2015, o Senador João Alberto Souza deixa a suplência e passa a ser membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 56/2015-GLPMDB)

8. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Alberto Souza Vice-Presidente deste colegiado (Of. 153/2015-CDR).
9. Em 19.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 83/2015-GLPSDB).
10. Em 26.03.2015, vago em virtude do Senador Lasier Martins ter deixado de compor a comissão (Of. 43/2015-GLDBAG).
11. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPMDB).
12. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 126/2015-GLPMDB).
13. Em 26.05.2015, vago em virtude de o Senador Antonio Anastasia ter deixado de compor a Comissão (Of. 113/2015-GLPSDB).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: cdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (1)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) (2)	
Senador Acir Gurgacz (PDT)	1. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	2. Senador Lasier Martins (PDT)
Senador Zeze Perrella (PDT)	3.
Senador Delcídio do Amaral (PT)	4.
Senadora Ana Amélia (PP)	5. Senador Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Waldemir Moka (PMDB)	1. Senador José Maranhão (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Dário Berger (PMDB)	3. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	4. Senador Ricardo Ferraço (PMDB) (5,6)
Senador Jader Barbalho (PMDB) (4)	5. Senador Hélio José (PSD) (6)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Wilder Morais (DEM)
Senadora Lúcia Vânia (S/Partido) (3)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1.
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Blairo Maggi (PR)	2. Senador Elmano Férrer (PTB)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Morais como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Blairo Maggi foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra e Elmano Férrer como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRA (Of. 4/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Zezé Perrella e Delcídio do Amaral foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Lasier Martins como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRA (Of. 11/2015-GLDBAG).

****. Em 26.02.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 18/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores José Maranhão, Valdir Raupp, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CRA (Of. 17/2015-GLPMDB).

******. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular; e o Senador Benedito de Lira, como membro suplente, pelo PP, para compor a CRA (Memorandos nos. 40 e 41/2015-GLDPP).

*******. Em 03.03.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Of. 14/2015-GLBSD).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ana Amélia e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 10/2015-CRA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 06.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 48/2015-GLPSDB).

4. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 127/2015-GLPMDB).

5. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

6. Em 24.06.2015, os Senadores Ricardo Ferraço e Hélio José foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (Of. 179/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: cra@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3311-3506/3321
Fax: 3311-1017
E-mail: scomcra@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador Hélio José (PSD-DF) (7)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) (3)	
Senador Cristovam Buarque (PDT)	1. Senador Zeze Perrella (PDT)
Senador Lasier Martins (PDT)	2. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senadora Angela Portela (PT)	4. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Ivo Cassol (PP)	5. Senador Gladson Cameli (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB)	2. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	3. VAGO (8)
Senador Omar Aziz (PSD) (5)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB)
Senador Hélio José (PSD) (6)	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senador José Agripino (DEM)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL) (2)	2. Senador Roberto Rocha (PSB) (9)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) (4)
Senador Vicentinho Alves (PR)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCT (Of. 4/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e o Senador José Agripino como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCT (Of. 10/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Walter Pinheiro e Angela Portela foram designados membros titulares; e os Senadores Zezé Perrella, Jorge Viana, Delcídio do Amaral e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCT (Of. 13/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Of. 19/2015-GLPSDB).

******. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, Edison Lobão, Luiz Henrique e Rose de Freitas, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCT (Of. 12/2015-GLPMDB).

*******. Em 02.03.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular e o Senador Gladson Camelli membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CCT (Mem. 42 e 43/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Presidente deste colegiado (Mem. 1/2015-CCT).
2. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia (Of. 18/2015-GLBSD)
3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 14/2015-BLUFOR).
5. Em 10.03.2015, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 40/2015- GLPMDB).
6. Em 24.03.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 87/2015-GLPMDB).
7. Em 07.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Hélio José Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 7/2015-CCT).
8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
9. Em 26.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Mem. 57/2015-BLSDEM).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-1120
E-mail: cct@senado.gov.br

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) (1)	
Senador Paulo Paim (PT)	1. Senadora Angela Portela (PT)
Senadora Fátima Bezerra (PT)	2. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	3. Senador Ivo Cassol (PP)
Senador Gladson Cameli (PP)	4. Senadora Gleisi Hoffmann (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
VAGO (3,6,8)	1. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB)
VAGO (4)	3. Senador Edison Lobão (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Morais (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB) (7)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Blairo Maggi (PR) (2)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CSF (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CSF (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 12.03.2015, os Senadores Hélio José, Sérgio Petecão e Waldemir Moka foram designados membros titulares; os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp e Edison Lobão, membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CSF (Of. 19/2015-GLPMDB).

****. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque e Gladson Cameli foram designados membros titulares; os Senadores Angela Portela, Paulo Rocha, Ivo Cassol e Gleisi Hoffmann, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CSF (Of. 30/2015-GLDBAG).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
2. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).
3. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Hélio José ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015-GLPMDB).
4. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldermir Moka ter deixado de integrar a Comissão (Of. 90/2015-GLPMDB).
5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CSF).
6. Em 25.03.2015, o Senador Juiz Henrique foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 091/2015-GLPMDB)
7. Em 22.04.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 47/2015-BLSDEM)
8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Telefone(s): 61 33031095

E-mail: csf@senado.leg.br

CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	COORDENADOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) (2)

1ª Eleição Geral: 19/04/1995
2ª Eleição Geral: 30/06/1999
3ª Eleição Geral: 27/06/2001
4ª Eleição Geral: 13/03/2003
5ª Eleição Geral: 23/11/2005
6ª Eleição Geral: 06/03/2007
7ª Eleição Geral: 14/07/2009
8ª Eleição Geral: 26/04/2011
9ª Eleição Geral: 06/03/2013
10ª Eleição Geral: 02/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. VAGO (3)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (3)	4.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	4.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Morais (DEM-GO)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (1)	2.
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)	1.
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	1.
	2.
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
(/)	

Atualização: 16/06/2015

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 11/06/2015.
2. Eleitos na 1ª reunião do Conselho realizada em 16/06/2015.
3. Em 16/06/2015, o Senador Paulo Rocha deixa a suplência e é eleito membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 075/2015-GLDBAG).

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

3) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 12/02/2009
5ª Designação: 11/02/2011
6ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
VAGO
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO

Atualização: 12/03/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-4561/3303-5258
Fax: 3303-5258
E-mail: saop@senado.leg.br

4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS

(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL)

MEMBROS
PTB
Senador Fernando Collor (AL)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PMDB
Senador Romero Jucá (RR)
(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.

5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Douglas Cintra (PTB-PE) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador José Agripino (DEM-RN) (1)

1ª Designação: 23/03/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 11/03/2013
4ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Eunício Oliveira (CE)
PT
Senador Delcídio do Amaral (MS)
PSDB
Senador Tasso Jereissati (CE)
PSB
Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)
PDT
Senador Acir Gurgacz (RO)
PR
Senador Blairo Maggi (MT)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senador Ciro Nogueira (PI)
PTB
Senador Douglas Cintra (PE)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSOL
Senador Randolfe Rodrigues (AP)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 19/03/2015

Notas:
1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)

1ª Designação: 30/11/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 21/03/2012
4ª Designação: 11/03/2013
5ª Designação: 20/05/2014
6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
PT
Senador Paulo Paim (RS)
PSDB
Senador Flexa Ribeiro (PA)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Lasier Martins (RS)
PR
Senador Magno Malta (ES)
PSD
Senador Sérgio Petecão (AC)
DEM
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
PP
Senador Gladson Cameli (AC)
PTB
Senador Fernando Collor (AL)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSOL
Senador Randolfe Rodrigues (AP)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 17/03/2015

Notas:
1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL

(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

Número de membros: 18 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 12/09/2012
2ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO
Representante da sociedade civil organizada
VAGO
Pesquisador com produção científica relevante
VAGO
Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente
VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303.5258
Fax: 3303.5260
E-mail: saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA GOUVEIA NOWILL

(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 22/08/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PTB
PP
VAGO
PDT
VAGO
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO

(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 20/12/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PTB
PP
PDT
VAGO
PSB
VAGO
DEM
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO
SD
VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

COORDENADOR: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) (1)

1ª Designação: 16/11/1995
2ª Designação: 30/06/1999
3ª Designação: 27/06/2001
4ª Designação: 25/09/2003
5ª Designação: 26/04/2011
6ª Designação: 21/02/2013
7ª Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)	PMDB
Senadora Simone Tebet (PMDB/MS)	PMDB
Senador Jorge Viana (PT/AC)	PT
Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)	PSDB
Senador Otto Alencar (PSD/BA)	PSD

Atualização: 06/05/2015

Notas:
1. Designado Coordenador conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER

(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (1)	PROCURADORA

Atualização: 31/01/2015

Notas:

1. A Senadora Vanessa Grazziotin foi designada Procuradora Especial da Mulher, conforme ato do Presidente do Senado no. 02, de 2015, publicado no BASF em 12/02/2015.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): (61) 3303-5255
Fax: (61) 3303-5260
E-mail: scop@senado.leg.br

12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

SENADOR	CARGO
	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: scop@senado.leg.br

13) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011
2ª Designação: 21/03/2012
3ª Designação: 11/03/2013
4ª Designação: 26/03/2014

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
VAGO
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO
SD
VAGO
PROS

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): (61)3303-5255
Fax: (61)3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN)

Finalidade: Examinar e emitir parecer, nos termos do § 1º, do art. 166 da Constituição Federal de 1988.

Número de membros: 10 Senadores e 30 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Jaime Martins (PSD-MG)
2ª VICE-PRESIDENTE: Deputado Giuseppe Vecci (PSDB-GO)
3º VICE-PRESIDENTE: Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
Relator do PLDO: Deputado Ricardo Teobaldo (PTB-PE)
Relator do PLOA: Deputado Ricardo Barros (PP-PR)
Relator da Receita: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Relator do PPPA: Deputado Zeca Dirceu (PT-PR)

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Rose de Freitas - PMDB/ES	1. Dário Berger - PMDB/SC (4)
Raimundo Lira - PMDB/PB	2. Hélio José - PSD/DF
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. Lúcia Vânia - S/Partido/GO (5)
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Acir Gurgacz - PDT/RO	1. Gleisi Hoffmann - PT/PR
Walter Pinheiro - PT/BA	2. Angela Portela - PT/RR
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. Davi Alcolumbre - DEM/AP
Wilder Morais - DEM/GO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Roberto Rocha - PSB/MA	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Eduardo Amorim - PSC/SE	1. Elmano Férrer - PTB/PI
PP	
Benedito de Lira - AL	1. Ivo Cassol - RO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Edmar Arruda - PSC/PR	1. Danilo Forte - PMDB/CE
Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO	2. Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO
César Halum - PRB/TO	3. Expedito Netto - SD/RO
Genecias Noronha - SD/CE	4. Jhonatan de Jesus - PRB/RR
Hildo Rocha - PMDB/MA	5. Kaio Maniçoba - PHS/PE
João Arruda - PMDB/PR	6. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Lelo Coimbra - PMDB/ES	7. Mauro Lopes - PMDB/MG
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Nilton Capixaba - PTB/RO	9. Vitor Valim - PMDB/CE
Ricardo Teobaldo - PTB/PE	10. Washington Reis - PMDB/RJ
Lázaro Botelho - PP/TO	11. Cacá Leão - PP/BA
Ricardo Barros - PP/PR	12. Julio Lopes - PP/RJ (2)
Elmar Nascimento - DEM/BA	13. Pedro Fernandes - PTB/MA
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
José Rocha - PR/BA	1. Gorete Pereira - PR/CE
Nilto Tatto - PT/SP	2. João Carlos Bacelar - PR/BA
Paulo Pimenta - PT/RS	3. Jorge Solla - PT/BA
Hugo Leal - PROS/RJ	4. José Airton Cirilo - PT/CE
Wadson Ribeiro - PCdoB/MG	5. Leo de Brito - PT/AC
Wellington Roberto - PR/PB	6. Orlando Silva - PCdoB/SP
Zé Geraldo - PT/PA	7. Valtenir Pereira - PROS/MT
Zeca Dirceu - PT/PR	8. Weliton Prado - PT/MG
Jaime Martins - PSD/MG	9. VAGO (1)
Walter Ihoshi - PSD/SP	10. Átila Lins - PSD/AM
PSDB, PSB, PPS, PV	
Caio Narcio - PSDB/MG	1. César Messias - PSB/AC
Giuseppe Vecci - PSDB/GO	2. Leopoldo Meyer - PSB/PR
Gonzaga Patriota - PSB/PE	3. Evair de Melo - PV/ES (3)
Hissa Abrahão - PPS/AM	4. Domingos Sávio - PSDB/MG
João Fernando Coutinho - PSB/PE	5. Izalci - PSDB/DF
Samuel Moreira - PSDB/SP	6. Raimundo Gomes de Matos - PSDB/CE
PDT	
Flávia Morais - GO	1. Pompeo de Mattos - RS
PSOL	
Edmilson Rodrigues - PA	1. Cabo Daciolo - S/Partido/RJ

Notas:

1. Tornada sem efeito a indicação do Deputado Rômulo Gouveia (PSD/PB), em 7/5/2015, conforme Ofício nº 302, de 2015, da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados.
2. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em substituição ao Deputado Sandes Júnior, em 22-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 273, de 2015, da Liderança do PP.
3. Designado, como membro suplente, o Deputado Evair de Melo, em substituição ao Deputado William Woo, em 25-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 136, de 2015, da Liderança do PPS/PV.
4. Designado, como membro suplente, o Senador Dário Berger, em vaga existente, em 27-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 168, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.
5. Designada, como membro suplente, a Senadora Lúcia Vânia, em vaga existente, em 1-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 169, de 2015, da Liderança do Líder do PMDB e do Bloco da Maioria.

Secretário: Walbinson Tavares de Araújo
Telefone(s): (61) 3216-6892
E-mail: cmo.decom@camara.leg.br
Local: Câmara dos Deputados, Plenário 2

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
VICE-PRESIDENTE: Deputado Sarney Filho (PV-MA)
RELATOR: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

Designação: 19/03/2015
Instalação: 25/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
VAGO (4)	1. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	2. VAGO
Roberto Rocha - PSB/MA (9)	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Jorge Viana - PT/AC (2)	1. VAGO
Donizeti Nogueira - PT/TO (2)	2. VAGO
Cristovam Buarque - PDT/DF (2)	3. Ivo Cassol - PP/RO (2)
Gladson Cameli - PP/AC (2)	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	1. Aloysio Nunes Ferreira - PSDB/SP
Maria do Carmo Alves - DEM/SE (5)	2. Ronaldo Caiado - DEM/GO (5)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Fernando Bezerra Coelho - PSB/PE	1. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Douglas Cintra - PTB/PE	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Eros Biondini - PTB/MG	1. Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO
Marcus Vicente - PP/ES	2. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Roberto Balestra - PP/GO	3. Valdir Colatto - PMDB/SC (6)
Sergio Souza - PMDB/PR	4. VAGO
Jony Marcos - PRB/SE (8)	5. VAGO
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Angelim - PT/AC	1. Alessandro Molon - PT/RJ
Leônidas Cristino - PROS/CE	2. Átila Lins - PSD/AM (3)
Jaime Martins - PSD/MG (3)	3. Ivan Valente - PSOL/SP (11)
Leonardo Monteiro - PT/MG (10)	4. VAGO
PSDB, PSB, PPS, PV	
Ricardo Tripoli - PSDB/SP	1. Antonio Carlos Mendes Thame - PSDB/SP
Sarney Filho - PV/MA	2. Janete Capiberibe - PSB/AP
PDT (1)	
Giovani Cherini - RS	1. Daniel Coelho - PSDB/PE (7)

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designados, como membros titulares, os Senadores Jorge Viana ,Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, em vagas existentes, e o Senador Gladson Cameli, em substituição ao Senador Ivo Cassol; e, como membro suplente, o Senador Ivo Cassol, em substituição ao Senador Gladson Cameli, em 24-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 41, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
3. Designado, como membro titular, o Deputado Jaime Martins, em vaga existente, e, como membro suplente, o Deputado Átila Lins, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 181, de 2015, da Liderança do PSD.
4. O Senador Waldemir Moka declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2015, da Liderança do Bloco de Maioria,
5. Designada, como membro titular, a Senadora Maria do Carmo, em vaga existente, e, como membro suplente, o Senador Ronaldo Caiado, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 22, de 2015, da Liderança do DEM.
6. Designado, como membro suplente, o Deputado Valdir Colatto, em vaga existente, em 08-04-2015(Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 567, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
7. Designado, como membro suplente, o Deputado Daniel Coelho, em vaga existente, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 127, de 2015, da Liderança do Liderança do PDT.
8. Designado, como membro titular, o Deputado Jony Marcos, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2015, da Liderança do Bloco PRB/PTN/PMN/PRP/PSDC/PTC/PRTB/PSL e PTdoB.
9. Designado, como membro titular, em vaga cedida, o Senador Roberto Rocha, conforme Ofício nº 52, de 2015, da Bloco Socialismo e Democracia (Sessão do Senado Federal, de 29/04/2015).
10. Designado, como membro titular, o Deputado Leonardo Monteiro (PT/MG), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 249, de 2015, da Liderança do PR.
11. Designado, como membro suplente, o Deputado Ivan Valente (PSOL/SP, em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 153, de 2015, da Liderança do PROS.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 61 3303-3122
E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas

(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Finalidade: A Comissão Mista representará o Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA), cabendo-lhe exercer os direitos e cumprir os deveres inerentes à participação nesta organização.

Número de membros: 10 Senadores e 10 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A atividade da CCAI tem por principal objetivo, dentre outros, a fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Deputada Jô Moraes (PCdoB-MG)
VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	**Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional** Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Líder da Maioria Deputado Leonardo Picciani (PMDB/RJ)	**Líder do Bloco Parlamentar da Maioria** Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	**Líder do Bloco Parlamentar Minoria** Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)
Deputado indicado pela Liderança da Maioria Deputado Benito Gama (PTB/BA) (2)	**Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria** VAGO
Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) (1)	**Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria** Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB) (4)
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Heráclito Fortes (PSB/PI) (3)	**Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional** Senadora Marta Suplicy (S/Partido/SP) (5)

Notas:

1. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria, o Deputado Luiz Carlos Jorge Hauly para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 65/2015/GABMIN, despachado na sessão do Senado Federal de 05/03/2015.
2. Designado, em razão da indicação da Liderança da Maioria, o Deputado Benito Gama para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 452/2015/Líder do Bloco da Maioria, despachado na sessão do Senado Federal de 25/03/2015.
3. Designado, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, o Deputado Heráclito Fortes para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 17/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 30/03/2015.
4. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria no Senado Federal, o Senador Cásssio Cunha Lima, para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 88/2015, da Liderança do Bloco da Oposição, despachado na sessão do Senado Federal de 31/03/2015.
5. Designada, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, a Senadora Marta Suplicy para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 10/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 08/04/2015.

Secretário: Thiago Nascimento C. Silva
Telefone(s): 61 3303-3502
E-mail: cocm@senado.leg.br

Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

(Resolução nº 2, de 2014-CN)

Finalidade: A Comissão Mista é órgão de ligação entre o Congresso Nacional e a Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP)

Número de membros: 2 Senadores e 4 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES

Secretário: Clarissa Kiwa Scarton Hayashi
Telefone(s): 61 3303-3503
E-mail: cocm@senado.leg.br

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Finalidade: Dispõe sobre a criação da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)
VICE-PRESIDENTE: Deputada Keiko Ota (PSB-SP)
RELATOR: Deputada Luizianne Lins (PT-CE)

Designação: 05/03/2015
Instalação: 10/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Simone Tebet - PMDB/MS	1. VAGO
Rose de Freitas - PMDB/ES	2. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Angela Portela - PT/RR	1. Fátima Bezerra - PT/RN
Marta Suplicy - S/Partido/SP	2. Regina Sousa - PT/PI
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia - S/Partido/GO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Magno Malta - PR/ES	1. VAGO
PP	
Ana Amélia - RS	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Conceição Sampaio - PP/AM	1. Cristiane Brasil - PTB/RJ
Dulce Miranda - PMDB/TO	2. Josi Nunes - PMDB/TO
Elcione Barbalho - PMDB/PA	3. Raquel Muniz - PSC/MG
Jéssica Sales - PMDB/AC	4. Rosangela Gomes - PRB/RJ
Jozi Rocha - PTB/AP	5. Simone Morgado - PMDB/PA
Júlia Marinho - PSC/PA	6. Soraya Santos - PMDB/RJ
VAGO	7. Delegado Edson Moreira - PTN/MG (7)
Tia Eron - PRB/BA (11)	8. VAGO
Ezequiel Teixeira - SD/RJ (2)	9. VAGO
Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO (3)	10. VAGO
Christiane de Souza Yared - PTN/PR (7)	11. VAGO
Iracema Portella - PP/PI (8)	12. VAGO
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Clarissa Garotinho - PR/RJ	1. José Rocha - PR/BA
VAGO (12)	2. VAGO (12)
Erika Kokay - PT/DF (4)	3. VAGO
Luizianne Lins - PT/CE (4)	4. VAGO
Moema Gramacho - PT/BA (4)	5. VAGO
Rogério Rosso - PSD/DF (5)	6. VAGO
Alice Portugal - PCdoB/BA (6)	7. VAGO
VAGO	8. VAGO
PSDB, PSB, PPS, PV	
Bruna Furlan - PSDB/SP	1. Arnaldo Jordy - PPS/PA
Carmen Zanotto - PPS/SC	2. VAGO
Janete Capiberibe - PSB/AP	3. VAGO
Keiko Ota - PSB/SP	4. VAGO
VAGO (13)	5. VAGO
Mariana Carvalho - PSDB/RO (10)	6. VAGO
PDT	
Flávia Morais - GO (9)	1. VAGO
PSOL (1)	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designado, como membro titular, o Deputado Ezequiel Teixeira, em vaga existente, em 9-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do SD.
3. Designada, como membro titular, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do DEM.
4. Designadas, como membros titulares, as Deputadas Erika Kokay, Luzianne Lins e Moema Gramacho, em vagas existentes, em 10-03-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do PT.
5. Designado, como membro titular, o Deputado Rogério Rosso, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 70, de 2015, da Liderança do PSD.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Alice Portugal, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 75, de 2015, da Liderança do PSD.
7. Designada, como membro titular, a Deputada Christiane de Souza Yared, em vaga existente, e, como membro suplente, o Delegado Edson Moreira, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

8. Designada, como membro titular, a Deputada Iracema Portella, em vaga existente, em 11-3-2015 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 250, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
9. Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Morais, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 17, de 2015, da Liderança do PDT.
10. Designada, como membro titular, a Deputada Mariana Carvalho, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 277, de 2015, da Liderança do PSDB.
11. A Deputada Marinha Raupp deixou de integrar a comissão, em 26/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 481, de 2015, da Liderança do Bloco de PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
12. Os Deputados Dr. Jorge Silva e Ronaldo Fonceca deixaram de integrar a coissão, em 01/04/2015 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 87, de 2015, da Liderança do PROS.
13. A Deputada Shéridan deixou de fazer parte da comissão em razão de seu desligamento, conforme Ofício nº 648, de 2015, da Liderança do PSDB.

Secretário: Gigliola Ansiliero
Telefone(s): 61 3303-3504
E-mail: cocm@senado.leg.br

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

ATN nº 1, de 2015 - CMCLF

Finalidade: Comissão mista destinada à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, a modernização e o fortalecimento econômico e social do País.

Número de membros: 7 Senadores e 7 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Luiz Sérgio (PT-RJ)
VICE-PRESIDENTE: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)
RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Deputado Luiz Sérgio (PT/RJ)	Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
Deputado Sergio Souza (PMDB/PR)	Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Deputado Sergio Zveiter (PSD/RJ)	Senadora Lídice da Mata (PSB/BA)
Deputado Miro Teixeira (PROS/RJ)	Senador Jorge Viana (PT/AC)
Deputado Sandro Alex (PPS/PR)	Senador Walter Pinheiro (PT/BA)
Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	Senador Blairo Maggi (PR/MT)
VAGO	VAGO

ATN nº 3, de 2015 - CMLRE

Finalidade: Comissão mista destinada a apresentar Projeto de Lei de Responsabilidade das Estatais

Número de membros: 5 Senadores e 5 Deputados

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)
RELATOR: Deputado Arthur Oliveira Maia (SD-BA)

Instalação: 18/06/2015

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Deputado Arthur Oliveira Maia (SD/BA)	Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)	Senador Otto Alencar (PSD/BA)
Deputado Andre Moura (PSC/SE)	Senador José Serra (PSDB/SP)
Deputado Rogério Rosso (PSD/DF)	Senador Walter Pinheiro (PT/BA)
Deputado Leonardo Picciani (PMDB/RJ) (2)	Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE) (2)

Notas:
1. Substituição do Senador Romero Jucá na Presidência da Comissão pelo Senador Tasso Jereissati, conforme ATN nº 4/2015.
2. Vaga criada em decorrência do ATN nº4, de 2015

CONSELHOS E ÓRGÃOS

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Edio Lopes (PMDB-RR)
2ª VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

Designação: 07/04/2015

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Arthur Oliveira Maia - SD/BA	1. Afonso Hamm - PP/RS
Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO	2. Carlos Andrade - PHS/RR
Celso Russomanno - PRB/SP	3. Carlos Gomes - PRB/RS
Dilceu Sperafico - PP/PR	4. Edmar Arruda - PSC/PR
Edio Lopes - PMDB/RR	5. Elizeu Dionizio - SD/MS
José Fogaça - PMDB/RS	6. Fernando Monteiro - PP/PE
Luiz Carlos Busato - PTB/RS	7. Osmar Serraglio - PMDB/PR
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Renato Molling - PP/RS	9. Ronaldo Benedet - PMDB/SC (4)
Takayama - PSC/PR	10. Wilson Filho - PTB/PB (10)
Mandetta - DEM/MS (5)	11. VAGO
PT, PSD, PR, PDT, PROS, PCdoB	
Arlindo Chinaglia - PT/SP	1. Givaldo Vieira - PT/ES
Benedita da Silva - PT/RJ	2. VAGO (3)
Danrlei de Deus Hinterholz - PSD/RS	3. Hugo Leal - PROS/RJ
Domingos Neto - PROS/CE	4. Jorginho Mello - PR/SC
Fernando Marroni - PT/RS	5. Remídio Monai - PR/RR
Rômulo Gouveia - PSD/PB (6)	6. Jaime Martins - PSD/MG (6)
Luiz Cláudio - PR/RO	7. Ságuas Moraes - PT/MT
Maurício Quintella Lessa - PR/AL	8. Zeca do Pt - PT/MS (9)
PSDB, PSB, PPS, PV	
Eduardo Barbosa - PSDB/MG	1. Moses Rodrigues - PPS/CE
Geovania de Sá - PSDB/SC	2. Tereza Cristina - PSB/MS (1)
Roberto Freire - PPS/SP	3. Vicentinho Júnior - PSB/TO (1)
Rocha - PSDB/AC	4. VAGO
Jose Stédile - PSB/RS (1)	5. VAGO
Heráclito Fortes - PSB/PI (1)	6. VAGO
PDT	

TITULARES	SUPLENTES
Damião Feliciano - PB	1. Weverton Rocha - MA
PSOL	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

SENADO FEDERAL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo	
Humberto Costa - PT/PE	1. Acir Gurgacz - PDT/RO (2)
Fátima Bezerra - PT/RN	2. Angela Portela - PT/RR
Lindbergh Farias - PT/RJ (2)	3. Gladson Cameli - PP/AC
Bloco da Maioria	
VAGO (8)	1. Waldemir Moka - PMDB/MS
Roberto Requião - PMDB/PR	2. Dário Berger - PMDB/SC
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. VAGO
Davi Alcolumbre - DEM/AP (7)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia	
Antonio Carlos Valadares - PSB/SE	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força	
Blairo Maggi - PR/MT	1. Eduardo Amorim - PSC/SE

Notas:
1. Designados, como membros titulares, os Deputados José Stédile e Heráclito Fortes, e, como membros suplentes, os Deputados Vicentinho Júnior e Tereza Cristina, conforme Ofício nº 87, da Liderança do PSB (Sessão do Senado Federal de 08/04/2015).
2. Designado, como membro titular, o Senador Lindbergh Farias, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, e, como membro suplente, o Senador Acir Gurgacz, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
3. O Deputado Herculano Passos declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 212, de 2015, da Liderança do PSD.
4. Designado, como membro suplente, o Deputado Ronaldo Benedet, em vaga existente, em 15-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 592, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
5. Designado, como membro titular, o Deputado Mandetta, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 154, de 2015, da Liderança do Democratas.
6. Designado, como membro titular, o Deputado Rômulo Gouveia, em substituição ao Deputado Jaime Martins, e, como membro suplente, o Deputado Jaime Martins, em substituição ao Deputado Rômulo Gouveia, em 28-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 261, de 2015, da Liderança do PSD.
7. Designado, como membro titular, o Senador Davi Alcolumbre, em vaga existente, em 29-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 29, de 2015, da Liderança do DEM.
8. Vago em razão do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10 de maio de 2015.
9. Designado, como membro suplente, o Deputado Zeca do PT, em vaga existente, em 12-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 340, de 2015, da Liderança do PT.
10. Designado, como membro suplente, o Deputado Wilson Filho, em vaga existente, em 20-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 164, de 2015, da Liderança do DEM, com aquiescência da Liderança do PTB.

Conselho da Ordem do Congresso Nacional

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

Eleição Geral: 04/02/2015

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente Deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ)	**Presidente** Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
1º Vice-Presidente Deputado Waldir Maranhão (PP/MA)	**1º Vice-Presidente** Senador Jorge Viana (PT/AC)
2º Vice-Presidente Deputado Giacobo (PR/PR)	**2º Vice-Presidente** Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
1º Secretário Deputado Beto Mansur (PRB/SP)	**1º Secretário** Senador Vicentinho Alves (PR/TO)
2º Secretário Deputado Felipe Bornier (PSD/RJ)	**2º Secretário** Senador Zeze Perrella (PDT/MG)
3º Secretário Deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP)	**3º Secretário** Senador Gladson Cameli (PP/AC)
4º Secretário Deputado Alex Canziani (PTB/PR)	**4º Secretário** Senadora Angela Portela (PT/RR)
Líder da Maioria VAGO	**Líder do Bloco Parlamentar da Maioria** VAGO
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	**Líder do Bloco Parlamentar Minoria** Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Deputado Arthur Lira (PP/AL)	**Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania** Senador José Maranhão (PMDB/PB)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	**Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional** Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)

Atualização: 08/04/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255/ 3303-5256
Fax: 3303-5260
saop@senado.leg.br

Conselho de Comunicação Social

Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

Eleição Geral: 05/06/2002
Eleição Geral: 22/12/2004
Eleição Geral: 17/07/2012

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	VAGO	VAGO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	VAGO	VAGO
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	VAGO	VAGO
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	VAGO	VAGO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO

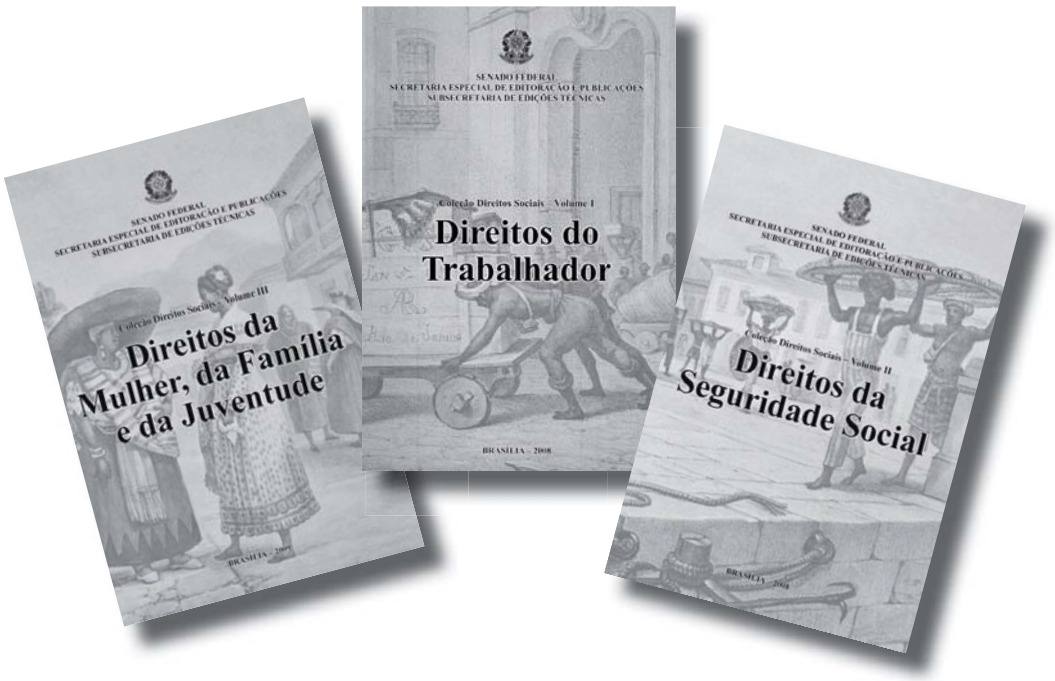
LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO

Atualização: 07/08/2014

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
CCSCN@senado.leg.br

SENADO FEDERAL
Secretaria de Editoração e Publicações
Coordenação de Edições Técnicas

Coleção Direitos Sociais



Coletânea de publicações, com atualização periódica,
sobre temas relacionados aos Direitos Sociais.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria

Edição de hoje: 222 páginas

(O.S. 12796/2015)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL